

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA SOCIOLOGIA E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**



Dissertação

**CONFLITO SOCIOAMBIENTAL E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: O CASO DOS
PESCADORES ARTESANAIS CIRCUNSCRITOS AO POLO NAVAL DO RIO
GRANDE.**

Rafaella Egues da Rosa

Pelotas, 2015.

Rafaella Egues da Rosa

**CONFLITO SOCIOAMBIENTAL E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: O CASO DOS
PESCADORES ARTESANAIS CIRCUNSCRITOS AO POLO NAVAL DO RIO
GRANDE.**

Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção de título no curso de
Mestrado do Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade Federal de
Pelotas

Orientador: Prof. Dr. William Hector Gomez Soto

Pelotas, 2015

Dados de Catalogação na Publicação:
Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB-10/1733

E32c Egues, Rafaella

Conflito socioambiental e representações sociais: o caso dos pescadores artesanais circunscritos ao Polo Naval do Rio Grande / Rafaella Egues ; William Héctor Gómez Soto, orientador. – Pelotas, 2015.

117 p. : il.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2015

1. Conflito Socioambiental 2. Polo Naval 3. Pesca 4. Contradições do Espaço 5. Representações Sociais I. Soto, William Héctor Gómez, orient. II. Título.

CDD 301

Rafaella Egues da Rosa

Conflito socioambiental e representações sociais: o caso dos pescadores artesanais circunscritos ao Polo Naval do Rio Grande.

Dissertação aprovada, como requisito, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pelotas.

Banca examinadora:

Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto
Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Machado
Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Tatiana Walter
Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Sérgio Botton Barcellos
Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

À Loenira Egues e à Mari Cristina de Freitas Fagundes: porque sem vocês, simplesmente, não seria.

AGRADECIMENTOS

No percurso que envolveu desde o meu ingresso ao mestrado até a confecção dessa dissertação tive o apoio de diversas pessoas, das quais não posso deixar de manifestar a minha profunda gratidão.

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador William Héctor Gomez Soto, por ter sido excepcional em tudo que competia a ele na nossa relação orientador-orientada e, por mais que isso, ter se mostrado um amigo, preocupado e compreensível quando mais precisei. Agradeço também por todos os ensinamentos passados e por ter permitido minha aproximação inicial com teóricos que mudaram minha forma de pensar a realidade social.

Agradeço também aos demais professores componentes da banca, que contribuíram no meu trajeto acadêmico para além da dissertação: Ao professor Marcus Vinicius Spolle, pelos ensinamentos em sala de aula, que colaboraram para a construção do meu olhar sociológico. Ao professor Carlos Machado, agradeço a possibilidade de me aproximar do Observatório dos Conflitos e as conversas que auxiliaram a elaboração desse trabalho desde o início. Agradeço, por fim, à professora Tatiana Walter, por suas aulas na graduação de Gestão Ambiental que foram o que motivou o meu interesse pelas discussões de cunho sociológico a respeito da problemática ambiental. Agradeço também ao seu apoio e disponibilidade que encontrei em todos os momentos.

Aproveito para agradecer também aos amigos e familiares que estiveram presente nessa caminhada e que em muitas vezes foram compreensíveis com as minhas ausências. Dentre eles, quero deixar um “muito obrigada” especial para:

À infinita parceira Jéssica Rodrigues Costa. Com certeza sem o seu apoio e credibilidade conferidos a mim, nem mesmo o meu ingresso nesse Mestrado teria se efetivado. Agradeço pelo auxílio com meus lamentos e inseguranças e por ter sido mais que presente durante a construção dessa dissertação, por ter participado de quase todas saídas de campo e se envolvido comigo nessa pesquisa. À ti, minha imensa gratidão!

À Mari Cristina de Freitas Fagundes, pelas discussões e todas as ajudas que foram essenciais nesse percurso acadêmico, fazendo com que eu conseguisse organizar os pensamentos nos momentos de loucura e ansiedade. Agradeço à ela por dividir comigo as inquietações de estar num Mestrado e, além disso, dividir comigo todas as demais inquietações da vida. Meu bem, não tenho dúvidas de que

dentre as alegrias possibilitadas nesse Mestrado, uma delas foi ser acrescentada com a tua parceria. Com certeza aquelas risadas aleatórias e incontroláveis no inicio do curso já indicavam que seríamos muito felizes juntas. Agradeço-te imensamente por fazeres parte da minha vida!

Agradeço especialmente também ao Juliander Florindo da Rosa por ficar por perto até nos momentos em que eu me faria ausente, estando literalmente ao meu lado em vários e vários dias de estudo.

Não poderia deixar de agradecer a mais incrível das mães: a minha, que faz o possível e impossível todos os dias para me ver feliz e conquistar meus objetivos. Agradeço à Loenira Egues pelo o apoio e dedicação incondicionais. Obrigada também pelos gestos de conforto e por estar ao meu lado com muita positividade nos momentos mais difíceis desse percurso.

Agradeço à Claudia Berenice Maciel, que infelizmente não acompanhou o final desse processo, mas sempre esteve comigo, me auxiliando e incentivando quando necessário e se alegrando com as vitórias de todas as etapas de minha vida. Não estavas mais para ver esta, mas ela também é tua, “bebezinha”. À ti, meu muito obrigada!

Um agradecimento especial também à minha dinda, Sandra Piccioni, pela presença e carinho constantes nessa etapa e pelas leituras e releituras dessa dissertação.

Ademais, agradeço aos familiares que de uma forma ou outra auxiliaram para que esse Mestrado fosse finalizado e que sempre estiveram por perto se mostrando atenciosos também nessa etapa da minha vida: Dora Ferrer da Rosa, Bruno Egues Moraes, Nathaliê Egues Moraes, Lubia Egues e José Ronaldo Ferrer da Rosa.

Também cabe deixar um agradecimento à Josiane Puchalski e ao Claudio Drews, por terem me ajudado a enfrentar momentos conturbados desse percurso.

Agradeço à todos os entrevistados que foram essenciais para a elaboração dessa pesquisa e por todos os ensinamentos que passaram a mim.

Enfim, agradeço à Capes, pelo apoio financeiro na forma de bolsa de pesquisa, sem a qual teria sido impossível.

Si las representaciones son abolidas, las únicas certezas que persisten son la muerte y la nada (LEFEBVRE, 1987, p. 72).

Eu simplesmente percebo que, no que se refere à realidade, essas representações são tudo que nós temos (MOSCOVICI, 2012, p. 32).

RESUMO

EGUES, Rafaella da Rosa. **Representações Sociais e Conflitos Socioambientais: o caso do Polo Naval de Rio Grande, RS.** 2015. 108f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

O objetivo do presente trabalho é analisar de que forma as representações sociais da pesca expressam as contradições do espaço que permeiam o conflito socioambiental entre a empresa Quip S/A e os pescadores do bairro Santa Tereza em Rio Grande/RS. Esse conflito, que emerge no cenário de choque entre a atividade pesqueira e o setor portuário no Município, se deu a partir de realização de uma obra de ampliação do cais da empresa que segundo os pescadores afetou a pesca na localidade. A pesquisa se fundamenta nas Teorias do Espaço e das Representações de Henri Lefebvre e na Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici e visa entender o conflito como uma nova contradição do espaço e as representações como fenômenos vinculados ao espaço que orientam as condutas dos sujeitos. Foram realizadas 9 (nove) entrevistas semi-estruturadas, além das entrevistas exploratórias e, para analisar esse material, foi realizada a Análise de Conteúdo. A partir disso foi possível identificar os elementos formadores das representações sociais da pesca, são eles: a questão de tradicionalidade da atividade; o envolvimento com outros interesses e usos do espaço; e a percepção de precariedade da pesca. A análise dos dados permitiu verificar de que forma se da a articulação entre as representações sociais da pesca dos atores sociais e a emergência do referido conflito. Constatou-se que o conflito socioambiental entre os pescadores do Santa Tereza e a empresa Quip S/A apresenta-se como uma nova contradição do espaço social que vincula-se a diversas outras contradições consolidadas historicamente nesse espaço. Assim, a emergência dessa problemática passa a ser familiarizada no interior do sistema de representações da pesca dos pescadores, articulando-se a outros elementos que impactam essa atividade. Além disso, a precariedade da pesca que compõe sua representação se reforça e se fundamenta com a existência do conflito.

Palavras-chave: Conflito socioambiental; Polo Naval; Pesca; Contradições do Espaço; Representações Sociais.

ABSTRACT

ROSA, Rafaella Egues da. **Social representations and Social-environmental conflicts: the Rio Grande's Naval Pole, RS.** 2015. 108f. Thesis (Master's Degree) – Postgraduate program in Sociology. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

The objective of this present work is to analyze in which ways the social representations of fishing express the contradictions of area concerning the social-environmental conflict between Quip S/A enterprise and the fishermen of Santa Tereza's neighborhood in Rio Grande/RS. This conflict, which emerges in the confrontational scenario between the fishing activity and the port sector in the city, happened because of the realization of a construction to extend the company's port which, according to the fishermen, affected fishing nearby. The research is based on the Theory of Space and of Representations by Henri Lefebvre and in the Theory of Social Representations by Serge Moscovici, and intends on understanding the conflict as a new contradiction of space and representations as phenomena linked to the space that orients people's behavior. Nine (9) half-structured interviews have been made, other than exploratory interviews and, to analyze this material, a content analysis has been made. Therefore it has been possible to identify the elements that form the fishing social representations, which are: the tradition present in the activity; the engagement with other interests and area usage, and the understanding of the precariousness of fishing. The analysis of data allowed verifying the interaction between the social representations of fishing actors and the emergency of the presented conflict. It has been determined that this social-environmental crisis between Santa Tereza's fishermen and the and Quip S/A company presents itself as a new contradiction of social area that attaches to other diverse contradictions historically firm to this geographical area. Therefore, the emergency of this problematic turns out to be familiar in the inner parts of the fishing representations, allotted to other elements that impact this activity. Beyond this, the precariousness of fishing that composes its representation, straightens and bases itself by this conflict.

Key-words: Socio-environmental conflict, Naval Pole, Fishing, Contradictions of Space, Social Representations

Sumário

1.	Introdução.....	1
1.1.	Metodologia.....	8
2.	Desenhando contornos: uma aproximação à atividade pesqueira e às atividades do Porto Naval de Rio Grande.....	15
2.1.	Atividade pesqueira: uma abordagem histórica para compreender o presente.....	16
2.2.	Uma contextualização histórica da Política de Revitalização da Indústria Naval brasileira.....	24
2.3.	Rio Grande e a Indústria Naval: os investimentos no setor que reconfiguram o Município.....	29
2.4.	A atividade pesqueira no bairro Santa Tereza: um modo de viver em extinção.....	39
3.	O Conflito Socioambiental à Luz das Teorias do Espaço e das Representações Sociais.....	44
3.1.	Conflitos socioambientais e Representações Sociais: Estudos construídos através de diferentes olhares e perspectivas teóricas.....	43
3.2.	Elementos da perspectiva lefebvriana para pensar o conflito socioambiental.....	52
3.3.	Representações sociais: modos de conhecimento orientadores de ações e comunicações.....	58
3.4.	As contradições do espaço social e as representações sociais: uma articulação entre Lefebvre e Moscovici.....	63
4.	Entre formulações teóricas e percepções empíricas: a constituição do conflito.....	70
4.1.	Das representações ao conflito.....	71
4.2.	Do conflito às representações.....	85
5.	Considerações Finais.....	97
6.	Referências Bibliográficas.....	99
	Apêndices.....	107
	Anexos.....	115

Lista de ilustrações

Figura 1: Lagoa dos Patos com indicação das colônias de pescadores.....	18
Figura 2: Desembarque no estuário da Lagoa dos Patos da pescaria artesanal e industrial.....	21
Figura 3: Ocupações na Orla Portuária.....	39

Lista de quadros

Quadro 1: Percepções sobre órgãos fiscalizadores.....	74
Quadro 2: Percepções da pesca industrial/predatória.....	75
Quadro 3: Percepções sobre a poluição.....	75
Quadro 4: Percepções sobre fenômenos naturais.....	76
Quadro 5: Percepções sobre o caso do Navio Bahamas.....	77
Quadro 6: Percepções sobre a empresa Fertisul.....	78
Quadro 7: Percepções sobre a obra dos Molhes da Barra.....	79

Lista de tabelas

Tabela 1: Conflitos ambientais e urbanos publicizados nos anos de 2011 e 2012 em Rio Grande/RS.....	36
---	----

Lista de Siglas

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

MNLM – Movimento Nacional da Luta pela Moradia

PMRG – Prefeitura Municipal do Rio Grande

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PATRAM – Patrulha Ambiental da Brigada Militar

PROEA – Programa de Educação Ambiental

PROMINP - Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural

PROMEF - Programa de Modernização e Expansão da Frota

SUPRG – Superintendência do Porto do Rio Grande

1. Introdução

A sociologia é uma área do conhecimento que, em relação a outras, como a biologia e a geografia, tardou a envolver-se na pesquisa sobre as problemáticas ambientais. Essa temática passa a ser enfocada diretamente dentro do campo sociológico a partir da década de 1960 e acaba por consolidar uma área própria no interior dessa ciência, chamada sociologia ambiental. Vale ressaltar a indispensabilidade do enfoque sociológico dado às questões ambientais, tendo em vista que meio ambiente e sociedade são dimensões indissociáveis. Não há maneira de pensar o meio ambiente como algo apartado da realidade social. Assim, os problemas e injustiças ambientais¹ se configuram também enquanto problemas de injustiça social.

O olhar sociológico para as questões ambientais permite compreender a complexidade da dimensão social inherentemente envolvida. No que tange ao âmbito dos conflitos ambientais, salienta-se que estes são, antes de qualquer coisa, uma forma peculiar de conflitos sociais. Portanto, estão imbricadas nessa problemática as dimensões material e simbólica que constituem os fenômenos sociais, envolvendo: as práticas e interações dos sujeitos, os diferentes interesses, formas de uso e apropriação dos recursos naturais, o jogo político e de poder, a questão cultural e as diferentes representações de meio ambiente que também permeiam o embate entre os atores sociais.

Tendo isso como premissa, na presente pesquisa, se analisou um conflito socioambiental no município do Rio Grande – RS. O conflito entre a empresa de construção de plataformas offshore Quip S/A (atualmente QGI Brasil) e os pescadores artesanais do Bairro Santa Tereza configura uma problemática potencial para a extinção dessa modalidade de pesca, pois agrava problemas já existentes e que historicamente vêm afetando essa atividade no local. Contudo, o estudo se insere na questão mais ampla, que envolve a consolidação e desenvolvimento do Polo Naval na referida cidade. Assim, vale situar o leitor:

O Rio Grande é um município fundado em 1737, situado no Rio Grande do Sul, entre a Lagoa Mirim e a Lagoa dos Patos. Caracterizado por ser um território

¹ Para designar esse fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais, tem sido consagrado o termo *injustiça ambiental*. Como contraponto, cunhou-se a noção de *justiça ambiental* para denominar um quadro de vida futuro no qual essa dimensão ambiental da injustiça social venha a ser superada” (ACSELRAD; MELLO, 2009, p. 9) [grifos dos autores].

peninsular, essa particularidade geográfica e ambiental direcionou diretamente a forma de consolidação da economia da cidade, voltada para o âmbito marítimo. Assim, o Município tornou-se essencialmente portuário e também marcado pela atividade pesqueira. Entre as localidades dispostas ao redor da Lagoa dos Patos, o município do Rio Grande ocupa o segundo lugar com maior número de pescadores (sendo inferior somente a São José do Norte). No entanto, a atividade pesqueira artesanal² vem sendo impactada de inúmeras formas em toda a Lagoa, mas em Rio Grande, essa problemática é marcada peculiarmente pela relação conflituosa existente entre o setor portuário e a pesca. Com o último investimento realizado na área portuária, esse cenário voltou a ser agravado.

Nos anos 2000, surgem esforços para regenerar o setor naval brasileiro. Nesse sentido, são constituídas políticas de revitalização da indústria naval no país que, posteriormente, passam a integrar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O investimento e apoio dado ao setor pelo governo federal propiciaram avanços significativos em termos econômicos, produtivos e de geração de emprego. A cidade do Rio Grande reflete esse processo e o município tornou-se alvo de grandes empresas de construção de plataformas petrolíferas. Desde 2007, com a implantação do Polo Naval, Rio Grande se transforma de forma rápida e contínua.

O Porto, local de instalação do Polo Naval, atualmente é palco de diversos investimentos públicos e privados. Entretanto, esses empreendimentos também afetam negativamente o município como um todo e, diretamente, os bairros consolidados ao redor da área portuária (como será mostrado no capítulo 2). O desenvolvimento ocorrido no município é similar ao ocorrido no Rio Grande nas décadas de 1960 e 1970. Ambos foram constituídos por políticas do tipo *top down* (“de cima para baixo”), ou seja, políticas de escala macro/nacionais, onde os âmbitos Federal e Estadual exploram o âmbito local e o município fica à margem do processo decisório (CARVALHO et al., 2013). Assim, prevalecem diversos impactos negativos dessas atividades sobre Rio Grande³.

Autores como Feijó e Madono (2013) buscam por fatores responsáveis pelos problemas e conflitos sociais decorrentes da inserção desse megaempreendimento

² Atividade que costuma iniciar na infância e partir de um conhecimento transmitido de pais para filhos. É realizada em ambientes costeiros rasos com pequenas embarcações e uso de tecnologias simples (GARCEZ; SANCHEZ-BOTERO, 2005; KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2013).

³ (...) a indústria naval aparece como um plano ‘de cima para baixo’ que destaca a função de Rio Grande em uma rede hierarquizada de regiões que, para o planejamento estatal, apresenta funções específicas e estratégicas para o desenvolvimento econômico regional e nacional”. (*Ibid.*, p. 7).

no Rio Grande. Assim, destacam, por exemplo, a fraca participação do governo municipal e a falta de infraestrutura para suportar a chegada do Polo Naval enquanto intensificadores de determinadas situações, como falta de qualificação de mão de obra local, problemas de mobilidade e impactos ambientais. No entanto, entende-se que essa problemática extrapola o âmbito da gestão referente ao município e articula-se à macroestrutura política e econômica do país e à própria dinâmica de produção de contradições inerente ao capitalismo.

Salienta-se também que o Brasil tem um significativo histórico de projetos e atividades propostas pelo governo nacional – como empreendimentos do PAC – que, para se consolidarem, se sobrepõem a diversos aspectos instituídos legalmente e a direitos ambientais e humanos (SILVA; SATO, 2012).

Como já apontado, o foco do trabalho recai sobre o que se pode definir como conflitos socioambientais. O conflito socioambiental caracteriza-se por ser uma disputa por recurso(s) natural(ais) que envolve(m) escassez e interesses diversos acerca dos mesmos e/ou envolve uma certa forma de apropriação de recursos por um grupo/agente social, de modo a limitar/privar a utilização deste por outros atores sociais. Além disso, esse embate material bem como os interesses antagônicos dos atores sociais envolvidos estão indubitavelmente relacionados aos modos de vida e valores distintos de cada um deles. Assim, o conflito socioambiental é também um embate entre diferentes representações sociais. As variadas representações são construídas com base na cultura e nos estilos de vida específicos dos grupos.

A noção de representação social possibilita que a pesquisa alcance as dimensões que constituem o fenômeno: a social e a subjetiva. Pensar na esfera simbólica presente no conflito socioambiental, que também o compõe enquanto embate entre atores sociais, é levar em consideração a dimensão subjetiva dos sujeitos. Desse modo, a esfera simbólica dá sentido aos aspectos interiores do conflito ambiental, pois é nela que estão contidas as representações que guiam condutas dos atores, que divergem e chocam-se entre si. Logo, podemos designar o âmbito simbólico do conflito como luta de representações (VIÉGAS, 2009).

O conflito socioambiental analisado envolve diretamente a empresa Quip S/A instalada no Polo Naval do Rio Grande e a comunidade pesqueira residente do Bairro Santa Tereza. Esse centenário Bairro já sofreu com o processo de expansão portuária, tendo parte de seus moradores removidos. Em 2012, a obra de expansão

do cais 1 realizada pela empresa Quip S/A⁴⁵ tornou-se motivo de mobilização dos pescadores do Santa Tereza, pois estes atribuem a ela a ocorrência de assoreamento no canal Rio Grande (o que impossibilitou a entrada das embarcações), bem como a interferência na pesca de algumas espécies.

O estudo tem como base a Teoria do Espaço e a Teoria das Representações de Henri Lefebvre e a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici. Ao conceber essa questão na perspectiva de Henri Lefebvre, pode-se dizer que a problemática ambiental que se disseminou e ganhou, ao menos superficialmente, importância nas últimas décadas, é, na verdade, uma aproximação “dos verdadeiros problemas do espaço” (SOTO, 2013, p. 57). Assim sendo, pretende-se compreender o conflito enquanto expressão de novas contradições do espaço e dar lugar privilegiado às representações dos próprios sujeitos, entendendo também que este fenômeno está totalmente vinculado à produção e reprodução do espaço.

Partir do estudo das representações sociais para analisar a problemática em questão significa reconhecer o papel desse conhecimento do senso comum na criação da realidade social. Não se trata aqui de atribuir juízo de valor às representações, mas de admitir sua legitimidade, considerando suas existências e o fato que as representações sociais produzem e são produzidas nas e pelas contradições do espaço. Logo, destaca-se a sua importância para compreender o conflito, pois são formas de conhecimento distintas que estão guiando as ações dos sujeitos e atravessando a materialidade da problemática.

Diante disso, surge o seguinte questionamento central da presente pesquisa: como as representações sociais da pesca expressam as contradições do espaço presentes no conflito socioambiental entre a empresa Quip S/A e os pescadores do bairro Santa Tereza?

Parte-se da hipótese de que as representações sociais da pesca expressam contradições do espaço que extrapolam o âmbito do conflito sem perder seu vínculo com este, pois a ele se articulam e o intensificam. Logo, crê-se que os diversos obstáculos, impactos e demais conflitos travados no tempo histórico e encontrados atualmente se enlaçam para fortalecer a problemática entre a empresa Quip S/A e

⁴⁵ Ver anexo A e B que contém ilustração e foto da referida obra.

⁵ “As obras para ampliação da infraestrutura da Quip consistem na extensão do cais 1, na ponta sul, e implantação do cais 2, na área sul do canteiro da empresa. Primeiro será executada a obra iniciada, que é a extensão do cais 1, onde está atracado o casco da P-58. Isso porque o casco da P-63 deve chegar em Rio Grande em junho de 2012. Depois será feita a construção do cais 2” (Jornal Agora 23/02/2012).

os pescadores do bairro Santa Tereza e emergem nas representações sociais da pesca dos atores sociais envolvidos.

Em vista disso, foram elaborados um objetivo geral e três objetivos específicos, atendidos durante a pesquisa como forma de compreender a problemática proposta.

Foi analisado de que forma as representações sociais da pesca expressam as contradições do espaço que permeiam o conflito socioambiental entre a empresa Quip S/A e os pescadores do bairro Santa Tereza.

Para isso, primeiramente captaram-se as representações sociais da pesca dos atores sociais envolvidos direta ou indiretamente no conflito (pescadores do Bairro Santa Tereza, representantes da empresa Quip S/A, representantes da Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG) e representantes da Prefeitura Municipal do Rio Grande. A partir disso, buscou-se compreender como as representações sociais da pesca dos diferentes atores sociais expressam as contradições do espaço que configuram o conflito socioambiental. Por último, foram analisados os efeitos do conflito no que tange à questão da apropriação do espaço por parte dos pescadores, isto é, no espaço vivido, no espaço de representações.

A problemática da pesca no município do Rio Grande e os conflitos que surgem no espaço em razão desta extrapolam significativamente o âmbito do recorte da presente pesquisa. Como já anteriormente referido, os bairros que se consolidaram na área do Porto Organizado são marcados, dentre outras coisas, pela realização da atividade pesqueira. A produção aí envolvida não se refere somente à dimensão econômica da atividade profissional, há também uma produção e consequente reprodução de um modo de vida.

Considerando a pertinência dessa temática, dada a importância histórica da pesca no Município e na constituição do seu espaço enquanto tal, elegeu-se o conflito iniciado no ano de 2012 entre a empresa Quip S/A e os pescadores artesanais do bairro Santa Tereza como ponto de partida metodológico para a análise dessa problemática. O conflito se deu devido a ampliação do cais da empresa realizada no referido ano. Segundo os pescadores, ela acabou afetando a pesca de diversas maneiras, pois causou alterações na quantidade de pescado – principalmente de camarão – e dificultou a entrada das embarcações. O trajeto realizado a remo pelos pescadores foi obstaculizado, acarretando a necessidade da utilização de motores nas embarcações.

A parcialidade das pesquisas, a precariedade da divulgação dos resultados e os interesses da ordem hegemônica (fora a própria complexidade envolvida no funcionamento ecossistêmico bem como a dinâmica de encadeamento de impactos) convergem para que seja difícil determinar quais fatores são responsáveis pela diminuição de peixes na Lagoa dos Patos. Entretanto, o objetivo da pesquisa não é defini-los, muito menos julgar se as alterações climáticas que provocam a modificação da frequência e intensidade da chuva, por exemplo, são o fator mais considerável no que tange a essa questão ou o quanto relevante são em comparação com outros impactos. Quer-se compreender a materialidade da problemática do espaço em total articulação com as representações que os atores sociais fazem dela (e que também estão no espaço, produzindo-o ao mesmo tempo em que são produzidas por este e se reproduzem através dele (LEFEBVRE, 2006)).

Nesse sentido, não se possui a intenção de apontar por meio do estudo do conflito qual dos atores sociais envolvidos tem mais razão e em que momentos a tem, mas compreender como essa problemática, ao mesmo tempo concreta, é atravessada pelas diferentes percepções que os sujeitos têm da realidade. Entendendo que estas, ao guiarem as condutas, as formas de ser e estar no mundo, estão também criando a materialidade das coisas. Assim, o enfoque recai sobre o âmbito social da problemática. Eleger o conflito como ponto de partida para a análise permite mergulhar na historicidade que compõe essa problemática do espaço e é permeada pela relação conflitual entre as atividades portuária e pesqueira, entre os diferentes interesses e formas de uso do espaço, entre o espaço concebido e vivido.

Parte-se do pressuposto de que as contradições do espaço que configuram o conflito socioambiental são mais bem expressas no espaço vivido. Com o intuito de captar e analisar as representações sociais da pesca dos atores sociais, a pesquisa fundamenta-se em teorias das representações (LEFEBVRE, 1983; MOSCOVICI, 2012). Para Moscovici, as representações sociais apresentam-se como formas de conhecimento que permeiam a realidade cotidiana e caracterizam-se por nortear os processos comunicativos e as práticas sociais. Essa concepção, que extrapola o âmbito conceitual e se apresenta como fenômeno, é o que articula indivíduo e sociedade em sua teoria. Nessa linha, as representações sociais circunscritas ao universo consensual, ou seja, ao universo cotidiano, universo do senso comum, além de orientar as interações e práticas sociais, são responsáveis por significar o desconhecido, isto é, o não familiar.

Desse modo, as novas situações e contradições engendradas pelo conflito, que se manifestam primordialmente no espaço vivido, em um primeiro momento fazem parte do que é incomum ao âmbito das representações sociais dos sujeitos que configuram esse espaço e necessitam ser familiarizadas. Assim, o aporte já existente de representações dá sentido ao que se apresenta como não familiar ao grupo social – esse processo é chamado por Moscovici de “ancoragem”.

Num segundo momento, a partir da significação cognitiva do desconhecido, há a sua exteriorização, ou seja, sua objetivação através das práticas. Logo, através desses processos de interação indispensáveis entre os âmbitos material e simbólico, exterior e interior, é que se constituem as representações sociais. Tais processos são essenciais para a compreensão dos elementos que se vinculam às representações sociais da pesca dos atores sociais em questão, principalmente daqueles que compõem o espaço vivido, pois é este que de fato se confronta com as situações novas, com o que lhe é imposto.

Vale ressaltar que a relevância da pesquisa reside no fato de enfocar um fenômeno relativamente recente no Rio Grande, pois, mesmo que o Polo Naval tenha sido implantado há oito anos, os impactos desse empreendimento foram mais fortemente sentidos após a sua expansão. Agrega-se a isto o fato desse processo (que rapidamente está transformando o município) carecer de estudos sociológicos. Além disso, o estudo, envolvendo os prejuízos de um desenvolvimento que teoricamente é sustentável, mas que na prática ameaça potencialmente a atividade pesqueira local, é importante, pois a pesca não caracteriza somente esse grupo social do Bairro Santa Tereza, mas é uma atividade que faz parte da cultura do Rio Grande. Desse modo, talvez se esteja falando de um processo de perda de identidade do Município em benefício de interesses econômicos de empresários e da esfera governamental nacional.

Contudo, também cabe destacar algumas dificuldades enfrentadas para a realização da pesquisa. Salienta-se nesse sentido a impossibilidade de comunicação com representantes da Quip S/A. As tentativas de contato superaram o número de vinte, considerando ligações feitas e e-mails enviados para a recepção da empresa e com os membros do setor de comunicação da mesma. Assim, a pesquisa acabou contando com um único entrevistado responsável por fornecer sua posição, que foi o advogado contratado pela empresa para mediar a negociação do conflito entre esta e os pescadores do bairro Santa Tereza.

Além disso, a pesquisa foi afetada pela falta de dados referentes à quantidade de pescadores existentes no bairro em outras épocas. Essa questão foi salientada a partir da própria percepção dos pescadores e de perguntas feitas com o intuito de eles se reportarem ao passado. Nota-se que a ausência desse tipo de informação é generalizada no que tange à questão da pesca na Lagoa dos Patos. Um estudo envolvendo as condições técnicas, econômicas e ambientais da pesca artesanal em todo o estuário (VASCONCELLOS; KALIKOSKI, 2013) não encontrou informações precisas sobre as modificações ocorridas na pesca. Logo, a forma de delimitar as transformações ocorridas num período de 30 anos se deu a partir da própria fala dos pescadores entrevistados, que foram orientados a falar sobre o esforço de pesca e capturas de quando iniciaram na pesca e referentes ao momento atual.

1.1. Metodologia

A coleta de dados teve, num primeiro momento, como base, o relatório da Plataforma Dhesca Brasil e a busca de informações sobre as questões que envolvem a cidade do Rio Grande e o Polo Naval em revistas, internet e principalmente jornais – sobretudo através do acervo de materiais do Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil da Universidade Federal do Rio Grande.

Aliada a isso, uma investigação empírica exploratória (por meio de entrevistas com quatro moradores do Bairro Santa Tereza e um pesquisador da temática dos conflitos ambientais no município do Rio Grande) foi realizada, em maio de 2014, visando ao aprofundamento da realidade social estudada e um norteamento para a pesquisa. Dos moradores entrevistados, dois deles são pescadores artesanais, um deles é presidente da associação de moradores do bairro (e também já foi pescador) e o outro é morador antigo que também chegou a trabalhar com a pesca. Esse tipo de entrevista contribuiu para a delimitação do campo que foi estudado, pois possibilita um melhor conhecimento deste e revela aspectos que provavelmente não seriam evidenciados somente com o processo de leitura (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005).

Considerando que a entrevista exploratória tem o objetivo de ampliar a visão sobre o trabalho, possibilitar novos rumos e estabelecer um primeiro contato com o campo de análise, é importante dizer que esta técnica foi utilizada de uma forma menos delimitada (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005; GIL, 2009). Portanto, nesta fase

da pesquisa foram realizadas entrevistas do tipo aberta ou “informal” como é chamada por Gil (2009, p.111).

Essas entrevistas foram essenciais para delimitar o objeto de estudo através do conhecimento, de fato, da problemática, do contato direto com a dimensão empírica. Estudos envolvendo o Bairro Santa Tereza realizados recentemente (PELLEJERO, 2009; DHESCA BRASIL, 2012) apontavam que a área contava com uma significativa comunidade pesqueira. Entretanto, a pesquisa empírica exploratória demonstrou o contrário, o que acabou por orientar o viés que será incorporado à análise e aos objetivos que se propõem.

Tendo em vista o interesse de trabalhar com aspectos mais subjetivos dentro da análise de conflito socioambiental, a partir da perspectiva das representações sociais, optou-se pela adoção de uma metodologia qualitativa. Parte-se do pressuposto de que trabalhar com representações significa descrever e qualificar esse fenômeno (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012), logo, acredita-se que um método de cunho qualitativo atenderia de melhor modo os interesses e objetivos da pesquisa. A metodologia qualitativa caracteriza-se por sua flexibilidade, manifestada até mesmo na forma da construção do objeto de pesquisa. Nesse sentido, vale evidenciar o afastamento do caráter mais rígido que constitui a pesquisa quantitativa. Além disso, ela mostra-se potente ao permitir que seja realizada uma descrição da realidade social e cotidiana através de aspectos mais interiores e até mesmo subjetivos (PIRES, 2010, p. 43).

Assim, a segunda fase, constituída pela pesquisa de campo e pela análise das informações coletadas e baseando-se no referencial teórico adotado, foi realizada através de entrevistas semiestruturadas com os atores sociais envolvidos direta ou indiretamente no conflito socioambiental. Foram eles: cinco pescadores envolvidos oficialmente no conflito com a Quip S/A, o secretário municipal da pesca, o advogado mediador do conflito, o secretário municipal de meio ambiente e um ex-técnico ambiental do Programa de Educação Ambiental do Porto do Rio Grande⁶. Estas entrevistas foram realizadas entre outubro de 2014 à janeiro de 2015.

Desse modo, elegeu-se a entrevista enquanto instrumento metodológico para realizar a pesquisa. Assim, se vale de alguns pressupostos epistemológicos e metodológicos para fundamentar essa escolha. O interesse da pesquisa em fazer

⁶ Ver apêndices A, B e C que contém os roteiros das entrevistas e apêndice D com quadro de informações-chave dos sujeitos entrevistados.

um estudo de conflito socioambiental através dos atores sociais envolvidos neste, assim como o interesse em captar representações sociais. Para que esta intenção e os objetivos da pesquisa vinculados a ela sejam atingidos, torna-se de extrema relevância adotar a entrevista qualitativa, tendo em vista que ela se apresenta como

[...] um meio de dar conta do ponto de vista dos atores sociais e de considerá-lo para compreender e interpretar as suas realidades. As condutas sociais não poderiam ser compreendidas, nem explicadas, fora da perspectiva dos atores sociais. A entrevista, assim, indispensável, não somente como método para apreender a experiência dos outros, mas igualmente, como instrumento que permite elucidar suas próprias condutas, na medida em que estas só podem ser interpretadas, considerando-se a própria perspectiva dos atores, ou seja, o sentido que eles mesmos conferem às suas ações (POUPART, 2010, p. 216-217).

Nessa perspectiva surge, o intuito da pesquisa de detectar, através das diferentes maneiras que imperam na linguagem, as representações sociais da pesca e estabelecer conexão com os interesses, ações e condutas dos atores sociais que se chocam entre si. Logo, a entrevista de cunho qualitativo se mostra eficaz para colher informações sobre as características do grupo social, do conflito em questão e das contradições do espaço historicamente consolidadas.

Assim, aliada às informações coletadas de materiais por escrito (relatórios, pesquisas, notícias de jornais etc.), a entrevista possibilita “coletar informações” sobre as estruturas e o funcionamento de um grupo, uma instituição, ou, mais globalmente, uma formação social determinada” (POUPART, 2010, p. 222) [grifos do autor]. No entanto, vale ressaltar que os sujeitos entrevistados trarão informações parcelares dessa realidade (idem, 2010). Daí decorre a necessidade de entrevistar diferentes atores sociais que compõem o conflito assim como confrontar suas informações e representações sociais com outras fontes de dados sobre a problemática.

Os questionamentos realizados nas entrevistas foram distintos para os diferentes atores sociais, mas, no geral, eles visaram a captar as representações, entender a relação de cada sujeito com a pesca e com os conflitos socioambientais ocorridos entre o Porto do Rio Grande e a atividade pesqueira (especialmente o conflito envolvendo a empresa Quip S/A).

Assim, aos pescadores do Bairro Santa Tereza, foram realizadas perguntas com um viés mais histórico sobre a vida desses sujeitos e a pesca no local, tendo por objetivo captar as alterações que a atividade pesqueira vem sofrendo ao longo

dos anos. Os questionamentos foram guiados com o intuito de entender como os diferentes conteúdos das falas constituem também as representações desses sujeitos. Já com o advogado mediador no conflito, a entrevista teve o foco de entender a problemática pontualmente além de captar a visão da empresa sobre essa questão. Na verdade, o advogado foi o único que forneceu informações contendo a posição da Quip S/A sobre o conflito, já que nenhum representante da mesma quis se manifestar.

Com os representantes da posição da SUPRG e da PMRG, as perguntas se dirigiram no sentido de captar suas intenções, planejamentos e práticas no que se refere à questão portuária e entender de que modo elas se vinculam com a garantia da qualidade e dos direitos do meio ambiente assim como dos indivíduos integrados a este. Além disso, questionamentos de cunho histórico foram levantados, buscando evidenciar as relações e situações ocorridas no passado que não podem ser apartadas das circunstâncias vivenciadas atualmente na relação pesca-porto.

Contudo, a realização dessas entrevistas foi a fase inicial do procedimento metodológico, que possibilitou a coleta de dados. Em seguida, sobre esse material foi aplicada a análise de conteúdo. Esse método é realizado sobre todos os tipos de materiais textuais e, nesse caso, também pode ser aplicado em entrevistas degravadas.

Esta técnica possibilita que as informações sejam analisadas de modo mais aprofundado, nesse caso, visando a obter significados de natureza sociológica. Ela se vincula ao tipo de pesquisa que se propõe tendo em vista que

A análise de conteúdo é, particularmente, utilizada para estudar materiais do tipo qualitativos (aos quais não se podem aplicar técnicas aritméticas). Portanto, deve-se fazer uma primeira leitura para organizar as ideias incluídas para, posteriormente, analisar os elementos e as regras que as determinam (RICHARDSON, 2008, p. 225).

Para tal, a proposta Bardin (2004) foi utilizada para fundamentar e guiar a parte metodológica da pesquisa, uma vez que se apresenta como um método que se articula à abordagem teórica adotada e se mostra adequado para alcançar os objetivos propostos. A análise de conteúdo é composta, segundo a autora, por um conjunto de técnicas para a análise das comunicações, portanto, tem um largo campo de aplicação. Nessa linha, Henry e Moscovici defendem que “tudo o que é

dito ou escrito é suscetível de ser submetido a uma análise de conteúdo" (BARDIN, 2004, p. 28).

O foco nessa perspectiva pode ser dividido em duas partes: a compreensão da comunicação tal qual está sendo dita e a compreensão de outras significações, direcionando o olhar para os significados de cunho sociológicos que podem ser extraídos da mensagem. Na presente pesquisa, a técnica utilizada, dentro dessa metodologia, foi a análise categorial. Ela se caracteriza por ser

[...] o método das categorias, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de classificação constitutivos da mensagem. É portanto, um método taxonômico bem concebido para satisfazer os colecionadores preocupados em introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente (BARDIN, 2004, p. 32).

Para trabalhar com esse material, primeiramente foram transcritas todas as entrevistas (incluindo as exploratórias), o que totalizou 113 páginas de gravação. Logo, foram definidos os índices e indicadores. Vale exemplificar: o índice como "diminuição de peixes" se referiu às passagens das entrevistas que, obviamente, estavam tratando dessa questão e serviu como indicador da categoria "precariedade da pesca". Esse indicador e categoria possibilitaram chegar ao conceito de representações sociais da pesca. Logo, o indicador bruto e palpável é o que possibilita a convergência entre a realidade empírica e material e o mundo abstrato da teoria. Outros indicadores utilizados foram: Exercício de outras profissões/atividades; percepções sobre a Lagoa dos Patos; Impactos na pesca; e Conflitos com a pesca.

Os conceitos-chave que guiaram a pesquisa e foram operacionalizados a partir da delimitação dos indicadores e categorias são: contradições do espaço, espaço vivido e representações da pesca. Contudo, foi através da análise de conteúdo, das categorias e índices definidos que se captaram as representações sociais da pesca dos atores sociais entrevistados e que foi compreendido o conflito enquanto problemática vinculada às representações dos sujeitos e enquanto expressão das contradições do espaço.

Enfim, cabe destacar brevemente o que segue na continuação desse estudo:

O capítulo 2 realiza uma contextualização da problemática, tratando dos dois temas que se convergem para dar origem ao conflito em questão: a pesca e o Porto. Assim, trata-se inicialmente da questão pesqueira na Lagoa dos Patos, realizando uma abordagem histórica, apresentando as modificações ocorridas na pesca a partir

da modernização ocorrida na década de 1970 e situando o papel dos pescadores rio-grandinos nesse cenário.

Num segundo momento, é abordada a questão portuária, começando a partir da política de revitalização da indústria naval, sua inserção no Município do Rio Grande. É feita uma contextualização da problemática do Polo Naval de forma mais ampla, evidenciando o que envolve o objeto de estudo, o Bairro Santa Tereza e a problemática da pesca, ambos vinculados à questão do ambiente portuário da cidade.

O terceiro capítulo possui caráter teórico. Inicia apresentação dos diferentes estudos atuais sobre conflitos socioambientais e representações sociais com o intuito de evidenciar os diferentes métodos, objetos de análise e abordagens teóricas utilizadas pelos autores. Em seguida, são expostas as perspectivas dos teóricos que fundamentam a pesquisa (a teoria do espaço e a teoria das representações de Henri Lefebvre e a teoria das representações sociais de Serge Moscovici), centrando-se especialmente nos conceitos que se pretende utilizar. Por fim, é feita articulação entre as teorias e com o objeto de estudo, ou seja, a questão do espaço (produção do espaço, contradições do espaço, espaço vivido, etc.) e das representações sociais, para se problematizar teoricamente o conflito socioambiental entre a Quip S/A e os pescadores do Bairro Santa Tereza.

O quarto capítulo efetiva a análise dos dados da pesquisa, é onde se estabelece, com mais ênfase, a relação entre as teorias e o material empírico. O foco aqui é atender aos objetivos da pesquisa. Apresentam-se os três elementos formadores das representações sociais da pesca (tradicionalidade envolvida na profissão; questão da relação contraditória com outras práticas e atividades; e visão de declínio e precariedade da pesca artesanal) e mostra-se como estas estão articuladas ao conflito: intensificando este ao mesmo tempo em que são reforçadas por ele. Tudo isso reflete, portanto, nas modificações ocorridas no espaço vivido e no modo de produção e reprodução do modo de vida dos pescadores – questão que também é trabalhada nessa parte da pesquisa.

Contudo, foi através destes capítulos - que contém respectivamente a contextualização da problemática, a teoria utilizada e a análise dos dados com base na metodologia adotada - que desenvolveu-se a pesquisa. Em todos os momentos, o enfoque dado buscou enfatizar o caráter social do conflito em questão,

direcionando o olhar para as transformações sociais ocasionadas a partir de modificações ambientais.

2. Desenhando contornos: uma aproximação à atividade pesqueira e às atividades do Polo Naval do Rio Grande.

Como já foi exposto, o estudo se dedica a compreender o conflito socioambiental entre os pescadores do bairro Santa Tereza e a empresa de construção de plataformas *offshore* Quip S/A no Rio Grande, tendo em vista que as obras na área da referida empresa transformaram a vida dos moradores locais, em especial, dos pescadores. Nesse sentido, é importante abordar o contexto mais amplo que propicia a existência desse conflito e de outras disputas e modificações que vêm ocorrendo no município.

Assim, além de apontar as políticas e projetos que contribuíram para o desenvolvimento portuário do Rio Grande e demonstrar o que acarretou na realidade empírica e local a consolidação dessas ações, se tratará da questão pesqueira. Essas duas temáticas, Pesca e Porto, que rendem análises inesgotáveis, se enlaçam para compor o problema da presente pesquisa. A relação entre estas constitui uma questão de dimensão histórica no Município.

Num primeiro momento, busca-se descrever o cenário da pesca, evidenciando a importância do estuário da Lagoa dos Patos para a realização dessa atividade no Rio Grande do Sul. Em seguida, serão abordadas as modificações sofridas pela pesca artesanal nas últimas décadas nesse ambiente. Destaca-se que, no município do Rio Grande, os problemas da pesca intensificam-se, tendo em vista que essa atividade tem que disputar espaço com interesses de outros setores da economia, como o portuário.

Além disso, com o intuito de compreender o processo geral de alterações que permeiam o município do Rio Grande desde o início dos anos 2000 e decorrente da proposta de revitalização iniciada no governo Lula, pretende-se tratar a respeito da política em si – evidenciando a lógica de sua criação, pós-constituição de 1988, e, por conseguinte, sua fundamentação em premissas institucionais de um governo democrático e engajado em reconstruir o setor naval no país. Assim, serão ressaltadas as principais diferenças e semelhanças com a política de construção da indústria naval (consolidada entre as décadas de 1960 e 1980) que envolveram também o município rio-grandino.

Posteriormente, analisou-se a questão específica do Rio Grande, município que se encontra diretamente afetado e imerso na lógica de uma política de nível nacional. Assim, foi realizada uma abordagem histórica, que possibilitará a

compreensão do contexto atual, evidenciando o caráter portuário já presente no município. Em seguida, foi exposto o cenário atual que permeia a cidade. Nessa linha, foram abordados os diferentes âmbitos que estão sendo impactados com a alocação do Polo Naval e que evidenciam a transformação do espaço social e das relações sociais na cidade.

Enfim, esta etapa da pesquisa permite expor o contexto macro do objeto de estudo onde insere-se a relação conflituosa entre a empresa Quip, localizada no Polo Naval, e a comunidade pesqueira do bairro Santa Tereza, presente em seu entorno. Consideram-se as transformações ocorridas no local como um impacto decorrente também das atividades da indústria naval e por isso a necessidade de discorrer sobre o cenário mais amplo que engloba esta situação específica. Por último, é feita uma caracterização do bairro estudado e do conflito em questão, imersos nesse contexto.

2.1. Atividade pesqueira: uma abordagem histórica para compreender o presente.

A pesca, no Brasil antecede a chegada dos navegadores portugueses, sendo historicamente praticada por índios (DIEGUES, 1999). Mantendo-se no período colonial, ela acabou por originar culturas regionais do litoral “entre as quais podem ser citadas a do *jangadeiro*, em todo o litoral nordestino, do Ceará até o sul da Bahia; a do *caíçara*, no litoral entre o Rio de Janeiro e São Paulo, e o *açoriano*, no litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.” (DIEGUES, 1999 p. 2) [grifos do autor]

Como aponta Diegues (1999), no início do século XX, a atividade pesqueira expandiu sua importância dentro do comércio. Destaca-se, nesse cenário, a pesca de sardinha com traineiras (barcos que utilizavam traina, uma rede de cerco), ocorrida especialmente no litoral entre São Paulo e Rio de Janeiro, e a pesca no extremo sul do Brasil dos descendentes de pescadores açorianos. Em meados desse século tem-se o investimento do governo federal na indústria pesqueira de cunho empresarial. Essa modalidade da pesca atinge seu ápice nos anos 1970, a partir desse processo de modernização, mas entra numa grave crise na década seguinte, decorrente principalmente da sobrepesca de camarão e outros “pescados”. Esse período é caracterizado pela ocorrência de uma gama de mudanças sociais através da introdução de relações capitalistas nesse setor e dos conflitos oriundos entre as diferentes modalidades da pesca.

Esse processo de modernização e pilhagem da natureza, iniciada já nos anos 60, acentuou-se nas décadas subsequentes numa violência nunca dantes constatada nesse país. Se, num primeiro momento, essas indústrias usaram suas próprias embarcações para a pesca intensiva de espécies comerciais voltadas para a exportação (camarão, piramutaba, etc.), num segundo momento passaram a explorar também as áreas reservadas para a pequena pesca. [...] Essa articulação com a empresa capitalista não foi, no entanto, despida de conflitos sérios com a pesca artesanal, resultando tanto da pilhagem desenfreada dos recursos naturais, causadora de uma grande mortandade de peixes miúdos pelo arrasto, como na destruição dos aparelhos de pesca tradicionais (DIEGUES, 1999, p. 10).

Destaca-se que, apesar dos conflitos e alterações sofridas desde as últimas décadas, a pesca artesanal é ainda hoje mundialmente responsável pelo sustento de milhares de pessoas. No entanto, são precárias as informações sobre “condições técnicas, socioeconômicas e ambientais, incluindo o número de pescadores, modos de vida [...]” (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2013, p. 1). Nessa atividade, realizada em ambientes costeiros rasos e estuarinos, os pescadores costumam ser proprietários das embarcações, além de ser caracterizada pela utilização de tecnologias simples e do trabalho familiar. Os barcos utilizados na pesca artesanal se caracterizam por serem

[...] construídos com pranchas de madeira, sem qualquer cabine permanente (tendas e convés removíveis costumam ser usados), convés ou compartimento para o pescado. Os barcos motorizados (conhecidos como “botes” ou “chalupas”, estas com popa reta) têm um casco em forma de “v”, levam um motor de centro e usam diesel (mais comum), gasolina ou gás (menos comum) como combustível. Motores de popa são menos comuns. Os pescadores normalmente têm um barco auxiliar (normalmente sem motor), chamado “caíco” ou “batera”, também construído com pranchas de madeira, mas com um fundo chato. Esses barcos variam de tamanho de 1.5 a 5.5 metros e são usados em pescarias em águas rasas (como nas pescarias de camarão com aviôzinho), no carregamento das redes e no transporte do pescado e pescadores. Esses barcos são chamados de canoas [...] (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2013, p. 22). [grifos do autor]

No Rio Grande do Sul, a pesca artesanal “costuma ter início na infância, em continuidade à principal atividade e/ou profissão dos pais, sendo o conhecimento transmitido de pai para filho ainda na infância” (GARCEZ; SANCHEZ-BOTERO, 2005, p. 22). Essa atividade possui forma própria estabelecida ao longo do tempo, mas suas técnicas sofrem mudanças a partir da exigência do mercado e da utilização de novas tecnologias (DIEGUES, 1999). Esse estado aparece como “o quarto estado brasileiro mais importante na produção artesanal de pescado” e “o

maior produtor brasileiro de camarão rosa" (GARCEZ; SANCHEZ-BOTERO, 2005, p. 18) e se caracteriza por apresentar

[...] diversos corpos d'água, disponíveis sobre a forma de rios, lagos, barragens, lagoas costeiras, estuário e uma faixa marinha, dispostos ao longo de 622 km de litoral. Tais ambientes propiciam e favorecem o estabelecimento e manutenção de populações humanas, as quais se utilizam destes ambientes para fins de recreação, navegação, transporte, desenvolvimento de atividades industriais, turísticas e de pesca, constituindo-se esta última, uma das mais tradicionalmente praticadas (idem, p. 17).

A Lagoa dos Patos, que alcança o objeto deste estudo, fica localizada na zona costeira do Rio Grande do Sul. Esse tipo de ambiente – lagoas costeiras – se apresenta como berçário e área de alimentação e reprodução de diversas espécies que são fortemente afetados por ações antrópicas. Com a Lagoa não é diferente. Verifica-se a importância da Lagoa dos Patos no Rio Grande do Sul para a realização da atividade pesqueira, pois ela concentra a maior parte dos pescadores da região (GARCEZ; SANCHEZ-BOTERO, 2005). O seu estuário, que fica no extremo sul do estado, possui uma fauna e flora diversificada e é berçário de diferentes peixes e crustáceos, alguns de relevância comercial.

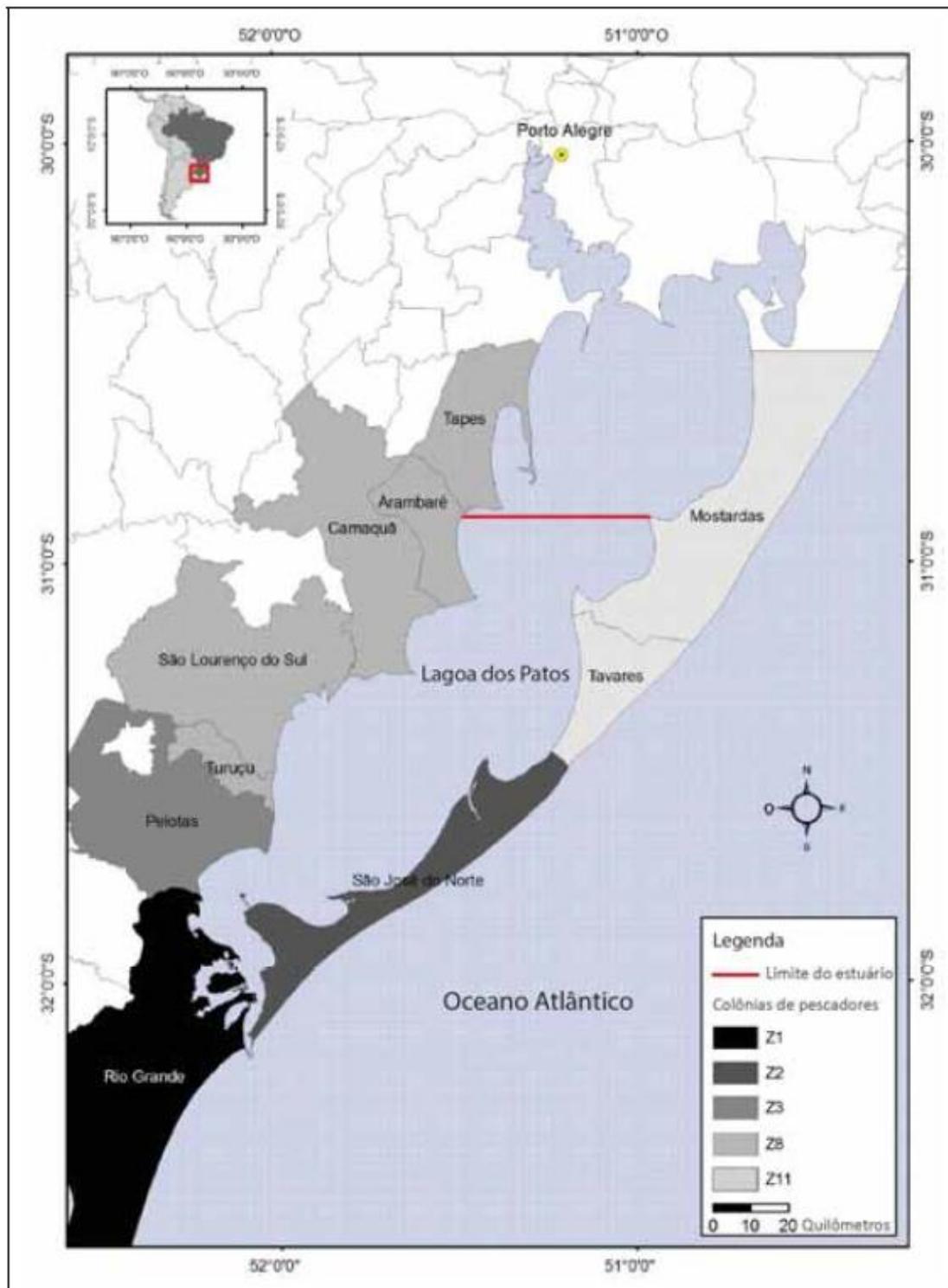


Figura 1: Lagoa dos Patos com indicação das colônias de pescadores. Fonte: VASCONCELLOS; KALIKOSKI, 2013.

Algumas espécies se localizam somente no estuário, no entanto, outras o habitam passageiramente, utilizando-o, por exemplo, como local de reprodução ou de alimentação para organismos marinhos juvenis. Estes animais entram e saem da Lagoa através de um canal que possibilita a conexão com o oceano Atlântico.

Dentre as espécies presentes no estuário destacam-se quatro de maior importância para a pesca artesanal, que são: o camarão-rosa (*farfantepenaeus paulensis*), o bagre (*genidens barbus*), a corvina (*micropogonias furnieri*) e a tainha (*mugil platanus*). Estas habitam o estuário de forma parcial, completando nele apenas um ciclo das suas vidas (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2013).

A totalidade de pescadores artesanais do Rio Grande do Sul corresponde a 17.323. Destes, 7.068 estão nos municípios de Rio Grande, São José do Norte, Pelotas, São Lourenço do Sul e Tavares, correspondendo a 41% do total (SISRGP, 2012). Os dados apontam um número de 1080 pescadores artesanais no Rio Grande, sendo inferior somente a São José do Norte, que conta com 1183 pescadores. Além disso, estima-se que em média 1435 dependam da pesca (nessa contagem inserem-se aquelas pessoas que participam das atividades de apoio à pesca, como manutenção de equipamentos e comercialização do pescado) (KALIKOSKI; VASCONCELLOS ,2013).

Dados de 2010 apontam que os maiores resultados econômicos dentre esses municípios a partir da pesca estão em São José do Norte (R\$16.123 milhões), Rio Grande (R\$13.268 milhões) e Pelotas (R\$11.630 milhões). Todavia, estes dois últimos locais correspondem a uma menor parte do PIB (cerca de 5% a 10%) em comparação com as outras cidades (12.9% a 25.7% em São Jose do Norte e 6.0% a 11.1% em Tavares) tendo em vista a importância econômica de outros setores (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2013).

A modernização que afetou e impactou a pesca nos anos 70 impacta também essa atividade no Estuário da Lagoa dos Patos, trazendo mudanças consideráveis. Até esse período, o que guiava a pesca artesanal era o conhecimento tradicional e local, assim “o processo de gestão dos recursos pesqueiros artesanais era feito informalmente pelas comunidades de pescadores” (KALIKOSKI et al, 2006, p. 113). Em seguida, ocorrem modificações que afetam a forma como a pesca era até então conduzida: a gestão torna-se centralizada com o novo sistema adotado pós anos 70, a pesca passa a ser realizada prioritariamente e legalmente por saquinho⁷, cresce o

⁷ O saquinho é uma “rede de espera, de formato afunilado, compostas de argolas de metal que diminuem de diâmetro da boca para o final da rede, formando vários saquinhos interligados, que impedem que o camarão volte para a boca da rede, indo cada vez mais para dentro. As redes são fixas nas áreas rasas do estuário e utilizam um lampião a gás para atrair o camarão” (KALIKOSKI, 2006, p. 100).

número de pescadores e a pesca de arrasto é praticada devido à redução de “produto” pesqueiro (KALIKOSKI et al, 2006).

A pesca artesanal e a exportação do produto pesqueiro até mesmo para outros países já era realizada na Lagoa dos Patos desde o final do século XIX. Já a pesca industrial iniciou na Lagoa em 1967. No mesmo ano, teve o aumento de indústrias pesqueiras no Rio Grande do Sul influenciado pelos investimentos a juros baixos. Na década de 1970, acordos comerciais entre Brasil, Uruguai e Argentina propiciaram o crescimento significativo da atividade pesqueira industrial na costa do estado e o desembarque derivado desta no município do Rio Grande (KALIKOSKI et al, 2006, p. 91).

Um dos estudos contemporâneos mais completos sobre a pesca artesanal na Lagoa dos Patos⁸ aponta que são deficientes as informações referentes à captura, ao esforço de pesca e a captura por unidade de esforço devido à precariedade do monitoramento. Logo, para obter esses dados, os pesquisadores o fizeram a partir do próprio relato dos pescadores orientados a expor seu esforço e capturas atuais e de quando iniciaram na pesca. Através deles foi possível demarcar num período histórico de 30 anos as modificações ocorridas na pesca. Na cidade do Rio Grande, as capturas individuais declinaram drasticamente: há 30 anos totalizavam em média 3407 kg/ano e atualmente correspondem a 1740 kg/ano. Todos os dados obtidos possibilitaram definir um quadro de declínio das capturas e de recursos, pois “estes resultados apontam para uma redução real no desempenho das pescarias, que pode ter consequências diretas para a renda e a segurança alimentar a longo prazo.” (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2013, p. 77).

A criação de diversas espécies de peixes e crustáceos concentrada no estuário da Lagoa dos Patos torna este ambiente de grande importância ecológica e também de importância econômica e social. No entanto, esse sistema, há cerca de trinta anos, vem sendo impactado pela diminuição contínua de capturas tanto na pesca artesanal quanto na pesca de arrasteiros e traineiras no oceano (KALIKOSKI et al, 2006).

⁸ “Estudo das condições técnicas, econômicas e ambientais da pesca de pequena escala no estuário da Lagoa dos Patos” de Daniela KALIKOSKI e Marcelo VASCONCELLOS.

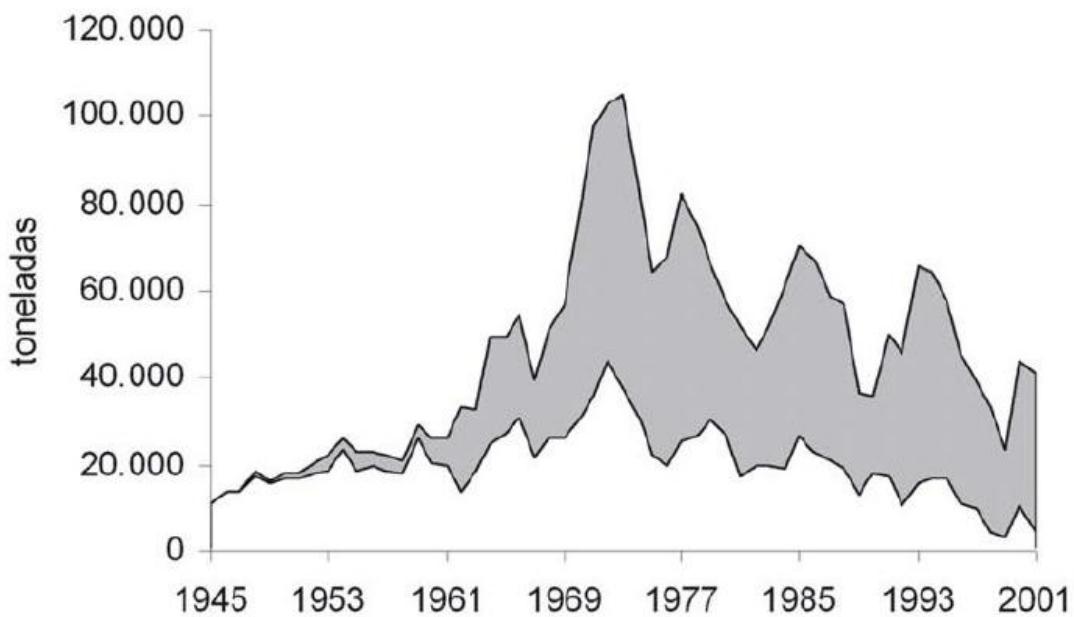


Figura 2: Desembarque no estuário da Lagoa dos Patos da pescaria artesanal e industrial (em branco e em cinza respectivamente) (Fonte: KALIKOSKI et al, 2006).

Distintas pesquisas já demonstram as alterações históricas dessa atividade, que são resultantes, em última instância, do declínio de “pescado” nas últimas décadas.

Os dados disponíveis sobre pescarias artesanais indicam que a produção total aumentou de aproximadamente 10.000 toneladas em 1945 a um pico de 43.640 toneladas em 1972, e decaiu continuamente desde então. Os desembarques artesanais representaram mais de 80% do total desembarcado no sul do Brasil em 1966. O total do desembarque em 2008, o último ano com dados disponíveis, foi de 6.592 toneladas. Os desembarques dos principais recursos seguiram mais ou menos o mesmo padrão de declínio após a metade da década de 70, principalmente como resultado da sobrepesca. Atualmente, os principais recursos artesanais estão plenamente explotados, sobreexplotados, ou esgotados, e os desembarques estão próximos dos níveis de subsistência (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2013, p. 4).

Levantamento de dados, realizado com a intenção de caracterizar a pesca artesanal no Rio Grande do Sul (GARCEZ; SANCHEZ-BOTERO, 2005, p. 26), demonstra que a redução de peixes é ressaltada pelos pescadores de quase todas as regiões do estado. O estudo aponta algumas causas dessa diminuição que afeta tanto a quantidade quanto o tamanho do pescado. Nesse sentido, destaca-se: poluição (causada por despejo de esgoto doméstico *in natura* e de rejeitos industriais e do escoamento de defensivos agrícolas), o impacto causado por agrotóxicos e o desmatamento ilegal em áreas marginais. Outras fontes indicam que

a Lagoa dos Patos é também contaminada por matérias orgânicas e metais pesados resultantes de drenagens, atividades portuárias e de terminais pesqueiros (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2013, p. 6).

Além disso, a pesca no Estado é atravessada por conflitos. Entre os próprios pescadores, com outros grupos sociais que utilizam diversamente o mesmo espaço - como mineradores de areia e agricultores de arroz -, e com órgãos fiscalizadores, como o IBAMA (GARCEZ; SANCHEZ-BOTERO, 2005, p. 26). O trabalho de Kalikoski (2006) identificou as contradições existentes sobre a opinião dos pescadores do estuário da Lagoa dos Patos e os órgãos fiscalizadores. Seus conhecimentos tradicionais os fazem crer que em determinadas situações a pesca de arrasto (proibida) pode ser menos prejudicial do que a pesca de saquinho (permitida)⁹. Complementando,

No estuário da Lagoa dos Patos a legislação (Portarias IBAMA 171/98 e 144/00 e Instrução Normativa MMA/SEAP 03/2004) define calendários de pesca para cada um dos principais recursos pesqueiros artesanais. Para a pesca do camarão, o calendário é definido como um período fixo entre o dia 02 de fevereiro e 31 de abril, embora pescadores, tomadores de decisão e cientistas reconheçam que o ciclo de crescimento e produção do camarão no estuário varie entre anos e áreas devido à dinâmica ambiental local (KALIKOSKI, et al, 2006, p. 108).

Os pescadores, considerando a complexidade do ciclo do camarão, também acreditam que o calendário desse crustáceo deveria ser adaptado. No entanto, o IBAMA, órgão que apresenta certas precariedades no âmbito dos recursos humanos, diz não possuir capacidade de flexibilizar o calendário.

Vale salientar a diferença na quantidade de pescadores artesanais apontadas por estudos realizados em épocas distintas: enquanto em 2005 estimava-se a existência de 4700, sendo destes 3500 registrados (GARCEZ; SANCHEZ-BOTERO, 2005), oito anos depois verifica-se um total de 1080 pescadores no município do Rio Grande (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2013). Também se ressalta que, atualmente, a maior parte dos pescadores não realiza somente a atividade pesqueira, exercem outras atividades e possuem outras fontes de renda, sendo que

⁹ “Praticamente desde a sua introdução no estuário da Lagoa dos Patos, o saquinho, assim como a rede de saco, foram oficialmente regulamentadas como as únicas artes de pesca permitidas para a pesca do camarão-rosa (Portarias SUDEPE no. N-060, 20/12/1984; no. 04, 14/01/1986; no. 15, 20/03/1986; IBAMA no.09-N /93, 03/02/1993; IBAMA No. 171/98, 22/12/1998; IBAMA 144/2001 e Instrução Normativa MMA/SEAP 03/2004) sendo proibida a utilização de qualquer tipo de arrasto (coca, calão, prancha, e mais recentemente o berimbau).” (KALIKOSKI et al, 2006, p. 100)

“menos de um terço dos pescadores entrevistados nas principais localidades do estuário declarou pescar o ano todo como sua única fonte importante de renda” (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2013, p. 92). Logo, esses pescadores de pequena escala utilizam-se de diversificadas fontes de renda como modo de subsistência.

Nota-se, portanto, que a pesca no estuário da Lagoa dos Patos é uma atividade que, por diversos fatores, está em declínio. Os diferentes impactos que causam a diminuição dos “recursos pesqueiros” afetam consequentemente uma atividade tradicional consolidada historicamente. Contudo, destaca-se que o entendimento da manutenção de modos de vida tradicionais e locais passa pela compreensão da relação existente entre este e o sistema dominante subjacente (CHAMY, 2004). Sendo assim, torna-se necessário também expor a realidade portuária do Município do Rio Grande, que atravessa essa atividade pesqueira e articula-se a ela para compor o caráter da cidade.

Apesar da sua elevada importância ecológica como uma área da Reserva da Biosfera, o estuário da Lagoa dos Patos, bem como seus ecossistemas adjacentes, está sob pressão do desenvolvimento econômico. Os municípios de Pelotas (ca. 328.000 habitantes) e Rio Grande (ca. 197.000 habitantes) são os centros urbanos mais importantes na região. As instalações portuárias e ancoradouros da cidade de Rio Grande fazem do estuário da Lagoa dos Patos uma área geopolítica estratégica nos sistemas de mercados econômicos internacionais, que criam fortes interesses por desenvolvimento econômico dos diferentes níveis do governo brasileiro (federal e estadual). Isso cria oportunidades para industrialização e desenvolvimento rápidos e intensos, que, por sua vez, causam tipos diferentes de impactos ambientais. Concomitantemente à atual depleção dos recursos pesqueiros, aspectos naturais como marismas, vegetação ciliar, áreas alagadas, lagoas e praias costeiras, que têm um papel importante na manutenção da integridade dos ecossistemas costeiros, estão sendo explotados por atividades conflitantes e com interesses econômicos imediatistas. (KALIKOSKI, VASCONCELLOS, 2013, p. 6).

2.2. Uma contextualização histórica da Política de Revitalização da Indústria Naval Brasileira

Os anos 2000 se caracterizam no Brasil pela adesão de políticas específicas de desenvolvimento da indústria e, entre elas, insere-se a política de revitalização da indústria naval (IPEA, 2013, p. 7). O ciclo de investimento nessa ampliação caracteriza-se por compreender

[...] a atividade de fabricação de embarcações e veículos de transporte aquático em geral, envolvendo desde navios de apoio marítimo, portuário, petroleiros, graneleiros, porta-contêineres e comboios fluviais até a construção de estaleiros, plataformas e sondas de perfuração para

produção de petróleo em alto-mar, além de toda a rede de fornecimento de navipeças. (IPEA, 2013, p. 9).

A expansão da indústria naval atual é decorrente da demanda doméstica do setor petrolífero (LACERDA, 2003, 63). Tanto o Estado como a esfera privada estão investindo nas atividades petrolíferas *offshore*¹⁰. Nesse cenário, a política foi também intensificada e ampliada com a descoberta dos campos de pré-sal em 2007. Tendo em vista que esta política desenvolvimentista se estabelece em contexto “democrático”, encontra-se teoricamente pautada em aspectos como a descentralização e a incorporação da participação da sociedade civil em processos decisórios (IPEA, 2013, p. 8).

Diante disso, o modelo atual afasta-se do modo como o setor naval brasileiro foi concebido e gerenciado por volta dos anos 1970. O governo militar, na época, com a intenção de se inserir como potência mundial na economia, investiu na criação de estatais relativamente autônomas responsáveis por engendrar o plano de reformulação da indústria brasileira (CARVALHO, et al., 2013., p. 7). Neste cenário, a indústria naval se constitui pautada numa política “*top down*”, isto é, focada em planos e estratégias do nível nacional de governo que se impõem sobre os demais. Logo, a relação entre estas esferas governamentais se deu de modo hierárquico (CARVALHO, et al., 2013).

Nessa época, políticas do setor naval eram gerenciadas somente pela Superintendência de Marinha Mercante (Sunaman) e a centralização da administração nesse único órgão foi um dos fatores que acarretou a decadência e consequente estagnação da indústria naval.

Vale ressaltar que esse setor, a partir dos anos 1970, aumentou significativamente sua produção e atingiu seu auge na década de 1980. Porém, após atingir seu pico em produções, veio a estagnação. Foi nesse período que o setor entrou em decadência, tendo em vista fatores como a gestão precária do processo e o contexto econômico e fiscal crítico no país. A crise naval no Brasil teve duração de praticamente duas décadas.

A política industrial, em menos de uma década a partir do início do II PCN, tinha colocado a construção naval brasileira entre as maiores do mundo. Contudo, o sucesso foi temporário e, ao longo das décadas de 80 e 90, a

¹⁰ As atividades offshore caracterizam-se por serem realizadas no mar, em oposição à onshore que se dá em terra firme.

construção naval no Brasil entrou em decadência, enquanto a indústria sul-coreana disputava a liderança mundial (LACERDA, 2003, p. 50).

Dentre os fatores responsáveis pela crise no setor, na década de 1980, além da centralidade administrativa na Sunaman, que sobrecarregou o órgão, têm-se a dívida externa e os problemas oriundos da proposta de nacionalização da produção (encarecimento do produto, por exemplo) (LACERDA, 2003). Nesse sentido, “reconhecendo os erros cometidos durante a década de 70, houve uma tentativa de correção de rumos. Para o período 1980-1985, foram estabelecidas novas diretrizes para o relacionamento entre o governo e o setor privado” (LACERDA, 2003, p. 57). Assim, na década de 1990, foi possível visualizar os primeiros sinais de retomada da indústria naval, mas é somente nos anos 2000 que o governo voltar a investir na exploração de petróleo, desenvolvendo políticas de revitalização da indústria naval.

Ao comparar a forma como o setor se consolidou atualmente com o instituído no período do governo militar, o IPEA (2013) identifica algumas semelhanças e diferenças. Com relação às similitudes, ambos estão apoiados “no financiamento público de empresas privadas para a construção de estaleiros e embarcações no país” (IPEA, p. 26), ao passo que as distinções são referentes ao envolvimento de mais atores no arranjo atual e à presença de diferentes instrumentos e etapas. Na percepção do IPEA, o arranjo atual encontra-se mais complexo e preparado para lidar com o setor privado e evitar ruir por conta dos interesses empresariais, pois possui mais órgãos dedicados ao monitoramento dos processos.

Ademais, diferentemente do governo encontrado entre as décadas de 1960 e 1980, pautado num regime autoritário e imbuído de uma lógica burocrática, a atual gestão se pauta em princípios constitucionais democráticos (IPEA, 2013). Logo, no que tange aos aspectos e processos que envolvem a consolidação da indústria naval, identifica-se, atualmente, a incorporação de espaços para a participação da sociedade civil em procedimentos de controle ou decisórios. Nessa linha, destaca-se, por exemplo, a audiência pública presente no processo de licenciamento ambiental que serve como um canal de diálogo entre a população e os agentes públicos e privados envolvidos em determinada implantação de estaleiro.

No entanto, aparecem como questionáveis esses princípios democráticos que envolvem a política de revitalização da indústria naval contemporaneamente. Sabe-se que a realização da audiência pública muitas vezes é realizada somente como forma de cumprir essa etapa exigida no licenciamento, sem, de fato, incorporar a

posição da sociedade ao Estudo de Impacto Ambiental. Além disso, por vezes, são realizadas adequações e flexibilizações nesse processo, com o intuito de viabilizar projetos, onde a participação da população local não é democraticamente efetivada (ZHOURI, et al., 2005). Adiante, serão mencionados casos que evidenciam situações de injustiças sociais e ambientais que se opõem aos pressupostos teoricamente democráticos dessa política.

Primeiramente, a política de revitalização da indústria naval esteve vinculada ao Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) e em seguida ao Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF). Posteriormente, no ano de 2007, foi incorporada às metas do Programa de Aceleração do Crescimento (IPEA, 2013, p. 12). Esse cenário tem como marco a construção da plataforma semissubmersível p-51 – primeira plataforma a ser construída no Brasil. O PAC, que atualmente opera na sua segunda fase, foi desenvolvido em 2007 durante o segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, com o intuito de investir em grandes empreendimentos de infraestrutura no país.

Com o programa de revitalização da indústria naval, o Governo Federal buscou investir na construção de estaleiros e embarcações brasileiras e atender à demanda da Petrobras. O PAC 1 contou com o financiamento de 301 embarcações e 5 estaleiros, enquanto que, para o PAC 2, iniciado em 2011, são estimados investimentos de R\$ 31 bilhões de reais dedicados à construção de estaleiros e embarcações¹¹. Inseridos no PAC, os projetos dedicados à revitalização da indústria naval ganharam prioridade de implementação pelo Governo Federal. O arranjo político-institucional envolvido nesse processo de fortalecimento da indústria naval envolve quatro atores como protagonistas. São eles: Transpetro, Ministério dos Transportes, Agentes Financeiros e empresas do Setor (IPEA, 2013, p. 14).

A formulação de projetos é feita pelo setor naval privado, juntamente com o Transpetro e apresentadas ao Ministério do Transporte, órgão responsável pelas decisões de planejamento e financiamento no setor. Em seguida, os projetos aprovados são financiados pelos agentes financeiros – BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, entre outros (IPEA, 2013). Além disso, o Governo atua

¹¹ Para maiores informações sobre o assunto acessar o link: <http://www.pac.gov.br/energia/revitalizacao-da-industria-naval>

através da influência nas decisões da Transpetro. Esta empresa, subsidiária da Petrobras,

[...] acaba atuando como um agente responsável por organizar e coordenar a demanda do setor privado por financiamento para projetos. Ao lançar suas encomendas de embarcações no mercado (via licitação), a companhia estabelece contratos com os estaleiros, garantindo-lhes a compra das embarcações fabricadas, e, junto com os estaleiros, formulam os projetos básicos e pleiteiam o financiamento concedido pelo FMM (IPEA, 2013, p. 16).

Os lucros gerados por esses empreendimentos são evidentes, porém questionam-se quais são os benefícios reais trazidos pelo crescimento econômico. Os projetos que se materializam são fruto de uma política caracterizada pelo governo como desenvolvimentista. Mas quais seriam, no contexto em questão, os critérios que definem desenvolvimento? Cabe abrir um parêntese na contextualização da questão naval brasileira para discutir a concepção de desenvolvimento.

Ainda é muito difícil definir de forma sintética no que consiste o desenvolvimento, pois essa noção é concebida de diferentes formas (VEIGA, 2005). No entanto, atualmente pode ser vislumbrada uma tentativa de superação de caracterização desse termo como sinônimo de crescimento econômico. Isso decorre da percepção de que os problemas da realidade social não serão superados através somente do crescimento econômico. Assim, “o que importa é deixar bem claro que o desenvolvimento não se confunde com o crescimento econômico, que constitui apenas a sua condição necessária porém não suficiente” (SACHS, 2005, p. 9), ou como pontua Amartya Sen:

[...] o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um *meio* de expandir as liberdades desfrutadas por membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como suas disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas) (SEN, 2010, p. 16).

É com base nessa perspectiva que se enfocará de forma crítica a consolidação do Polo Naval no município do Rio Grande. O desenvolvimento precisa ser indispensável e centralmente prever a ampliação das liberdades substantivas dos sujeitos e, como já apontado, não se propõe algo diametralmente oposto das concepções que reforçam o papel do crescimento econômico. Destaca-se somente que essa concepção que engrandece o papel do âmbito econômico deve ser expandida. Além disso, considera-se que ao tratar dessas políticas federais e programas como o PAC, o seguinte questionamento deve nortear o olhar: crescimento econômico para quê e para quem?

Logo, faz-se indispensável um projeto social essencialmente ligado à proposta de desenvolvimento para que este possa ser designado como tal. Porém, se essas políticas do governo federal estão privilegiando interesses meramente econômicos do governo e de empresas em detrimento de interesses e direitos sociais, como podem possuir um caráter desenvolvimentista? O que costumeiramente verifica-se é uma inefetividade dos canais de participação da sociedade civil que aparecem na maior parte dos casos como um cumprimento de etapa formalmente estabelecida na implementação desses projetos, mas que na prática não fazem surtir efeitos (ZHOURI, et al., 2005; VIGLIO, 2011; SILVA; SATO, 2012). Contudo, busca-se discutir essa lógica exposta acima sobre a indústria naval no Brasil no que tange às transformações ocorridas no município do Rio Grande.

2.3. O Rio Grande e a Indústria Naval: os investimentos no setor que reconfiguram o Município.

Os dois diferentes momentos de foco na indústria naval brasileira, no período do governo militar e atualmente, envolveram a implantação de projetos desse setor no município do Rio Grande. O forte investimento destinado a Rio Grande é decorrente do seu ótimo posicionamento geográfico, seu potencial hidroviário e sua prévia constituição portuária. Vale ressaltar:

No contexto trazido desde a década de 40 até hoje é preciso lembrar que o Porto de Rio Grande sempre interligou todas as regiões estaduais pela malha rodo-ferroviária e pelo sistema navegável das Lagoas dos Patos e Mirim, atualmente continua como o mais importante do Estado do Rio Grande do Sul e figura dentre os maiores do Brasil, além de possuir relevante destaque por sua posição estratégica (PELLEJERO, 2009, p. 55).

O município, localizado no extremo sul do Rio Grande do Sul, é o mais antigo do estado. Fundado em 1737, encontra-se entre a Lagoa Mirim, a Lagoa dos Patos e o oceano Atlântico. Sendo geograficamente cercado por água, caracteriza-se por ser uma cidade peninsular e possuir uma economia fortemente pautada nas atividades hidroviárias. A cidade é marcada por ser historicamente pesqueira. Além do desenvolvimento da pesca artesanal e industrial ao longo da costa rio-grandina, o município é fortemente caracterizado pela área portuária. As atividades do Porto possibilitam que a cidade do Rio Grande tenha uma das melhores economias do Estado. O Município, nesse âmbito, é responsável por importar contêineres e fertilizantes e exportar grãos, alocar indústrias petroquímicas, de fertilizantes, refinaria de petróleo, etc.

O Porto, atualmente separado em três instâncias, foi primeiramente construído no espaço chamado Porto Velho, por volta dos anos 70 do século XVIII. Posteriormente, entre os anos 1910 e 1915, foi consolidada sua segunda área denominada Porto Novo. O Porto Velho dedica-se às atividades de carga e descarga de hortifrutigranjeiros e materiais de construção, prestação de serviço ao setor marítimo-portuário e voltado à indústria pesqueira, entre outras operações. O Porto Novo, por sua vez, situado também ao norte da cidade, é responsável pela realização de atividades como as de cunho militar, carga e descarga de contêineres, construção e reparo navais. Além disso, a área mais recente do Porto, localizada ao leste do município e denominada Superporto, destina-se, entre outras coisas, à atividade de carga e descarga de petróleo e fertilizantes (DHESCA BRASIL, 2012).

Anterior à implantação dos empreendimentos atuais e daqueles oriundos, no município, entre as décadas de 60 a 80, Rio Grande teve uma primeira fase de transformações e expansão econômica, a partir do século XIX, com a criação de um parque fabril. O porto marítimo estrategicamente consolidado, tendo em vista as adequadas condições geográficas do município, possibilitou, também durante o século XIX, a expansão comercial assim como a implantação de um parque industrial (PELLEJERO, 2009).

Nesse período, o desenvolvimento no Brasil se dava de forma dispersa e sua configuração acarretou a expansão econômica em determinadas localidades do país - consequência também da falta de meios de comunicação por terra. No que tange à cidade do Rio Grande, seu caráter portuário acabou por determinar o desenvolvimento econômico da época (PELLEJERO, 2009). Atualmente, é com

base na infraestrutura já consolidada do Porto rio-grandino que empreendimentos como os propostos pelo PAC são implantados na cidade.

No que se refere ao parque fabril, consolidado no século XIX, ele foi decorrência do primeiro período de industrialização brasileira, que atingiu municípios específicos do país e contou com a implantação de grandes indústrias têxteis. Como ressalta Pellejero (2009, p. 50): “Para Rio Grande, a indústria têxtil representou o primeiro parque fabril e uma das maiores fábricas já instaladas na cidade em toda a sua história”. Logo, a indústria têxtil instalada no município a partir do século XIX já operava na lógica de atender prioritariamente aos interesses do mercado nacional. Importante destacar que o parque fabril do Rio Grande foi estrategicamente implantado tendo em vista a presença do porto marítimo no município.

A construção do Porto Novo juntamente com os Molhes da Barra foi realizada pela empresa *Cie. Française*. Isto possibilitava “uma navegação mais segura e com embarcações de maior calado” (PELLEJERO, 2009, p. 50). Além disso, a empresa construiu no entorno um conjunto habitacional composto com casas de madeira para alojar seus operários e também realizou o aterramento de extensas áreas do município, extinguindo os banhados presentes no local.

No final da década de 1910, houve a instalação de uma grande empresa frigorífica em Rio Grande, chamada Cia. Swift S.A. do Brasil. A quantidade de trabalhadores necessários para a atividade do frigorífico também contribuiu para o aterramento e ocupação da área entre a cidade e o novo porto (PELLEJERO, 2009, p. 53). Logo, a grande quantidade de mão de obra necessária para estes empreendimentos ocasionou a formação de uma periferia em Rio Grande, atualmente denominada Bairro Getúlio Vargas.

O Frigorífico Swift e, mais tarde, a Cia. Ipiranga foram instaladas nas localidades portuárias tendo em vista a proximidade com a costa, que facilitava a captação de água e melhor acesso à navegação (PELLEJERO, 2009). Posteriormente, a propriedade dessas localidades do entorno do Porto pela Cia. Francesa e a Cia. Swift foram compradas pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, entre 1917 e 1921. Martins pontua:

O porto do Rio Grande firmou-se como um dos maiores portos brasileiros, após as negociações entre empresas estrangeiras e o Estado brasileiro a partir da metade do século XIX, para a construção dos molhes da barra e a organização dos cais de atracação. As obras finalizadas pela "Compagnie Française du Port du Rio Grande do Sul" permitiram o fluxo de

embarcações de maior calado a partir de 1915. Com outras obras o calado atualmente é de aproximadamente 14 metros. Comerciantes de importação e de exportação, industriais e trabalhadores fabris e portuários formaram com pescadores e um número impreciso de pessoas que exerciam uma variada gama de atividades urbanas o mosaico da cidade [...] (MARTINS, 2010, p. 3) [grifos do autor].

Esse primeiro período de industrialização do Rio Grande estagnou economicamente em meados do século XX, tendo em vista a decadência de indústrias como as têxteis e as frigoríficas. Desse modo, as comunidades constituídas ao redor do porto foram significativamente afetadas, já que suas rendas eram oriundas das indústrias anteriormente implantadas nessa localidade e até mesmo a existência dos bairros era decorrência desse processo de industrialização. Em seguida, no período entre 1969 e 1970, o Porto foi ampliado pela segunda vez com a criação do Superporto, através da política dos Corredores de Exportação.

Na percepção de Carvalho et al (2013), o município do Rio Grande foi impactado por dois ciclos de desenvolvimento exógeno através das políticas envolvendo a expansão da indústria brasileira. Em ambos, a cidade foi utilizada como palco de consolidação dos projetos voltados para o setor naval. A consolidação do Superporto é o que marca o primeiro ciclo exógeno de desenvolvimento do Município. O desenvolvimento exógeno é caracterizado por políticas de desenvolvimento nacional que são pontualmente implementadas e afetam a esfera local, de modo a estabelecer com esta uma relação assimétrica. Em outras palavras, caracteriza-se pelas políticas que não são constituídas no âmbito municipal - na verdade, se impõem a ele (CARVALHO, et al., 2013).

O primeiro ciclo ocorreu com a decisão do governo, no período militar, de tornar o Brasil uma potência mundial e, dentre outras atividades, investir na indústria naval. Fruto da política dos Corredores de Exportação, o Superporto constitui-se como um Complexo Portuário-Industrial. Apresenta-se como local de fluxo de produtos e matérias-primas, tendo em vista a combinação entre os transportes rodoviário, ferroviário, hidroviário e marítimo desenvolvidos em seu espaço e também devido à implantação de empresas como a petroquímica (CARVALHO, et al., 2013., p. 9).

Na década de 1990, o município do Rio Grande sofreu modificações drásticas em sua estrutura produtiva, que iniciou um processo de estagnação econômica. Destacam-se alguns fatores que contribuíram para esse processo:

A Lei de Modernização dos Portos (8.630/93) e o Plano de Demissão Voluntária (PDV) do Governo estadual somados ao fechamento de duas plantas industriais de fertilizantes e uma de óleo e soja e à modernização tecnológica das indústrias restantes reduziram brutalmente o número de postos de trabalho na indústria local. Acrescente-se também o aprofundamento da crise da tradicional indústria pesqueira (CARVALHO et al., 2013.).

No cenário nacional, podem-se destacar outros fatores como a crise econômica aliada aos problemas de inadimplência que afetaram o setor naval no arranjo burocrático-autoritário.

Entretanto, em meados dos anos 90 - mais precisamente na virada do século -, o cenário de estagnação no Rio Grande é revertido com um novo ciclo de desenvolvimento exógeno que envolveu, entre outras coisas, a inserção do município como *lócus* de consolidação da política de revitalização da indústria naval. No entanto, considera-se que há uma diferença desse momento para o que envolveu o primeiro ciclo, do período militar. Há uma interação entre os âmbitos nacional e local atual menos hierárquica e impositiva do que na época da ditadura, com certa articulação de interesses.

No segundo ciclo, em princípio, ocorreu a privatização do Complexo Portuário-industrial e o Superporto foi ocupado por empreendimentos como terminais de contêineres, indústria química e petroquímica, indústria de celulose e o Polo Naval (CARVALHO, et al., 2013, p. 10). A construção do Polo Naval no município, presente no projeto de revitalização da indústria naval, decorre da intenção do governo Lula em reaquecer o setor no Brasil, auxiliando a indústria de petróleo e gás assim como a ampliação da autonomia do transporte marítimo (IPEA, 2013). No momento em que essa política foi inserida nos objetivos do PAC é que o Rio Grande foi abarcado ao projeto nacional. Com a integração ao PAC, o investimento na indústria naval foi indicado como um dos principais setores responsáveis pela geração de emprego e renda.

No município rio-grandino, a implantação do Polo Naval, enquanto fruto do PAC, teve início em 2007. No referido ano, a cidade recebeu a primeira plataforma (denominada P-53), com o objetivo de finalizar sua construção. Sua atividade gerou cerca de 4 mil e 500 empregos diretos e 15 mil indiretos¹². No ano de 2008,

¹²Para mais informações acessar o link: <http://taligadoriog.blogspot.com.br/2009/08/plataforma-p-53.html>

finalizada, a plataforma foi transportada ao campo Marlim Leste, na Bacia de Campos. Além das plataformas, o Polo Naval é voltado para a construção de Cascos, Navios sonda e dos Estaleiros e também acarreta o crescimento de outras áreas que abarcam o setor das navipeças, isto é, o setor caracterizado pela produção de peças e equipamentos fornecidos à indústria naval.

Algumas potencialidades do município colaboram para o sucesso da consolidação do Polo Naval bem como alguns aspectos evidenciam suas deficiências. Vale ressaltar que o ambiente portuário já constituído apresenta uma rede intermodal de transportes, a localização geográfica que favorece esse tipo de atividade e uma adequada infraestrutura operacional (FEIJÓ; MADONO, 2013, p. 5).

Logo, é possível evidenciar que aspectos como os citados acima possibilitaram a instalação do Polo Naval no Rio Grande em detrimento da implementação em outras localidades e também nota-se o quanto, principalmente em termos econômicos, suas atividades possibilitam o crescimento econômico do município. No entanto, Feijó e Madono (2013) destacam fatores prejudiciais em dois sentidos: os que limitam o desenvolvimento do porto e os que causam danos sociais e ambientais ao município.

Primeiramente, pode-se conceber como uma problemática o fato de não haver mão de obra qualificada local para atuar no Polo Naval. A crescente abertura de vagas, que poderia se tornar uma oportunidade para os rio-grandinos, tem como decorrência a contratação de profissionais de outras localidades. Assim, acarreta uma intensificação na migração. A ocupação de postos de trabalho por migrantes no Polo Naval corresponde a 70% do total (DOMINGUES, 2009 apud FEIJÓ; MADONO, 2013, p. 07).

Salienta-se a supervalorização envolvida no setor imobiliário (FEIJÓ; MADONO, 2013, p. 07). A pouca oferta e a grande procura resultam em valores extremamente significativos dos imóveis para aluguel e venda. Como consequência extrema desse fator, muitos abandonam seus lares pela impossibilidade de pagamento¹³.

¹³ Essa problemática pode ser ilustrada pelo fato ocorrido em março de 2013, quando 30 famílias ocuparam uma área de expansão portuária. Os ocupantes alegaram não ter mais como pagar seus aluguéis, tendo em vista que o aumento dos preços é extremamente significativo. Segundo um dos entrevistados, o valor do aluguel aumentou mais de 200% no período de um ano. Outra ocupante, que chegou em Rio Grande tendo em vista a oferta de empregos no Polo Naval, pontua que os valores absurdos das moradias são uma exploração (Jornal Agora, 22/03/2013).

Outro setor, que já era deficiente e limitado para a população rio-grandina e que teve suas fragilidades intensificadas com o crescimento populacional decorrido da instalação do Polo Naval na cidade, é o da saúde. Como o secretário municipal de meio ambiente pontua:

Eu tive um crescimento da população de 1/3 em oito anos, isso significa que eu tenho uma demanda maior sobre os serviços públicos, na área de saúde, educação, na área de transporte [...] Eu tenho um sistema de saúde que ainda é bastante precário e tá sendo reestruturado pra abarcar essa população que cresceu e eu tenho todo um modelo urbano ultrapassado que tem que ser revisto, tanto pelo ponto de vista da questão da mobilidade quanto da morfologia da questão urbana.

Além disso, o crescimento do número de veículos no município já ocasiona problemas de mobilidade. A população indicada pelo censo de 2010 do IBGE¹⁴ estimava, para o ano de 2014, uma população de 207 mil habitantes. Também se deve atentar para a precariedade já existente no saneamento básico, que se intensifica com o crescimento populacional, pois o município “[...] tem uma cobertura de saneamento muito baixa. Mas existe uma expectativa de fechar o ano de 2015 com 40% de coleta. Não é grande coisa, mas pra quem tava com 20%, seria um salto muito grande.” (Secretário Municipal do Meio Ambiente).

Logo, vale destacar que o município é prejudicado por estar inserido nos projetos de uma política do tipo *top down*, pois, apesar dos esforços para que seja mantido o diálogo entre as três esferas de governo, vigora uma hierarquia de poder entre estas. Por conseguinte, vigora o intuito de alcançar, em princípio, os objetivos do âmbito governamental nacional e isso suprime a participação no processo decisório por parte do governo municipal.

Salienta-se que os bairros consolidados ao entorno da área portuária são decorrentes dos projetos de crescimento econômico que acarretaram a construção do Porto Novo e do Superporto. Tendo em vista a priorização dos interesses do governo nacional, esses bairros sempre ficaram condicionados aos seus interesses e empreendimentos. Eles surgiram com e para a expansão da área portuária, seus moradores foram historicamente prejudicados com os processos de estagnação da economia no município e atualmente são impactados e realocados para ceder lugar às atividades do PAC. Assim:

¹⁴<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431560&search=rio-grande-do-sul|rio-grande>

Com a necessidade atual de consolidar mercados globalizados, novamente, o Porto do Rio Grande faz parte dos planos de desenvolvimento do país, principalmente através do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. Com este programa o Governo Federal investe num crescimento mais acelerado e de forma sustentável, ou seja, teoricamente é um programa de desenvolvimento econômico que busca manter os devidos cuidados com o seu entorno. (PELLEJERO, 2009, p. 60).

Desse modo, tem-se a emergência de diversos conflitos sociais e, entre eles, conflitos socioambientais. A cidade do Rio Grande se transforma de acordo com as lógicas das políticas nacionais. Não se quer aqui negar que investimentos de tal porte possam ser benéficos para o município, pois, em parte, são. Entretanto, a hierarquia de poder entre as esferas do governo acarreta a subordinação do município para atender aos planos do Governo Federal. Contudo, torna-se provável que o desenvolvimento sustentável que leve em consideração as questões sociais e ambientais propostas pelo PAC apareçam apenas como discurso para legitimar um processo que visa somente ao crescimento econômico.

O Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil realiza, desde 2011, um trabalho de mapeamento dos conflitos ambientais e urbanos do município do Rio Grande, com o intuito de – a partir deles - problematizar os discursos sobre o “desenvolvimento” do Polo Naval. O material utilizado para a coleta dessas informações são os próprios meios de comunicação (SANTOS, 2013; SANTOS; MACHADO, 2013).

Categoria	Publicização e Conflitos/ano	2011	2012	Total
Luta dos Trabalhadores	Publicização	32	73	105
	Conflitos	10	11	21
	Publicização	05	01	06
	Conflitos	01	01	02
	Publicização	01	00	01
	Conflitos	01	00	01
	Publicização	06	19	25
	Conflitos	04	04	08
	Publicização	13	14	27
	Conflitos	04	03	07
Saúde	Publicização	06	01	07
	Conflitos	03	01	04
Pesca	Publicização	22	07	29
	Conflitos	04	02	06

Tabela 1: Conflitos ambientais e urbanos publicizados nos anos de 2011 e 2012 em Rio Grande/RS.
 (Fonte: SANTOS; MACHADO, 2013)

Percebe-se, a partir disso, uma intensa recorrência de conflitos convergindo com o período mais glorioso das atividades do megaempreendimento naval, reconhecido como símbolo de desenvolvimento. Logo, a intensificação de conflitos socioambientais e os impactos principalmente sofridos nas comunidades presentes no entorno do Porto do Rio Grande demonstram que há uma ligação direta entre essas ações presentes nesse projeto desenvolvimentista e casos de injustiça ambiental. Nesse sentido, podem-se ressaltar os casos envolvendo os bairros localizados ao redor da área portuária.

Ocorreu em 2012 uma ampliação dos empreendimentos portuários¹⁵, que resultou na remoção dos moradores da Vila das Barraquinhas, comunidade composta por vinte e duas famílias que dependiam da pesca artesanal na Lagoa dos Patos (SANTOS, 2013). Em relação à Vila Mangueira, outro bairro historicamente marcado pela presença de pescadores, tem-se uma ameaça constante de remoção da população com base no argumento dos riscos presentes em se habitar essa área que fica próxima a dutos de óleo e gás. No entanto, vale questionar: “foi a comunidade que cresceu a margem desses dutos ou foram os dutos que passaram ao lado da comunidade?” (SANTOS, 2013, p. 31). Um fator que gera dúvidas sobre a real preocupação do poder público com a periculosidade de habitar esse bairro é a falta de interesse demonstrada por outro bairro em situação similar. Cabe ressaltar que o Lar Gaúcho não compõe a área do entorno do Porto Organizado.

Agora é muito sério, né, um bairro como a Mangueira, por exemplo. Ele tá construído em cima de tubulações de amônia, e o que que se diz?! [...] Nós temos que remover porque eles tão em zona de insalubridade e periculosidade. [...] Só que e o Lar Gaúcho? Está construído próximo ao que mesmo? Ah, não, é Refinaria Ipiranga... Ok. E a pergunta que se faz é: por que nunca é falado sobre esse assunto? Lar Gaúcho e Ipiranga como se fala Vila Mangueira, tubulações (Ex-técnico Ambiental do Porto do Rio Grande).

Os demais bairros (Barra, Barra Nova, Santa Tereza e Getúlio Vargas) também sofrem com a possibilidade de remoção dos moradores para dar lugar à ampliação das atividades portuárias. Em todas essas localidades encontram-se pescadores artesanais, o que torna ainda mais complexa essa questão, tendo em vista a proximidade dessas comunidades com a Lagoa dos Patos. Na Barra Nova, por exemplo, “38% das pessoas desenvolvem atividades relacionadas com a pesca” (ALMEIDA et al., 2012). Nota-se, portanto que, além dos problemas identificados generalizadamente na pesca no estuário da Lagoa dos Patos, em Rio Grande encontra-se mais um elemento intensificador de tal cenário: o desenvolvimento do setor portuário no Município. Por isso a necessidade de entender como essas duas atividades (portuária e pesqueira) produzem o espaço e geram contradições. Ainda, no que diz respeito à questão das possíveis remoções sofridas nessa localidade:

[...] existe um trabalho pra realocação das comunidades que moram naquela região, não especialmente os pescadores. Mas existem pessoas

¹⁵ Construção do Dique Seco e ampliação da empresa Bunge Fertilizantes

que moram no entorno ali que precisam ser realocadas. E o Município tem todo um trabalho que envolve a Secretaria de Habitação, a Secretaria da Pesca e a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Planejamento pra lidar com essas comunidades. Mas o trabalho de formação ele ta ainda no campo do estudo socioeconômico feito pela própria Secretaria de Habitação da cidade e a Secretaria da Pesca pra essa realocação de comunidades (Secretário municipal de meio ambiente).

Além disso, os pescadores do bairro Santa Tereza foram afetados pela ampliação do cais da empresa Quip S/A. Sendo esse o objeto de estudo, se passará a uma caracterização da localidade, evidenciando as modificações sofridas historicamente e a total vinculação e subordinação do caráter do bairro com a consolidação dos empreendimentos do Porto do Rio Grande.

2.4. A atividade pesqueira no bairro Santa Tereza: um modo de viver em extinção.

Como já referido anteriormente, o município do Rio Grande historicamente foi afetado por ciclos de desenvolvimento exógeno e o que ocorre atualmente no município pode ser caracterizado como um novo ciclo. A cidade como um todo é impactada e transformada e essas modificações afetam diretamente os bairros do entorno do Porto da cidade, área de interesse e de investimento das políticas que caracterizam esses ciclos. Como ressalta Almeida et al. (2012, p. 196):

As transformações socioespaciais podem ser identificadas pelo processo de reorganização do Porto do Rio Grande, o qual dá continuidade à ampliação de suas atividades em direção à Barra Velha, à Barra Nova, à Vila Mangueira, ao bairro Santa Tereza e ao bairro Getúlio Vargas (BGV). Todas estas localidades são contíguas ou próximas às áreas portuárias e foram ocupadas por parcelas da população de baixa renda em diferentes momentos do crescimento do município. População que ainda hoje enfrenta a possibilidade de remoção de suas casas, o que poderá acarretar modificações na rotina familiar, principalmente no que se refere ao trabalho. Isso porque grande parte dos moradores trabalha em locais próximos a estas áreas e depende da localidade onde moram para manter-se no emprego.

Cabe ilustrar:



Figura 3: Ocupações na Orla Portuária - Fonte: PELLEJERO, 2009.

O Santa Tereza, onde se encontra o objeto de estudo do presente trabalho, é um bairro quase centenário do Rio Grande, consolidado no município a partir da instalação de diferentes empresas na área portuária que necessitaram alocar seus operários nas localidades do entorno. No bairro residem 712 pessoas distribuídas entre 246 residenciais (ALMEIDA, et al., 2012). Desde a sua constituição, o bairro apresenta problemas ambientais, pois se consolida a partir de uma área aterrada.

No passado, o bairro se constituiu enquanto Vila Verde e era um aglomerado de algumas dezenas de pequenas residências destinadas aos operários da *Cie. Française*. Estas casas e as demais moradias que ao longo do tempo foram construídas nesse local aterrado, abrigavam trabalhadores de outras empresas que foram se consolidando nas localidades do Porto, como a Cia. Swift. Este local em que se constitui o bairro é chamado de “Terrapleno Oeste”. Além das construções das residências de trabalhadores, ele foi ocupado pelos terminais do Porto Novo e por outras fábricas (MARTINS, 2010, p. 3).

Posteriormente, a área que pertencia a essas empresas foi comprada pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul entre 1917 e 1921. O interesse do governo era reservar o espaço para a expansão do Porto, entretanto, acabou se

consolidando o Bairro Santa Tereza em função das indústrias instaladas no local (PELLEJERO, 2009). Além disso, na década de 1940, famílias da Vila dos Cedros (antigo Bairro Getúlio Vargas) foram transpostas para a Vila Verde (denominação anterior do Bairro Santa Tereza) – “tais famílias possuíam, principalmente, como fonte de sustento, atividades relacionadas ao porto, à Cia Swift, entre outras” (PELLEJERO, 2009, p. 54).

O Bairro Santa Tereza é constituído, prioritariamente, por trabalhadores do Porto da cidade, mas também é um bairro reconhecido por nele residirem pescadores. É notória a relação de trabalho dos moradores do bairro com o porto e a Laguna dos Patos (ALMEIDA et al., 2012, 198), haja vista que, além das atividades portuárias exercidas por diversos moradores, o bairro se caracteriza por abrigar indivíduos que têm a pesca como atividade econômica.

Os pescadores no interior do Santa Tereza residem em sua maioria numa área identificada informalmente como “Vila da Naba”, parte mais próxima da Laguna¹⁶. O exercício dessa atividade artesanal é realizado com embarcações de diferentes tamanhos dependendo da necessidade de deslocamento. Embarcações com mais de 5m de comprimento são motorizadas e utilizadas na pescaria realizada mais distante, como no Saco da Mangueira e a área mais próxima a São José do Norte. A atividade desses profissionais é caracterizada pela pesca das espécies conhecidas popularmente como corvina, linguado, bagre, burriquete, tainha e camarão. Nessa atividade também são reconhecidos e considerados com pescadores outros trabalhadores que se envolvem no processo da atividade pesqueira, mas realizando outras funções que não a pesca propriamente.

Antigamente, a atividade pesqueira era desenvolvida por diversos moradores do bairro, como demonstra a fala dos pescadores atuais ainda residentes nesse local:

[antigamente] tinha meu pai, meu vô, meus tio, tudo era pescador, tudo pescava [...] E aquela época era mais gente registrada, né. Que nem a minha mãe (a falecida minha mãe era pescadora), tinha tudo, todos os papel, os barco que eu tenho ali. Tenho até hoje os papel tudo no nome dela. Aquela... a minha tia aquela ali, que é esposa do Jorge, ela também era naquela época... O seu Galego aqui, meu pai... tinha um monte. Aquela época era quase todo mundo legalizado. Muito mais que agora. (Pescador 1).

¹⁶ Ver apêndice E e F.

A mãe descascava, trabalhava em conjunto comigo ali, vendia o camarão, tinha época que ela descascava o camarão. Meu irmão também ajudava, entendesse?! Trabalhava em conjunto, em família ali. O único que nunca teve na pesca foi o pai, mas os outros... Minha irmã... tudo ajudava assim a descascá um camarão. Tudo ajuda né, em família, né (Pescador 6).

Entretanto, diversas circunstâncias (que serão tratadas no capítulo 3) ocasionaram a diminuição dos pescadores no local. Faltam dados que acusem com precisão o número de pescadores existentes no bairro, mas estima-se, com base na informação dos pescadores, que há cerca de vinte anos atrás existiam em torno de 40 pescadores que tinham a pesca como única fonte de renda. Nesse número, incluem-se os demais familiares que trabalhavam auxiliando no processo entre a captura e a venda do “pescado”. Atualmente, somente 4 residentes do bairro pescam durante o ano inteiro e tem a pesca como principal fonte de renda. O envolvimento familiar na atividade foi algo que se perdeu também. Assim, os pescadores costumam pagar para que alguém realize certos serviços, como a limpeza de peixe e camarão.

Cabe aqui também trazer algumas falas que evidenciam esse fato:

Entrevistadora: tu tá aí a muito tempo? Pescador 1: Eu? Desde os nove anos Entrevistadora: E nessa época era maior? Tinha mais pescadores? Pescador 1: Ah, tinha muito mais! Agora tem bem pouquinho.

Hoje de quatro filhos, sai um pescador, né. Os outros, que não tem muito estudo, querem ir pra um Polo, né? Que o dinheirinho ta ali (Pescador 5) (*sic*).

Eu pescava antes, aí eu fui trabalhar agora por causa da falta de peixe que não tem mais ali. Camarão mesmo ficou ruim ali. (Pescador 6) (*sic*).

Ali mesmo nós não botemo rede ali. Quase todos desistiram de botar rede ali porque a gente bota e não dá, né. Nem no tempo do camarão não dá. Não tem mais camarão. Daí por isso que quase todos desistiram. Daí diminui o número de pescador, por causa disso. Porque não tá dando nada [...] E era bom de pesca. Pô, nós matemo camarão! Eu tive dia de matar 600, 700 kg. Bah, e agora toda a safra não sei se matei 200kg. [...] E aqui tinha camarão! (Pescador 2) (*sic*).

Salienta-se novamente aqui que, em estudos especializados do tema, são ausentes informações quantitativas sobre as modificações da pesca no Rio Grande, como quantidade de pescadores. Nota-se, a partir da falta desses dados, o quanto a pesca artesanal é atividade subalterna e marginalizada – o que corrobora para enfatizar que o Município é movido pela lógica desenvolvimentista, formada pela efetivação de políticas que ainda colocam o desenvolvimento como sinônimo de

crescimento econômico. Enfim, acredita-se que o próprio material fornecido nas entrevistas é capaz de demonstrar as transformações ocorridas na pesca nessa localidade. Além disso, as percepções dos entrevistados sobre as alterações da pesca apresentam-se como os dados mais importantes que se pode coletar sobre o assunto, tendo em vista a ênfase que se dá às representações no presente estudo.

Destaca-se que a questão dos pescadores do bairro Santa Tereza também reflete as alterações ocorridas na atividade pesqueira na Lagoa dos Patos como um todo. No entanto, esse bairro é marcado pela proximidade e relação – seja de dependência ou de subordinação - estabelecida com o setor portuário do município e isto traz novas implicações para a pesca e para as representações da pesca dos atores sociais. É a partir disso que se volta o olhar nas análises para as representações tendo como base a ocorrência do conflito envolvendo os pescadores do Santa Tereza e a empresa Quip S/A, instalada nas dependências do Porto rio-grandino.

Contudo, a transformação dessa problemática social em uma problemática sociológica se faz a partir da teoria. Nesse sentido, o próximo capítulo deste trabalho traz ao leitor uma discussão sobre conflitos ambientais e representações sociais para em seguida apresentar os fundamentos teóricos que guiam a análise da pesquisa.

3. O conflito socioambiental à luz das Teorias do Espaço e das Representações Sociais

Esta etapa tem por objetivo situar o leitor quanto às perspectivas teóricas utilizadas para embasar a problemática da pesquisa. Primeiramente são apresentados estudos de conflitos socioambientais e de representações sociais que se pautam em diferentes abordagens teóricas e olham para a questão através de distintos vieses e formas de conceber o objeto em análise. O intuito é evidenciar a riqueza de opções de formas de conceber o problema, de teorias e metodologias para se utilizar no estudo da problemática que se propõe.

Posteriormente, são apresentadas as abordagens teóricas que orientam a pesquisa. São elas: a teoria do espaço e das representações de Henri Lefebvre e a teoria das Representações de Serge Moscovici. Nessa parte, evidenciam-se, especialmente, os conceitos que se pretende utilizar com mais afinco dentro de cada teoria. Após expor separadamente as teorias de ambos os autores, é realizada uma articulação entre estas e o objeto de estudo da presente pesquisa. Assim, pautando-se nas abordagens de Lefebvre e Moscovici, se volta o olhar ao conflito socioambiental em questão.

3.1. Conflitos socioambientais e Representações Sociais: estudos construídos através de diferentes olhares e perspectivas teóricas.

A ocorrência de fenômenos sociais está relacionada com diferentes formas de interação humana, dentre elas, as de caráter conflitivo. A emergência de conflitos é algo inerente ao meio social. Impossível conceber e/ou almejar uma vida em sociedade onde os conflitos sociais sejam inexistentes. Entretanto, pode-se atribuir desvantagens a um processo conflitivo de interação entre atores sociais, como os com a possibilidade de serem marcados pela violência física.

De maneira geral, o conflito pode ser definido como um modo de interação caracterizado pelo antagonismo, onde os atores envolvidos (indivíduos, organizações, grupos sociais, comunidades, nações e Estados) disputam por acesso e uso de um recurso escasso (BOBBIO et al, 1998; NASCIMENTO, 2001; SOTO, 2013). E, como ressalta Soto (2013), os conflitos também abrangem questões que envolvem relações de poder. Eles são inerentes à sociedade e essenciais por incitarem a ocorrência de mudanças políticas e sociais (BOBBIO et al, 1998; NASCIMENTO, 2001).

Nascimento (2001) faz uma distinção dos conflitos presentes na sociedade moderna em relação às sociedades anteriores. Os conflitos são caracterizados na nossa sociedade, principalmente, pela existência e disseminada atuação de mecanismos de resolução previstos (no caso dos conflitos socioambientais, os canais de participação pública instituídos por lei). Aparecem como uma forma alternativa de solucionar os conflitos que anteriormente só tinham fim através da violência física. Em seu trabalho, Nascimento descreve diversas categorias e tipologias úteis para a análise dos conflitos e o caracteriza da seguinte forma:

Todo conflito reúne um conjunto de *atores* que se posicionam e se dispõem diferentemente entre si, articulam-se ou se opõem. Movimentam-se constantemente, ocupando ora uns lugares ora outros, pronunciando discursos nem sempre coerentes. Nunca estáticos, e nem sempre claramente perceptíveis em seus movimentos (NASCIMENTO, 2001, p. 65) [grifos do autor].

Existem conflitos de diversas naturezas, entre eles podemos conceber os conflitos socioambientais (ou ambientais) - objeto em questão na presente pesquisa. Na década de 80, os conflitos socioambientais passam a existir no Brasil. Como aponta Bonassa (2007, p. 380), esse período, em nosso país, foi marcado pela concepção “de um aparato institucional regulamentador do meio ambiente, o qual amplia a participação da sociedade civil”. Nesse contexto, tem-se a criação da Ação Civil Pública e, por conseguinte, dos conflitos denominados socioambientais. No plano teórico, cabe destacar a conceituação de Little (2001, p. 107):

Podemos definir os conflitos socioambientais como disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural. O conceito socioambiental engloba três dimensões básicas: o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos. Talvez o aspecto mais novo desta temática seja a maneira que o mundo natural retorna como elemento importante nos conflitos atuais.

A partir disso, definem-se tipologias de conflitos socioambientais que são passíveis de cruzamento entre si. Elas englobam: “(1) os conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais, (2) em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural e (3) os conflitos em torno do uso e dos conhecimentos ambientais” (LITTLE, 2001, p. 108).

Os conflitos socioambientais são concebidos e analisados a partir de diversas perspectivas e correntes teóricas. Contudo, antes de realizar uma elucidação das formas de abordar os fenômenos socioambientais, é importante salientar:

No processo de *transformação do meio ambiente, de sua construção e reconstrução* pela ação coletiva dos seres humanos— são criados e recriados modos de relacionamento da sociedade com o meio natural (ser humano-natureza) e no seio da própria sociedade (ser humano - ser humano). Ao se relacionar com a natureza e com outros homens e mulheres, o ser humano produz cultura evidenciada por suas **manifestações**, ou seja, cria bens materiais, valores, modos de fazer, de pensar, de perceber o mundo, de interagir com a própria natureza e com os outros seres humanos, que constituem o patrimônio cultural construído pela humanidade ao longo de sua história. A concepção de que a questão ambiental diz respeito à relação homem-natureza não é suficiente para direcionar um processo de análise e reflexão que permita a compreensão deste relacionamento em toda a sua complexidade. É necessário, ainda, assumir-se que a construção do conhecimento sobre esta relação se realiza sob a ótica dos processos que ocorrem na sociedade. Isso significa que a *chave do entendimento da problemática ambiental está no mundo da cultura, ou seja, na esfera da totalidade da vida em sociedade* (QUINTAS, 2006, p. 21) [grifos do autor].

Tendo isso em vista, percebe-se que a questão ambiental envolve a realidade social, pois está atrelada aos problemas de desigualdade social, de hierarquização no acesso e uso dos recursos naturais. A compreensão e análise dessa problemática não pode deixar de desconsiderar a heterogeneidade dos grupos sociais que configuram os conflitos socioambientais.

A perspectiva construtivista, utilizada na sociologia ambiental, estuda a questão ambiental além das evidências científicas, logo, agrega o julgamento e a percepção social acerca dos mesmos na análise (GUIVANT, 1996). Como mostra Guivant (1996), as críticas que os autores da sociologia ambiental construtivista fazem à abordagem técnico-científica está direcionada, entre outros fatores, ao conhecimento limitado dos peritos sobre os riscos, tendo em vista que estes determinam o que é ou não um problema ambiental, construindo níveis de “segurança”, como se suas perspectivas fossem verdades absolutas. Por vezes, os peritos também rejeitam o conhecimento dos leigos. Podemos estender essa reflexão, englobando as representações de noções como as de “desenvolvimento sustentável” e “meio ambiente” por peritos. Estes impõem sua forma de representação como a mais legítima e verossímil, buscando difundi-la e desvalidar as demais.

Viegás (2009), Zhouri e Laschefske (2005) e Oliveira (2001) partem da perspectiva teórica de Pierre Bourdieu para analisar os conflitos ambientais, definindo-os como lutas materiais e simbólicas. Ambos percebem o meio ambiente construído como representação e mostram que o mesmo possui sentidos distintos, dependentes da perspectiva em que é desenvolvido. Viégas e Oliveira focam especificamente a dimensão construtivista do conflito, que é caracterizado como

[...] uma disputa de poder no campo das representações, de uma luta classificatória que, sobretudo ao colocar a questão em torno do porquê e do para quem deve ser o “meio ambiente” preservado, redimensiona significações, desvela mecanismos e instrumentos, e introduz uma lógica que leva à discussão dos critérios que definem formas de apropriação e acesso a recursos, bem como dos arranjos de poder eventualmente por trás de decisões meramente administrativas (VIÉGAS, 2009) [grifos do autor].

Viégas (2009), Zhouri e Laschefske (2005) e Oliveira (2001) mostram que o “meio ambiente” é uma categoria construída e que, por não ser neutra, está no centro das disputas. Os sujeitos envolvidos no conflito ambiental tentam legitimar socialmente suas representações e materializar a sua maneira de utilizar os determinados recursos presentes nos embates.

O trabalho de Oliveira (2001) tem como objeto empírico as relações entre os atores que disputam os melhores espaços na área costeira de Cabo Frio, na Região dos Lagos. O autor conclui que os diferentes significados dados pelos sujeitos para a área afetam significativamente as atividades de veraneio. Logo, empreendimentos que visam a atender os desejos de alguns se instalaram na área e excluem habitantes locais mais vulneráveis.

Outro trabalho que enfoca a dimensão simbólica e discursiva é o de Bonassa (2007), que analisa o conflito socioambiental entre comunidades, ONGs e IBAMA, no Parque Nacional do Iguaçu. A pesquisa é fundamentada na teoria foucaultiana e pauta-se essencialmente nas noções de “discurso fundador” e “discurso ambiental”.

Na dimensão construtivista também se tem a perspectiva teórica multissetorialista. O multissetorialismo defende que o conflito socioambiental é um conflito meramente valorativo e prioriza o caráter integrador do ambientalismo. Segundo Viola (1987), representante desta corrente, os diversos setores que integram o ambientalismo devem convergir paulatinamente através de uma única consciência ecológica. Essa perspectiva se mostra ingênua ao considerar que

diferentes grupos incorporarão uma singular concepção relativa às questões ambientais, cessando, assim, com os conflitos e disputas existentes.

A abordagem dos conflitos (ZHOURI; LASCHFSKI, 2005) se contrapõe ao multissetorialismo de Viola, relembrando que o acesso ao espaço é desigualmente distribuído, assim como os riscos ambientais são sentidos desproporcionalmente pelas diferentes camadas da sociedade. O estudo traz exemplos empíricos de Belo Horizonte e indica que, no Brasil, a justiça social deveria ser aliada ao meio ambiente no combate à degradação ambiental.

Essa forma de pensar nos problemas ambientais alude à noção de “Justiça Ambiental” (formulada a partir de uma releitura da concepção norte-americano) proposta por teóricos brasileiros como Henri Acselrad (2010; 2009), cuja tese evidencia que os conflitos ambientais estão indissociavelmente ligados à desigualdade social. Nessa perspectiva, considera-se que os riscos ambientais e a poluição afetam de formas desiguais os diferentes grupos sociais.

Com base em empreendimentos hidroelétricos do estado de Minas Gerais (ZHOURI et al., 2005), buscou-se apreender a viabilidade socioambiental e a efetividade da participação da população nos processos de licenciamento ambiental. Foi identificado, por sua vez, um espaço institucional constituído por relações de poder, marcado por adequações e flexibilizações realizadas no intuito de viabilizar projetos e onde a participação da população local não é democraticamente efetivada. Nesse sentido:

O jogo político de interesses ocorre no âmbito de um paradigma de adequação destinado a viabilizar o projeto técnico, incorporando-lhe algumas “externalidades” ambientais e sociais na forma de medidas mitigadoras e compensatórias, desde que essas, obviamente, não inviabilizem o projeto do ponto de vista econômico-orçamentário (ZHOURI, et al., 2005, p. 13).

A abordagem do “paradigma da adequação” é concomitantemente marcada por uma visão que considera que “as diversidades socioculturais são excluídas em função da cientificação e a juridificação da política ambiental” (VIGLIO, 2011, n.p.). Todavia, outra perspectiva nos mostra que a relação entre os atores envolvidos no processo de definição de riscos e impactos ambientais é marcada por conflitos onde o conhecimento técnico e científico é utilizado por todos esses diversos atores – não se restringindo ao domínio das organizações institucionais (VIGLIO, 2011). Tal abordagem, por sua vez, é caracterizada pelo conceito de “expertise científica”.

Através da análise de materiais documentais protocolados ao processo de licenciamento do empreendimento analisado no estudo, rompe-se com a noção de uma expertise científica homogênea, contudo se observa a preponderância da posição da entidade com maior grau de conhecimento técnico e científico.

Irwin (1995, apud GUVANT, 1996) relembra que a realidade entre leigos e peritos é mais complexa do que a forma que elaboram outros autores. Portanto, da mesma forma que Viglio defende que a expertise científica perpassa por todos os atores sociais envolvidos no conflito - não se restringindo aos especialistas - Irwin “reconhece que o conhecimento leigo pode incorporar elementos do perito, assim como este pode também ser contextualizado (...)" (GUVANT, 1996, p. 15).

Deve-se também salientar que os conflitos não são estáticos (ALONSO; COSTA, 2000; NASCIMENTO 2001; BOBBIO1998 et al). Alonso e Costa (2000) defendem que o processo conflituoso presente na questão ambiental transforma os agentes e permite o desenvolvimento de novas identidades. Estes autores defendem o uso de um aporte teórico – da Escola do Processo Político - para estudar a questão ambiental que possibilita captar esferas que os estudos até então realizados não abarcavam. O enfoque proposto por Alonso e Costa converge à sociologia da ação com o âmbito sócio-histórico do estruturalismo.

Além disso, outros autores (COELHO-DE-SOUZA, 2013; LASCHFISKI; COSTA, 2008; SOTO, 2013) buscam analisar os conflitos socioambientais através da perspectiva de Henri Lefebvre. Nesse sentido, centram-se na questão do espaço desenvolvida pelo teórico.

Coelho-de-Souza, em seu estudo sobre conflito ambiental na Serra do Gandarela, ressalta que a disputa se dá acerca do interesse em modos distintos de uso do território em questão, ou seja, “a luta se dá pelo poder de definir qual uso vai vigorar” (COELHO-DE-SOUZA, 2013 p. 2). Logo, a visão sobre o espaço se divide em um olhar econômico próprio dos interessados nas atividades de mineração e em uma perspectiva preservacionista que defende a consolidação de um Parque Nacional. Na primeira visão, tem-se o espaço enquanto abstrato, instrumental, espaço de desenvolvimento das estratégias e de manipulação, espaço dominante e do capitalismo, enquanto na outra fala-se em espaço diferencial, ou seja, espaço que na relação do possível-impossível busca romper com a lógica capitalista e criar o novo.

Nessa mesma linha, Soto (2013), que concebe o conflito socioambiental como embate por acesso a recursos escassos, defende a utilização da perspectiva lefebvriana para a análise destes. Salienta a relevância das noções de espaço e de produção do espaço para a compreensão dos conflitos, uma vez que estes se caracterizam pela manifestação das contradições do espaço.

Laschefska e Costa (2008) também incorporam a teoria de Henri Lefebvre para o estudo dos conflitos ambientais, mais precisamente, centram-se no conceito de produção do espaço. Entretanto, articulam esta com abordagens teóricas da política ecológica e com a noção de campo da sociologia bourdieana. O trabalho evidencia que a produção do espaço é política e se dá tendo em vista uma lógica hegemônica capitalista. Além disso, aponta um campo político de criação da APA em análise que configura as relações de poder e de dominação no conflito.

Lefebvre é reconhecido também por teorizar acerca das representações, entretanto, quando se trata da questão ambiental, não foram encontradas pesquisas que abordem centralmente este aspecto. As representações sociais, por sua vez, também aparecem enquanto conceito, teoria, método e fenômeno eficientes para se compreender questões acerca do meio ambiente e de conflitos socioambientais.

De modo geral, pode ser destacados os trabalhos que visam a apreender as representações de meio ambiente de determinados atores sociais (CAMARGO, 2008; SILVA, 2009; SILVA; SALES, 2002). É predominante nessas pesquisas a metodologia qualitativa, desenvolvida prioritariamente, através da coleta de dados, por meio de entrevistas e análise de conteúdo. Além disso, tais estudos identificam a presença dominante de uma visão naturalista de meio ambiente. Desse modo, os sujeitos analisados não distinguem meio ambiente de natureza e normalmente colocam o ser humano distante do mesmo. Logo, possuindo como central a teoria de Serge Moscovici, as pesquisas baseiam-se no fato de que as representações derivam das formas de interação social e colaboram tanto na constituição de condutas como na orientação de comunicações sociais.

O estudo de Silva (2001) se diferencia dos demais a ponto de estabelecer um contraste, pois tem como objetivo identificar os elementos que constituem a representação sociopolítica do meio ambiente. Trata-se de uma análise mais ampla, sem um objeto empírico local. O autor pontua que as dinâmicas social e política da representação de meio ambiente podem ser apreendidas através do conceito de “*habitus socioambiental*”. Conclui, por conseguinte, que o “*habitus socioambiental*” é

o responsável pela emergência do movimento ambiental contemporâneo. O trabalho de Silva (2001) mostra-se diferenciado ao tratar das representações sociais por meio da concepção de *habitus* e, para cunhar o sentido de *habitus* socioambiental contemporâneo, o autor se baseia nas noções desenvolvidas por Pierre Bourdieu e Norbert Elias.

Outros estudos buscam compreender determinadas representações sociais dentro de uma dinâmica de conflitos ambientais. As pesquisas abordadas a seguir convergem o estudo das representações sociais com processos conflitivos.

Os estudos de Figueiredo e Oliveira (s.d.) e Martins (2006) envolvem a questão de representação social da água. Figueiredo e Oliveira também utilizam como base a teoria de Moscovici, entretanto, inovam esse tipo de pesquisa ao conciliar com a noção de “cultura oral”, de Walter Ong. Martins (2006), por sua vez, não trabalha com uma teoria das representações sociais, nem como uma concepção específica dessa concepção. Contudo, o autor demonstra que se procura incorporar uma lógica racional, econômica e generalizadora no planejamento da gestão das águas e esta se confronta com a complexidade e dinâmica envolvidas na multiplicidade de interesses, valores e relações culturais entre sujeito-natureza envolvidas no meio social.

Outras pesquisas que também têm como base teórica a perspectiva das Representações Sociais de Moscovici é a de Alves (2010) e de Fleury (2008). Alves (2010) visa a analisar as representações sociais presentes nos discursos sobre desenvolvimento de atores sociais inseridos na questão do aproveitamento hidroelétrico de Belo Monte. Identifica, por um lado, discursos que definem o desenvolvimento como algo que vai ser alcançado com a instalação da barragem e, por outro, como algo que foi de fato negligenciado em nome de um falso desenvolvimento.

Entretanto, a autora não deixa claro qual método foi utilizado para a análise das informações coletadas na entrevista, diferentemente de Fleury (2008), que – também por se tratar de uma pesquisa mais extensa – realiza uma coleta de informações diversificada. Entre os instrumentos utilizados, está a observação direta e a técnica de associação livre de palavras. A autora vincula, para estudar as representações sociais de conservação ambiental em um determinado conflito ambiental, os ensinamentos de Moscovici com estudos sobre conflitos ambientais, como os de Acselrad e Fuks. Além destes, vale ressaltar o estudo de Nino (2011),

também pautado em Moscovici, mas articulando essa perspectiva com a de Pierre Bourdieu para estudar as representações sociais do uso dos recursos naturais.

Em geral, os estudos sobre representações sociais mostram que, por detrás das mais variadas concepções encontram-se diferentes formas de representá-las. Os trabalhos demonstram que as noções de meio ambiente, desenvolvimento, conservação ambiental e até mesmo de recursos naturais, como a água, nunca são singulares. Elas não podem ser entendidas como conceitos herméticos e imutáveis, pois são, pelo contrário, fruto de diferentes meios culturais e de interação social.

Portanto, a análise através da teoria das representações pressupõe como inseparáveis os distintos âmbitos que compõem a vida social - como, por exemplo, o político e o econômico (Alves, 2010). E, como brilhantemente pontua Camargo (2008, n.p.), “diante da diversidade de entendimentos, precisamos respeitar a existência das diferentes verdades, afinal não existe a ‘verdade legítima’, ao contrário do que o pensamento científico cartesiano e tecnicista propõe”.

Após apresentar as diferentes perspectivas para tratar sociologicamente os conflitos socioambientais, vale lembrar que o trabalho filia-se à teoria do espaço de Lefebvre e à teoria das representações sociais de Moscovici para analisar determinado conflito desse caráter. Importante salientar que a teoria lefebvriana trabalha de forma *sui generis* a questão do espaço e de modo a permitir que o conflito seja entendido como fenômeno do espaço – tendo em vista que o conceito de Lefebvre não limita o espaço a uma única dimensão. Pelo contrário, ele agrupa e só existe mediante a coexistência dos diferentes âmbitos: físico, social e mental.

Além disso, o interesse em focar no aspecto das representações sociais apoia-se na perspectiva teórica de Moscovici. Esta se apresenta como uma vertente sociológica da psicologia social capaz de entender as representações de modo dinâmico, complexo e realizar através destas a articulação entre os âmbitos social e individual que configuram a realidade social. Contudo, abaixo são apresentadas as teorias dos autores que se pretende utilizar para posteriormente ser realizada uma articulação entre elas e o objeto da pesquisa.

3.2. Elementos da perspectiva lefebvriana para pensar o conflito socioambiental

Henri Lefebvre foi um filósofo e sociólogo francês reconhecido por atualizar o pensamento marxista e realizar, entre outras coisas, uma teoria sobre a vida cotidiana e sobre o espaço social. O autor inova ao propor uma nova forma de

pensar a dialética, isto é, ao construir sua versão triádica. Em sua teoria sobre a produção do espaço, elaborada na década de 1970, Lefebvre tem como base um olhar crítico para a teoria de Karl Marx e expande a noção de produção do marxismo clássico. Logo, “produção” para o teórico transcende a dimensão econômica. Nas palavras do autor “[...]Fue preciso restituir en toda su amplitud el concepto de producción, reducido por el economismo a la producción de las cosas, o sea de las mercancías. La producción abarca las relaciones sociales, a su vez productos” (LEFEBVRE, 1983, p. 27).

Diante disto, a produção toma dois sentidos. Está relacionada à produção de coisas, ou seja, de produtos quantificáveis e à produção do que o autor denomina como obra. Produzir obras refere-se a produzir toda a vida social que extrapola o âmbito da economia e do mercado, mas que também está relacionado a ele, vinculase, por exemplo, à produção de relações sociais, da história, do espaço e do tempo.

Digamos en seguida que el termino “obra” se tomará en toda su amplitud. ¿Se tratará de las obras de arte? Sí, pero no tan sólo de las artes plásticas, sino además de la poesía, de la música, de la danza y el teatro, considerando estos últimos géneros como reveladores al mismo título que la pintura, la escultura y la arquitectura. También se tratará de obras más vastas: la ciudad, lo urbano y lo monumental. ¿No se puede considerar también la socialidad y la individualidad, lo cotidiano y lo insólito, aun las instituciones, el lenguaje y incluso la naturaliza formada por la práctica, como obras? [...] Em principio la obra es una y única; lo cual no le impide ser poliscópica, “plural”, de una multiplicidad reunida en una totalidad. Se la copia; se la imita, se la multiplica reproduciéndola. No por ello deja de persistir en su unicidade, en su originalidad. Por tanto produce de maneras muy diversas: imitaciones, copias, representaciones, significaciones y sentidos. Mientras que el producto, por definición, es reproductivo (repetitivo), pues la finalidad del dispositivo de producción (o sea la técnica) es precisamente esa (LEFEBVRE, 1983, p. 27).

Nesse sentido, a produção do espaço encontra-se para além da produção de coisas, insere-se na ordem da obra. Para tratar da produção do espaço na concepção lefebvriana torna-se importante destacar dois relevantes conceitos, que são “primeira Natureza” e “segunda Natureza”. A primeira Natureza fala sobre “a matéria, as energias” (LEFEBVRE, 2006, p. 4), enquanto a segunda Natureza engloba o “efeito da ação das sociedades” (LEFEBVRE, 2006, p.4) sobre a primeira Natureza. Assim, a produção do espaço vincula-se aos fatores da segunda Natureza.

Enquanto criação do homem a partir da transformação da “primeira Natureza”, o espaço é considerado produto por Lefebvre. Como tal depende dos atos de

produção que o concebem, ele não existe de forma autônoma e por “si mesmo” (SCHIMID, 2012, n.p.). Embora o espaço seja produzido e, por conseguinte, produto, isso não traz um caráter de passividade ao espaço. Nas palavras de Lefebvre (2006, p. 5):

O espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio, ou, então, como os “produtos”, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer. Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais [grifo do autor].

Nessa linha, o espaço aparece na teoria lefebvriana como produto- produtor, agente ativo na produção de relações sociais, de símbolos e representações, agente ativo na produção de si mesmo. Logo, o espaço pode ser caracterizado como mediação da práxis.

Além disso, o espaço contém em si as diferentes dimensões que compõem a realidade social, pois articula o social ao histórico e o mental ao cultural (LEFEBVRE, 2006). Desse modo, é no espaço que se dá a articulação entre indivíduo e sociedade e é nele que se tem a produção não só de relações econômicas, mas de relações sociais. Refletindo através da abordagem do espaço de Henri Lefebvre, pode-se dizer que ele não se refere ao espaço físico tão somente e tampouco se restringe a um espaço puramente social, mas engloba os dois sem segmentá-los – ambos se misturam, um depende do outro para existir. Assim, a produção e reprodução do espaço pressupõem produção e reprodução de relações entre objetos e relações humanas.

Outro elemento importante para compreender o complexo conceito de espaço lefebvriano é o tempo. O espaço, sua produção e reprodução dependem do tempo para se realizarem. Desse modo, espaço e tempo aparecem de modo relacional: “O espaço representa simultaneidade, a ordem sincrônica da realidade social. *Tempo*, por outro lado, denota a ordem diacrônica e, assim, o processo histórico de produção social” (SCHIMID, 2012, n.p.) [grifos do autor]. O tempo, para o autor, é produzido socialmente como o espaço. Portanto, não é algo dado *a priori*, mas, concomitantemente, é condição para produção das diferentes sociedades

(SCHIMID, 2012, n. p.). Tem-se, assim, uma concepção de tempo-espacó indissociável.

Vale evidenciar também o caráter triádico da dialética lefebriana. Nesse movimento dialético, a produção do espaço vai estar relacionada a três dimensões do espaço que se vinculam - dialeticamente. São elas: o espaço percebido, o espaço concebido e o espaço vivido.

A primeira esfera contempla as práticas espaciais, de produção e reprodução e, nesse sentido, garante certa continuidade. O espaço percebido articula a “realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares do trabalho, da vida ‘privada’, dos lazeres)” (LEFEBVRE, 2006, p. 40). Esse espaço é marcado pela percepção que engloba tudo aquilo que se apresenta aos sentidos sendo que esse aspecto “perceptivo do espaço relaciona-se diretamente com a materialidade dos “elementos” que constituem o ‘espaço’” (SCHMID, 2012, n.p.).

O espaço concebido, por sua vez, é caracterizado pelas representações do espaço, pois “o espaço não pode ser percebido enquanto tal sem ter sido concebido previamente em pensamento” (SCHMID, 2012, n.p.). Pensamento este que se vincula à produção de conhecimento. É o espaço dominante, composto pelas relações de produção, onde são concebidos, intelectualmente, signos verbais que configuram as concepções do espaço (LEFEBVRE, 2006). Logo, apresenta-se como espaço hierarquizado onde prevalece o conhecimento técnico.

Por último, o espaço vivido refere-se aos espaços de representação. Caracteriza-se por ser o espaço dominado, espaço dos habitantes e dos usuários, onde também são produzidos símbolos e signos não verbais (LEFEBVRE, 2006), é nele que se expressa a experiência vivida (SCHMID, 2012, n.p.). E, como pontua Coelho-de-Souza (2013, p. 7), o espaço vivido “tem por origem a história de um povo e cada indivíduo seu, contém os lugares das situações vividas, portanto, implica o tempo, ele é essencialmente qualitativo, fluido, dinamizado”.

A triplicidade do espaço proposta por Lefebvre é essencial para a compreensão da produção do espaço que inclui essas três dimensões. Deve-se ter em mente que sua perspectiva converge, no espaço, a materialidade das práticas com aquilo que é pensado e sentido.

[...] um espaço social inclui não somente a materialidade concreta mas um conceito pensado e sentido - uma “experiência”. A materialidade em si mesma ou a prática material de per si não possui existência quando vista a

partir de uma perspectiva social sem o pensamento que os expressa e representa e sem o elemento da experiência viva, os sentimentos que são investidos nesta materialidade. O pensamento puro é pura ficção; ele vem do mundo, do Ser, do Ser material assim como de sua experiência viva. A “experiência” pura é, em última análise, puro misticismo: ela não possui uma existência real (social) sem a materialidade do corpo na qual está baseada e sem o pensamento que a estrutura e expressa. Estas três dimensões da produção do espaço constituem uma unidade dialética contraditória. É uma tripla determinação: o espaço emerge somente da interação de todas as três (SCHMID, 2012, n.p.).

Contudo, é de interesse neste trabalho direcionar a teoria do espaço de Henri Lefebvre para as questões ambientais, o que permitiu posteriormente pensar sobre o conflito em análise na presente pesquisa. Diante disso, destaca-se que a questão ambiental insere-se no âmbito do espaço e de sua produção, visto que essa produção envolve a transformação na Natureza primeira pelo homem e os modos pelos quais a sociedade produz o espaço se mostram passíveis de acarretar problemas ambientais. Com efeito, compreender que o espaço é uma produção social remete “à compreensão de que a questão ambiental decorre das relações entre os homens e não apenas das relações entre os homens e natureza” (PEREIRA, 2001, p. 35).

Nesse sentido, o capitalismo, que possui uma lógica específica com relação à produção, aparece como potencializador das contradições do espaço. Nessa linha, Pereira ressalta (2001, p. 35):

Ao produzir o espaço urbano, a sociedade se apropria da natureza e a transforma, criando mercadorias desejáveis e indesejáveis. As mercadorias desejáveis fazem parte do ideário do desenvolvimento: objetos, serviços, equipamentos, que vão desde automóveis e casas até serviços telefônicos e de infra-estrutura. As mercadorias indesejáveis são aquelas que não foram planejadas como mercadorias, são consideradas desvios do modelo de desenvolvimento: alimentos deteriorados, automóveis poluidores e também sub-habitações, “lixões”. Os produtos pensados para o desenvolvimento, ao se transformarem em problemas, demonstram as contradições do processo de produção. A compreensão da questão ambiental passa, portanto, pela compreensão da complexidade do processo de apropriação, produção e consumo do espaço (PEREIRA, 2001, p. 35).

Nessa perspectiva, através da questão do espaço e, mais propriamente através das suas contradições, é possível refletir a respeito dos conflitos socioambientais. Conflitos estes que, apesar de se darem em torno de recursos, são também prioritariamente uma relação de disputa social, que pode ocorrer entre indivíduos, sociedades, organizações e grupos sociais. Os conflitos socioambientais,

com base na teoria de Lefebvre, podem ser compreendidos levando-se em consideração a fragmentação do espaço através das estratégias que se cruzam e se sobrepõem e da existência de contradições (SOTO, 2013). É válido destacar o papel do espaço concebido, também denominado espaço abstrato, no que tange ao âmbito dos conflitos.

O espaço abstrato é o espaço dominante, isto é, ele serve à classe dominante e é o espaço onde estratégias são desenvolvidas e visam a manter a coesão e a ordem hegemônica (COELHO-DE-SOUZA, 2013). Nas palavras de Coelho-de-Souza (2013, p. 9):

A hegemonia não poderia deixar de lado o espaço, demonstrado pelo lado ativo, operatório, instrumental, o saber e ação no modo de produção existente. O espaço serve à hegemonia, a qual exerce sobre ele o emprego do saber e das técnicas, um “sistema”, definido pelos instrumentos [grifos do autor].

Daí, o espaço abstrato causar a fragmentação, a hierarquização do espaço ao mesmo tempo em que tem por objetivo ofuscar esses aspectos e os conflitos do espaço através de uma aparente homogeneização (COELHO-DE-SOUZA, 2013).

É a partir dessa fundamentação que se visualiza o conflito em questão, entendendo que ele expressa a contradição entre a reprodução do modo de vida da população e a reprodução da ordem hegemônica. Assim, reflexão proposta é pautada nas concepções de espaço social, produção do espaço e contradições do espaço, buscando entender o conflito entre a Quip S/A e os pescadores do bairro Santa Tereza, atentando-se prioritariamente para as contradições do espaço que se manifestam nestes últimos, ou seja, no espaço vivido.

Além disso, pretende-se entender as representações como fenômeno vinculado ao espaço tendo em vista que são nas relações sociais que ocorrem no espaço que se formam “imagens por meio de filtros de percepção derivados da cultura herdada e transformado pela experiência pessoal (ALMEIDA, 2011, p.11). A compreensão do espaço, da sua materialidade e simbolismo, possibilita o entendimento da relação entre prática e representação. Tais representações, para Lefebvre (1983), surgem na articulação dialética dos mesmos fatores que compõem o espaço: as dimensões social, psíquica e política da realidade.

No âmbito do conflito e das representações, como referido anteriormente, volta-se o olhar principalmente para as representações da pesca dos próprios

pescadores, ou seja, para o espaço vivido, espaço de representação, dos dominados, dos habitantes, que engloba as imagens e símbolos (LEFEBVRE, 2006). Esse espaço é o “lugar das ambigüidades das relações sociais, entendido e sentido por meio das representações, cujos mundos se articulam com o saber, os sonhos, as lembranças e as ficções.” (ALMEIDA, 2011 p. 11). Para Lefebvre, as representações se formam através dessas relações sociais concretas, produzidas no espaço e no cotidiano.

Contudo, para abordar o fenômeno das representações recorre-se também a Serge Moscovici, por entender que a sua perspectiva pode contribuir e complementar a de Henri Lefebvre, o que favorece a presente pesquisa, tendo em vista que ela possibilita uma visão mais minuciosa acerca da formação das representações.

3.3. Representações sociais: modos de conhecimento orientadores de ações e comunicações.

As representações sociais são socialmente elaboradas e podem ser basicamente definidas como formas de conhecimento que se expressam como elementos cognitivos (JODELET, 1993). São compartilhadas e, portanto, capazes de construir uma realidade comum. Nas palavras de Cardoso (2000, p. 11), “(...) a realidade é construída culturalmente e as representações do mundo social é que são constitutivas da realidade social”.

As representações sociais são influenciadas pelo contexto em que se inserem e são produzidas, ou seja, em parte são determinadas pela dimensão sócio-histórica de onde emergem. Para a devida compreensão das representações sociais é essencial considerar a posição da consciência dos sujeitos. Estes estão imbricados em um meio social específico, onde possuem também uma posição particular.

Enquanto conhecimento prático (SPINK, 1993), tais representações sociais são abordadas nas correntes teóricas que levam em consideração o conhecimento do senso comum. Desta forma, a representação social é uma forma de conhecimento baseada no senso comum que permite a interpretação e a ação sobre a realidade. Sendo socialmente elaboradas, as representações possibilitam a constituição de uma realidade compartilhada e possuem papel significativo na comunicação entre os membros de um mesmo grupo social.

Desse modo, a linguagem possui lugar central nesse processo, na medida em que objetiva as experiências. É, portanto, o elemento que possibilita a exteriorização dessas representações, pois é ela que possibilita aos indivíduos e aos grupos dar sentido aos objetos, às relações, enfim, ao mundo físico e social. Assim, a “linguagem passa a ser uma fina membrana que envolve o real e permite a representação se conectar com o representado.” (ALMEIDA, 2011, p.10).

Torna-se fundamental ressaltar que o mundo social é construído e simbolizado e que não temos acesso direto à realidade. Os pensamentos e valores, aquilo que se enxerga e se comunica são somente uma forma parcial e particular de perceber e expressar o mundo e a realidade social. Assim, tudo que se faz é representar simbolicamente as coisas através da influência do meio cultural em que se está inserido.

Certas teorias do conhecimento buscam desvelar o emaranhado de significados que embasam nossa realidade cotidiana, reconhecendo o senso comum como modo legítimo de conhecimento e que constrói a realidade social. Logo, sendo o senso comum o que cria a realidade social, não cabe que ele seja visto como algo banal, como desprezível. Priorizar o senso comum significa dar ênfase ao conhecimento que permeia o cotidiano e suas interações. O senso comum guia as comunicações e relações na sociedade, desprezá-lo significa desprezar o cotidiano que é o aqui e o agora, que é a vida (MARTINS, 2012). Essa forma de olhar para o senso comum choca-se com a perspectiva mais formal, que o nega:

[...] na perspectiva erudita, o senso comum é desqualificado porque banal, destituído de verdade, fonte de equívoco e distorções. E com ele o mundo de que faz parte, o da vida cotidiana. Não era assim que pensava Émile Durkheim em *As Regras do Método Sociológico* e também em *Sociologia e Filosofia*?

Nesse âmbito, encontra-se a teoria de Serge Moscovici. O teórico, fundamentado em vertentes sociológicas e psicológicas, define a representação social como uma forma de conhecimento específica que atua na formulação de comportamentos e interação comunicativa dos sujeitos (ALEXANDRE, 2004). Cabe destacar:

Para ele são verdadeiras as teorias do senso comum que se elaboram coletivamente nas interações sociais entre sujeito-sujeito e sujeito-instituição, num determinado tempo, em uma cultura e espaço próximos, na tentativa de tornar o que é estranho em algo familiar, conseguindo dessa forma dar conta do real (ALMEIDA, 2011, p. 10).

Serge Moscovici, estudioso da psicologia social, é considerado o primeiro teórico a tratar das representações sociais que constituem uma teoria específica. Suas investigações têm como base a articulação entre a Psicologia e a Sociologia e buscam dissolver a dicotomia existente entre indivíduo e sociedade. A abordagem psicossocial, ao qual se insere Moscovici, pode ser considerada uma perspectiva minoritária no interior da Psicologia Social, onde predominam outras correntes de pensamento que, em geral, se caracterizam pelo individualismo. Logo, os conceitos centrais da sua teoria são constituídos como forma de romper com as barreiras que separam os âmbitos social e individual.

A noção de representações sociais, que desempenha essa função com maestria, é desenvolvida por Moscovici como forma de se diferenciar do conceito de representações coletivas oriundo, nas ciências sociais, através da perspectiva teórica de Émile Durkheim. Este estudioso tinha o intuito de delimitar um objeto de estudo da sociologia capaz de se diferenciar de outras ciências (como a Psicologia e a Biologia). Falava, portanto, em representações coletivas como forma de estabelecer uma separação das representações individuais – objetivo da psicologia. Enfaticamente, ele afirma que “(...) os estados da consciência coletiva são de natureza diferente dos estados da consciência individual; são representações de outra espécie. A mentalidade dos grupos não é a dos particulares; tem suas próprias leis” (DURKHEIM, 2007, p. 23).

Além de exercer essa função teórica, o termo se insere na perspectiva consensual da abordagem. Durkheim tinha uma visão de sociedade onde sua normalidade e equilíbrio dependia da coesão e da integração entre suas partes. As representações coletivas, então, surgem como meio de manter o meio social harmônico, pois têm como base a coesão dos seus membros. Durkheim (2007, p. 23) define que “(...) o que as representações coletivas traduzem é o modo como o grupo se pensa em suas relações com os objetos que o afetam.” Entretanto, essas representações se caracterizam por ser fortemente consolidadas, incorporadas no grupo social através de um longo processo temporal. Repassadas de gerações para gerações, vinculam-se ao âmbito das tradições. Logo, a visão que a sociedade tem dela própria e o modo que concebe o mundo ao redor são manifestados e compartilhados, para Durkheim, através das estáveis representações coletivas.

Moscovici (2012), por sua vez, busca dar conta da diversidade dessas representações, aspecto que é fundamental no estabelecimento da complexidade do mundo contemporâneo e da proposta de Durkheim de homogeneidade pretendendo abranger as questões relacionadas à mudança na sociedade. Portanto, apesar de entender que a estabilidade e a conservação fazem parte do meio social, busca principalmente abordar as transformações sociais, defendendo que o novo tem um papel preponderante nas relações sociais e é o responsável por gerar as modificações na sociedade.

Desse modo, Moscovici utiliza o termo “social” para estabelecer uma distância do que a noção “coletiva” implicava para a teoria positivista durkheimiana. No entanto, não se deve ter uma visão apressada e concluir que Moscovici busque com isto deslegitimar por completo o conceito de Durkheim ou a existência de representações coletivas. Sua intenção é evidenciar as peculiaridades contidas nas representações sociais.

Assim, sua concepção tem o intuito de dar conta da dinamicidade da realidade social. Para o autor, as representações sociais que emergem no senso comum transitam em toda parte, são incorporadas, modificadas ou extermínadas pelas interações sociais, através da comunicação. Apesar de ser uma concepção flexível e que transita entre a ação e a estrutura, reconhecendo a importância de ambos para a construção dos fenômenos sociais, é importante o papel da dimensão estrutural, tendo em vista que grande parte das relações é firmada no interior do próprio grupo e consequentemente as representações são – em maior ou menor grau - compartilhadas entre a maioria de seus membros.

O que interessa para Moscovici é o processo de construção das representações sociais que está totalmente vinculado à dimensão da diferença presente na vida social. As novas representações surgem a partir dos momentos de confronto com o desconhecido. Elas são, “no que se refere à realidade, [...] tudo o que nós temos [...]” (MOSCOVICI, 2012, p. 32), ou seja, todo o conhecimento que se tem desvinculado do âmbito científico sobre a realidade social e toda a capacidade que, de observá-lo e analisá-lo, é extremamente carregada de representações sociais.

Logo, o homem não tem acesso “direto” ao mundo social, pois sua visão, a forma com que interage e conduz suas ações são orientadas por todas as imagens e representações que constitui durante a vida. Portanto, o acesso ao mundo e seus

processos comunicativos são inteiramente permeados pelas representações sociais, pois “todas as interações humanas, surjam elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações” (MOSCOVICI, 2012, p. 40). Ao enfocar precisamente este processo necessário para que as representações emergam, Moscovici vai tratar de quatro conceitos centrais: familiaridade, não familiaridade, ancoragem e objetivação.

Durante o conflito socioambiental, os sujeitos se deparam com o desconhecido, com o diferente, e esse choque com o novo possibilita a emergência de novas - ou de transformações nas - representações. As representações já formuladas e incorporadas nos sujeitos criam um ambiente de familiaridade, e é justamente esse caráter que falta no que é incomum, o que intriga e desconforta a interação e a convivência com o mesmo.

Desse modo, a insurgência do que é distinto dispara nos sujeitos uma necessidade de significar o que até o momento encontra-se sem significado, o que se pode chamar de não familiar. Moscovici ressalta que “*a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar, ou a própria não familiaridade*” (2012, p. 54) [grifos do autor].

Logo, inseridos em um “universo consensual”, “a dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização” (MOSCOVICI, 2012, p. 55), onde se comprehende o mundo social através da construção que previamente se tem dele. O conjunto de representações incorporadas é o que media a interação com o presente. Quando se está diante do incomum, é através do reconhecido, do comum, do familiarizado que se busca significar o desconhecido, ou seja, incluí-lo em uma “categoria conhecida”. Ao dar sentido ao não familiar, traz-se o que antes era distante para o interior do sujeito.

Através de Moscovici é possível compreender o modo como os sujeitos classificam e representam aquilo que antes era desconhecido. Esse procedimento de transformação das representações, de incorporação do não familiar se constitui através da ancoragem e da objetivação, que são assim designados:

O primeiro mecanismo tenta ancorar ideias estranhas, reduzi-las a categorias e a imagens comuns, colocá-las em um contexto familiar. [...] O objetivo do segundo mecanismo é objetivá-los, isto é, transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que existe no mundo físico. [...] Esses mecanismos transformam o não familiar em familiar, primeiramente transferindo-o a nossa própria esfera

particular, onde nós somos capazes de compará-lo e interpretá-lo; e depois, reproduzindo-o entre as coisas que nós podemos ver e tocar, e, consequentemente, controlar. (MOSCOVICI, 2012, p. 60-61)

Em síntese, a familiarização de representações sociais envolve a incorporação do não familiar e a exteriorização de uma nova representação.

Também se destaca, a partir de Moscovici, a natureza convencional e prescritiva das representações. Nesse sentido, as representações aparecem como responsáveis por convencionalizar os diferentes fenômenos, situações, objetos e pessoas. Elas criam padrões aonde irão se inserir os novos elementos nos quais os sujeitos se deparam na realidade (MOSCOVICI, 2012, p. 34). Essa característica das representações prepondera dentro do processo de familiarização. Quanto ao seu caráter prescritivo, Moscovici defende que as representações se impõem, possuem uma dimensão estruturante. No entanto, ao penetrar e influenciar as mentes dos sujeitos também acabam por ser repensadas e reapresentadas (MOSCOVICI, 2012, p. 37).

Contudo, é através dos aspectos que envolvem o fenômeno das representações sociais que se pretende trabalhar com as representações sociais da pesca dos atores sociais envolvidos no conflito socioambiental em questão, em especial, dos pescadores do bairro Santa Tereza.

3.4. As contradições do espaço social e as representações sociais: uma articulação entre Lefebvre e Moscovici.

Visa-se, nessa etapa realizar, a uma articulação entre os dois autores centrais que fundamentam a pesquisa e realizar uma primeira aproximação entre a perspectiva teórica adotada e o objeto de pesquisa. Destaca-se, inicialmente, que o conflito, objeto de estudo em questão, apesar de emergir através de novas contradições do espaço, vincula-se a contradições já existentes. Nesse sentido, como enfatiza Lefebvre, não se pode desconsiderar a história que constitui esse espaço. Assim, pontua o autor:

Numa perspectiva menos pessimista, pode-se mostrar que o espaço abstrato contém contradições específicas; essas *contradições do espaço* procedem, em parte, de antigas contradições, oriundas do tempo histórico, modificando-as: ora agravando-as, ora atenuando-as. (LEFEBVRE, 2006, p. 50) [grifos do autor].

Desse modo, as contradições expressas no presente são dotadas de historicidade, ou seja, são constituídas historicamente e transformadas, reforçadas ou atenuadas pelas novas contradições. Entende-se que os conflitos da realidade não são apenas contradições entre interesses divergentes dos grupos sociais, mas são também contradições históricas (ALMEIDA, 2011). Logo, percebe-se que o conflito travado entre a empresa Quip S/A e os pescadores do Bairro Santa Tereza não pode ser, de fato, compreendido, sem que se leve em consideração as contradições já existentes e historicamente consolidadas que configuram esse espaço social.

Pensando acerca da constituição do Município como tal, ressalta-se aqui o papel da ação humana sobre a “primeira natureza” (LEFEBVRE, 2006) na produção do espaço que, enquanto produto, se configurou de forma específica no município do Rio Grande. Dotada de peculiaridades naturais, a cidade acabou por se fundar como essencialmente portuária, ligada às atividades marítimas e pesqueiras e palco de indústrias de diferentes espécies. Nessa linha, pontua Martins sobre a cidade:

A localização geográfica do município é uma das determinações para a estruturação da sociedade ali localizada, mas que está sujeita à implantação de projetos e execução de ações que conectam a escala local com os processos regionais, nacionais e mundiais. Neste sentido, a partir das primeiras décadas do século XX são implantados grandes investimentos de capitais internacionais, como o frigorífico da Swift e de capitais nacionais associados como a Refinaria Petróleo Ipiranga (atual Refinaria Rio-Grandense). Os empreendimentos industriais do século XIX e começo do século XX faziam do Rio Grande a cidade das chaminés no dizer de Érico Veríssimo (MARTINS, 2010, n.p.).

Como anteriormente evidenciado, o Rio Grande e principalmente os bairros ao redor da área portuária se constituíram em função desta. Logo, o que configura o espaço físico não pode ser concebido desconectado das demais dimensões que formam a totalidade do espaço. Os bairros do entorno do Porto - o espaço vivido - se criaram e se consolidaram em vinculação com as práticas engendradas no espaço e também em função dos elementos e características que permeiam o espaço concebido.

O espaço expõe toda a sua triplicidade. Apresenta-se enquanto permeado pela produção e reprodução das práticas espaciais e, simultaneamente, como espaço da vida cotidiana, espaço de reprodução das relações sociais. Além disso, também é espaço constituído pela lógica capitalista, espaço dominante dotado de

técnica e racionalidade onde o poder hegemônico se instaura. Ao mesmo tempo em que homogeneíza, fragmenta o espaço e cria hierarquias. Nessa linha, diz Lefebvre:

Ele [o espaço] tende para o homogêneo por diversas razões: fabricação de elementos e materiais - exigências análogas intervenientes -, métodos de gestão e de controle, de vigilância e de comunicação. Homogeneidade, mas não de plano, nem de projetos. De falsos “conjuntos”, de fato, isolados. Pois paradoxalmente (ainda) esse espaço homogêneo se fragmenta: lotes, parcelas. Em pedaços! O que produz guetos, isolados, grupos pavilhonianos e pseudoconjuntos mal ligados aos arredores e aos centros. Com uma hierarquização estrita: espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer, espaços para os marginais etc. Uma curiosa lógica desse espaço predomina: que ele se vincula ilusoriamente à informatização e oculta, sob sua homogeneidade, as relações “reais” e os conflitos (LEFEBVRE, 2006, p. 7) [grifos do autor].

Os conflitos socioambientais que engendram novas contradições do espaço são mascarados pela aparente homogeneidade concebida no espaço abstrato. Como demonstra Coelho de Souza (2013, p. 6) [grifos do autor], o “espaço comum às *atividades* diversas, imposto pela parcela da sociedade que tenta constituir-se em um sistema para atingir a coerência, mascara suas contradições. Existem as *contradições do espaço*, mesmo que dissimuladas”. O espaço em análise dotado de contradições antigas e novas – expressas pelo conflito socioambiental engendrado pela QUIP S/A e pela expansão portuária do Rio Grande - tem essas contradições camufladas, através de diversos meios, práticas, instituições e representações que buscam, para manter a ordem hegemônica, esconder os conflitos configurados por estas.

Ademais, os autores que trabalham com a noção de Justiça Ambiental (ACSELRAD, 2009; 2010; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2005; ZHOURI et al., 2005) demonstram que as práticas de injustiça ambiental não estão desvinculadas das questões de desigualdade social e demonstram que as práticas de degradação da natureza engendradas através das atividades de produção, apesar de afetar a sociedade como um todo, impactam prioritariamente, e de forma direta, populações em situação de vulnerabilidade social. Logo, no que tange à questão do Polo Naval e da expansão portuária, evidencia-se o mesmo: empreendimentos que impactam o meio ambiente e, por conseguinte, afetam principalmente a reprodução dos modos de vida e a qualidade de vida de moradores de áreas mais carentes.

Nesse sentido, o plano de “desenvolvimento” projetado para a cidade do Rio Grande, fundado no investimento do setor naval e portuário, choca-se com a reprodução da atividade tradicional do Município que é a pesca. A pesca artesanal

compõe o espaço vivido da cidade e, de certo modo, é mais presente nos bairros do entorno da área portuária, bairros que estão à margem da Lagoa dos Patos. Diante disso é que se pretende enfocar as representações sociais da pesca dos sujeitos que estão direta ou indiretamente envolvidos no conflito. Destaca-se que as representações são entendidas como fenômenos que estão articulados ao espaço, pois se formam com base nas relações sociais que o produzem (e são produzidas por esse espaço). Logo, torna-se necessário estabelecer um paralelo entre as duas teorias que guiam a abordagem das representações adotadas na presente pesquisa.

Para Lefebvre, as representações¹⁷ se vinculam ao espaço e expressam suas “conexões, distorções, deslocamentos, interferências” e “seus laços com a prática espacial das sociedades” (LEFEBVRE, 2006, p. 42).

Portanto, as representações, para o teórico (1983), são uma forma de conhecer e interagir com a realidade. Elas são construídas historicamente e emergem a partir de um determinado contexto social, em outras palavras, as representações são criadas no cotidiano, através das relações que se dão no âmbito material que constituem os fenômenos sociais. Nesse sentido, pontua Almeida (2011, p. 51-52) sobre as representações na perspectiva lefebvriana:

Somos sujeitos de uma história, que pouco a pouco foi sendo construída no cotidiano. Nascemos nela. Aprendemos a olhar com os olhos desta história e, ao nos olharmos, nos fazemos. Somos também invenções de nossos olhos. Olhamos construindo representações e também somos construídos por elas. As representações, dessa forma se encontram na vida real, concreta e social [...]. Assim, é nas relações sociais concretas, que se formam as representações dos indivíduos, é na vida cotidiana, no modo de vida dos indivíduos, que se constitui a consciência, as ideias e as representações ao ponto de, a cada tempo e a cada espaço, criam seus sujeitos e é nesse espaço, que os interesses se chocam e é onde o vivido se estabelece cotidianamente, materializado no modo de vida de cada sujeito.

Nessa linha, a concepção de Moscovici se assemelha a de Lefebvre. Segundo Moscovici (2012), as representações sociais também são responsáveis por dar sentido à realidade e à vida social. Para este teórico, as representações sociais são uma forma específica de conhecimento: conhecimento do senso comum,

¹⁷ Para o autor, na concepção de “representações” já está implícito o caráter essencialmente social destas. Nesse sentido, designá-las como “representações sociais” é redundante na visão de Lefebvre.

constituído através do cotidiano das pessoas e que orienta as práticas, interações e processos de comunicação social (MOSCOVICI, 2012).

Para a efetiva compreensão das representações sociais da pesca dos atores sociais envolvidos no conflito, é fundamental entender que as representações desses sujeitos emergem a partir de determinada posição no espaço. Assim, existem diversos elementos socioeconômicos e culturais que influenciam na constituição das distintas representações. Para compreendê-las, é de fundamental relevância vinculá-las aos contextos de onde elas emergem. Vale ressaltar que, “quando uma representação é revelada, pode-se compreender como ela interfere na organização social e na vida dos indivíduos” (ALMEIDA, 2011, p. 68).

Entretanto, ao se afastar do conceito de representações coletivas durkheimiano, Moscovici busca evidenciar que as representações não são estanques e engessadas no grupo social, constituídas somente de modo tradicional e repassadas através das diversas gerações. Sua intenção é mostrar que as representações nascem, morrem, são transformadas; que algumas são mais duráveis e outras não. Moscovici pontua que elas se concebem e se transformam nos processos de interação e comunicação.

Apesar das diferenças teóricas e epistemológicas de Moscovici e Lefebvre, é notável que ambos se aproximam em diversos pontos quando tratam sobre as representações. Entretanto, no que tange aos afastamentos entre os autores, a abordagem de Moscovici parte do individual para o social, enquanto na teoria lefebriana acontece o inverso (ALMEIDA, 2011). Ambos os autores consideram que as representações se formam a partir do movimento entre os âmbitos individual e social. No entanto, enquanto que para Lefebvre esse movimento se faz da ordem social para o individuo, para Moscovici esse processo se dá de forma contrária.

As perspectivas dialéticas dos teóricos são distintas: Moscovici embasa-se na dialética tradicional, enquanto Lefebvre parte de uma dialética tridimensional, envolvendo o concebido, o percebido e o vivido. Apesar das diferenças e de partirem até mesmo de diferentes áreas do conhecimento, a forma de conceber as representações dos teóricos se aproximam em relevantes aspectos. Ambos priorizam o conhecimento do senso comum, do cotidiano. Enfocar as representações originadas das experiências dos sujeitos não consiste em considerar esse conhecimento dotado de verdade, tampouco falso. Como pontua Lefebvre

(1983): “Inevitables y quizá necesarias, las representaciones no son in embargo verdaderas por vocación, por esencia. Ni falsas”.

Além disso, tanto Lefebvre como Moscovici caracterizam a modernidade como o tempo das representações. O teórico da psicologia social caracteriza a contemporaneidade como a “era das representações” (MOSCOVICI, 2012, p.40), e o sociólogo declara:

¿Podría definirse, en este horizonte, un mundo de representaciones, ese mundo que se instala en la época moderna, ese mundo que sustituye poco a poco en la época moderna al mundo anterior, compuesto de mitos, de símbolos, de leyendas sobre los orígenes? Sí, con tal de precisar que se trata también de un espacio, y más exatamente de un espacio de las representaciones, poblado de objetos, de proyectos y de trayectos, a los cuales se vinculan las representaciones y que forman parte de lo representado (LEFEBVRE, 1987, p. 56)

Outro ponto de similaridade entre as percepções dos autores é o lugar que ambos dão às representações como fenômenos ativos na construção da realidade social. Para Moscovici (2012), elas se caracterizam por guiar as práticas dos sujeitos e, nos termos de Lefebvre, elas possibilitam “a reprodução social através da reprodução dos próprios indivíduos” (ALMEIDA, 2011, p. 55). A fundamentabilidade das representações sociais para estes teóricos pode ser evidenciada em passagens das respectivas obras. Destacam-se:

Si las representaciones son abolidas, las únicas certezas que persisten son la muerte y la nada (LEFEBVRE, 1987, p. 72).

Eu simplesmente percebo que, no que se refere à realidade, essas representações são tudo que nós temos (MOSCOVICI, 2012, p. 32).

Contudo, crê-se que a articulação entre os dois teóricos enriquece a pesquisa. O interesse de trazer a teoria de Moscovici para a análise do conflito que se busca entender enquanto expressão de novas contradições do espaço é fazer uso dos seus conceitos, que demonstram como as representações sociais são criadas em vinculação com outros elementos e representações presentes nas realidades dos grupos sociais e como elas são expressas e manifestadas.

No que se refere à teoria lefebriana, a questão do espaço social e da produção do espaço são centrais para embasar o conhecimento e a análise do conflito em questão e permite articular as representações à problemática da produção do espaço. Ressalta-se que, para a compreensão dos conflitos, das

contradições do espaço e das representações da pesca, irá se atentar prioritariamente à dimensão do espaço vivido. Este espaço “é formado pela vivência singular de cada sujeito e pela vivência coletiva e social dos sujeitos envolvidos num contexto específico” (ALMEIDA, 2011, p. 54). Longe de querer desvinculá-lo das demais dimensões que constituem o espaço, o vivido aparece como foco de interesse, pois é nele que as contradições do espaço se manifestam.

4. Entre formulações teóricas e percepções empíricas: a constituição do conflito.

Partindo da ideia de que a reprodução do modo de vida dos pescadores entra em choque com a ordem hegemônica representada pela reprodução das atividades portuárias no espaço, busca-se, entender como isso se reflete nas representações sociais da pesca dos sujeitos. Desse modo, nessa etapa do trabalho, visa-se a demonstrar a articulação que se estabelece entre o conflito (envolvendo os pescadores do bairro Santa Tereza e a empresa de construção de plataformas offshore Quip S/A) e as representações sociais da pesca.

Abordar a temática da pesca significa tratar de algo extremamente relevante e foco de inúmeros debates e pesquisas atualmente, devido aos problemas que vem enfrentando (CAPELLESSO, CAZELLA, 2011; DIEGUES, 1999). É diante deste cenário, de impactos ambientais e diminuição de “recursos pesqueiros” (KALOKOSKI et al., 2006) que se insere o objeto da presente pesquisa. No entanto, o enfoque aqui adotado é essencialmente sociológico.

São ausentes as pesquisas que incorporam o âmbito social nessa problemática, em relação à realização de pesquisas voltadas para o âmbito biológico do ambiente. Poucas demonstram os impactos das transformações desse ecossistema na vida dos sujeitos que dele dependem. Nesse sentido, um dos entrevistados diz: “Então a gente sabe, eu brinco, a gente sabe o tamanho da escama do lado esquerdo da tainha, mas a gente não conhece o pescador que pesca a tainha” (Secretário Municipal da Pesca). Assim, além de possuir o intuito de enfocar um conflito envolvendo a pesca (que por ser um conflito ambiental é também social) e os impactos sofridos por um grupo de pescadores, volta-se o olhar para as representações acerca da pesca. Busca-se, então, evidenciar a dimensão social que perpassa essa questão e os sentidos, opiniões e ideias emitidos pelos sujeitos envolvidos.

Vale lembrar que as representações não são algo que se encontra somente no plano das ideias, as representações se expressam no espaço, se materializam a partir das ações dos sujeitos individuais e coletivos (que são exercidas com base em suas representações). São vários elementos que constituem as representações. No que tange aos pescadores entrevistados capta-se uma representação vinculada ao que é de fato viver da pesca, logo se percebe a pesca enquanto atividade formadora do espaço vivido e da reprodução desse espaço como tal.

Contudo, salienta-se que as representações não são estanques, engessadas nos grupos sociais. São, pelo contrário, representações que podem se disseminar por toda a estrutura social mais ampla, são flexíveis, articulam-se a outras e, assim, também se modificam (MOSCOVICI, 2012). Tendo em vista esse caráter dinâmico das representações, nota-se que certas percepções atravessam os diferentes atores sociais independente dos seus contextos de fala.

Num primeiro momento da análise buscou-se, a partir do material coletado nas entrevistas, identificar a(s) representação(ões) social(ais) da pesca presentes na fala dos sujeitos. Essa etapa apoia-se na identificação de elementos centrais formadores das representações (a questão de tradicionalidade da atividade; o envolvimento com outros interesses e usos do espaço; e a percepção de precariedade dessa atividade) que nascem a partir da vivência dos atores sociais, de seus contatos com a realidade e do arcabouço de representações que já possuem (MOSCOVICI, 2012). Posteriormente, se demonstra que a emergência do conflito entre os pescadores do bairro Santa Tereza e a empresa Quip S/A se dá em total articulação com um cenário de diversas contradições presentes no espaço expresso nas representações sociais.

Assim, o caminho percorrido pela análise tem início nas representações para depois se chegar à obra, ou seja, ir-se-á das representações até chegar a produção do espaço, com suas contradições e relações sociais que não são necessariamente econômicas. Primeiro foram demonstradas as diferentes representações, para posteriormente analisar como estas atravessam o conflito. Nesse sentido, destaca Lefebvre:

¿Por qué no comenzar por la obra en vez de comenzar por la representación, puesto que ambos conceptos están asociados como lo mostraremos ulteriormente? Esos dos *incipit* se proponen; cada uno de ellos tiene sus ventajas y sus inconvenientes. La obra esclarece las representaciones porque las atraviesa, las utiliza y las supera. La representación esclarece la obra porque es necesaria y no suficiente, superficial, es decir definida sobre y por una superficie, remitiendo a la práctica, a la producción, a la creación (LEFEBVRE, ANO, p. 27)

4.1. Das representações ao conflito.

A emergência do conflito entre pescadores e empresa pode ser mais bem vislumbrada a partir do momento em que se captam as representações sociais da pesca que a envolvem, haja vista que as representações remetem à prática. As

representações da pesca envolvidas na relação Pesca-Porto no município do Rio Grande compreendem três elementos: a dimensão de tradicionalidade da atividade; o reconhecimento (ou negação) do choque com outros interesses e usos do espaço; e a percepção de precariedade da pesca.

No que tange à questão do caráter tradicional presente no exercício da pesca, nota-se o quanto essa profissão é diferenciada. Ela carrega, na maioria das vezes e no caso em análise, toda uma significação familiar e onde o “conhecimento é adquirido empiricamente e transmitido oralmente para as gerações futuras” (CHAMY, 2004, p. 8). É uma atividade aprendida na família, depende de um conhecimento que não é adquirido em livros, mas passado de pai para filho. Diante disso, apresenta-se, de modo praticamente indissociável, a vida familiar e social dos pescadores do seu “ambiente profissional”.

O conhecimento ajuda nós muito e a tradição antiga. A tradição antiga, né, um passando pro outro, então a gente vai aprendendo [...] na pesca com os pais. [...] Eu estudei muito pouco, tive que pará pra trabalhá, pra ajudá meus pais. Era muita criança em casa, então eu tinha que ajudá eles pra levá o que come pra eles. Meu pai não podia botá outro empregado (nós chamamo de proeiro), então eu era o proeiro dele, né. Eu ia, do tamanho do meu filho assim, eu ia lá puxá a rede. (Pescador 5)(sic).

No entanto, as entrevistas demonstram que essa referência à dimensão familiar se faz com um enfoque mais voltado para o passado. Os pescadores que restaram na Vila da Naba iniciaram na pesca por total influência familiar, mas atualmente encontram-se em outro contexto, onde poucos membros (ou nenhum da família) exerce essa atividade e também vislumbram um futuro diferente para as próximas gerações.

[antigamente] tinha meu pai, meu vô, meus tio, tudo era pescador, tudo pescava [...] E aquela época era mais gente registrada, né. Que nem a minha mãe (a falecida minha mãe era pescadora), tinha tudo, todos os papel, os barco que eu tenho ali. Tenho até hoje os papel tudo no nome dela. Aquela... a minha tia aquela ali, que é esposa do Jorge, ela também era naquela época... O seu Galego aqui, meu pai... tinha um monte. Aquela época era quase todo mundo legalizado. Muito mais que agora. (Pescador 1) (sic).

A mãe descascava, trabalhava em conjunto comigo ali, vendia o camarão, tinha época que ela descascava o camarão. Meu irmão também ajudava, entendesse?! Trabalhava em conjunto, em família ali. O único que nunca teve na pesca foi o pai, mas os outros... Minha irmã... Tudo ajudava assim a descascá um camarão. Tudo ajuda né, em família, né (Pescador 6) (sic).

Hoje de quatro filhos, sai um pescador, né. Os outros, que não tem muito estudo, querem ir pra um Polo, né? Que o dinheirinho tá ali (Pescador 5) (*sic*).

Diante disso, é possível afirmar que a pesca está contida no espaço vivido, espaço de expressão do cotidiano dos sujeitos que o produzem e por ele são produzidos. Ela remete à prática dos habitantes e usuários desse espaço (LEFEBVRE, 2006). Suas representações, distintas quando se vinculam ou ao presente ou ao passado, apontam para as modificações historicamente ocasionadas no espaço. Modificações estas que se expressam no espaço físico, mas também no espaço mental.

Outro elemento que possibilitou captar essa característica particular da atividade pesqueira tradicional foram os questionamentos envolvendo a Lagoa dos Patos. O entendimento e opiniões expressas a respeito desse ecossistema por parte dos pescadores demonstra a total vinculação estabelecida entre este com as suas vidas, de uma forma muito mais profunda que qualquer outro ambiente de trabalho convencional.

Ah, tá louco! A Lagoa pra nós é tudo. (Pescador 3) (*sic*).

Ah, ela é o viver do peixe, bem dizer né. [...] Tudo depende da Lagoa (Pescador 4) (*sic*).

É o dia a dia, é o dia a dia pra família ali. (Pescador 6) (*sic*).

Dessa forma, quando se fala de impactos ambientais ocasionados na Lagoa, está também se falando de impactos sociais. A dimensão social não pode ser negada: afetar a Lagoa é indissociavelmente afetar a vida dos seres humanos que dela dependem para viver. Essa percepção também aparece na fala dos agentes públicos entrevistados, demonstrando que estes reconhecem a importância econômica e cultural da Lagoa dos Patos e a consideram determinante para a produção e reprodução das comunidades existentes no seu entorno. Um dos entrevistados chega a expandir essa consideração, afirmando que o município como um todo e enquanto tal só existe a partir da Lagoa e a das atividades que ela possibilita, essencialmente as portuárias e a pesqueira.

Então, na verdade assim, a preservação desse ecossistema como um todo assim ele é fundamental pra manutenção das comunidades da pesca artesanal (Secretário Municipal da Pesca) (*sic*).

A Lagoa ela é imprescindível pra sobrevivência das comunidades próximas ao Porto também (Ex-técnico Ambiental do Porto) (*sic*).

A Lagoa dos Patos é um dos principais patrimônios ambientais da região. Digamos que Rio Grande existe em função da Lagoa. Porque a Lagoa fornece o Porto, fornece a pesca [...] A Lagoa dá vida a cidade, então eu não posso desconsiderar a importância da Lagoa como patrimônio ambiental, como patrimônio cultural e eu posso dizer que a Lagoa também é um patrimônio econômico da cidade, que se ela dá vida pra cidade, as principais atividades econômicas desenvolvidas em Rio Grande dependem da riqueza da Lagoa dos Patos. Só existe o Porto, só existe Polo Naval, só existe pesca porque existe Lagoa (Secretário Municipal de Meio Ambiente) (*sic*).

O segundo elemento formador das representações da pesca emerge da relação estabelecida desta com outras práticas e elementos que compõem e produzem o espaço social. A partir da fala dos entrevistados é possível pontuar esses fatores, que acabam se tornando um obstáculo para a pesca artesanal. São eles: mudanças no clima (que resultam em chuvas mais frequentes e intensas), órgãos fiscalizadores (IBAMA e PATRAM); poluição das águas derivada do despejo de resíduos domésticos, industriais e da agricultura (que não se restringe ao âmbito local, mas que afeta a Lagoa dos Patos como um todo); obra de ampliação dos Molhes da Barra¹⁸; o caso de derramamento de ácido sulfúrico do Navio Bahamas, em 1998; e impactos causados pela empresa FERTISUL (empresa antecedente à Quip S/A na localidade).

A pesca não é vista de forma isolada, pois o exercício de sua atividade está sempre atravessado por fatores percebidos como obstaculizadores, considerados os causadores dos danos e impactos ao ambiente, aos recursos pesqueiros e consequentemente à atividade pesqueira. Esse ponto demonstra que as representações expressam as contradições contidas no espaço, ou seja, que este último é produzido por distintos interesses e práticas que acabam por entrar em choque.

Abaixo estão dispostos em quadros os trechos onde os entrevistados referem-se a cada fator que obstaculiza a realização da pesca artesanal:

¹⁸ “Os molhes da Barra da cidade do Rio Grande são duas muralhas de pedras, construídas junto à desembocadura da Lagoa dos Patos (laguna), que adentram o Oceano Atlântico, por cerca de 4 Km. Podem ser divididos em Molhe Leste que se encontra no município de São José do Norte (RS) e possui atualmente uma extensão de 4,2 quilômetros e em Molhe Oeste, que se encontra no município do Rio Grande (RS) e possui uma extensão de 3,5 quilômetros. [...] Com o objetivo de aprofundar o canal de acesso ao Porto do Rio Grande, possibilitando, assim, a passagem de navios de maior porte, em maio de 2001 foi iniciada a ampliação dos Molhes da Barra” (MOURA, 2009), que finalizou em fevereiro de 2011.

PERCEPÇÕES SOBRE ORGÃOS FISCALIZADORES
Antigamente o cara pescava aí mais tranquilo, agora eles [IBAMA] botam um monte, botam um monte de coisa... Como é que eu vou te dizer... Assim... Aí o pescador vão desistindo (Pescador 1) (<i>sic</i>).
Eles prenderam o meu guri e botaram R\$ 21.500,00 de multa. E não pegaram um camarão dentro do bote. [...] Agora ele tá trabalhando de soldador [...] Nem que paguem ele, ele não sobe no bote pra arrastar (Pescador 2) (<i>sic</i>).
E depois quando tem o IBAMA e a PATRAM dá muito em cima, né? Então... A única pesca que eles batem mesmo é a PATRAM e o IBAMA é o camarão. Não sei se eles pensam que o pescador vai ficá rico ou o que que é... [...] Agora mesmo, se tivesse... Se tivesse – podia tê camarão ainda – mas ninguém ia podê matá. Eles prendem, fazem mil e uma (Pescador 3) (<i>sic</i>).
Pescador tem vez também que pesca e se prejudica, pesca nessa pesca predatória, né. Agora essa fiscalização tá errada aí. Eles botam uns cara pra fazer lei que não conhecem nada. Quê vê uma coisa?! Chega agora em fevereiro que é a época do bagre desová e eles liberam. Aí chega no inverno, sempre foi desde os antigo (a safra do bagre é no inverno que aí entra o bagre que não tem ova), aí eles proíbem. Bem na época do defeso, eles proíbem. Eram prá deixá pescá o bagre no inverno (Pescador 4) (<i>sic</i>).
Eu fico indignado assim porque eles não deixam a gente trabalhá com camarão e eu me pergunto “e agora onde é que tá o camarão?”. Quem é que pode me dizer que foi o pescador que destruiu com a pescaria? Foi... É só o que eles sabem dizê, né? Que o pescador destroi com tudo. Mas o pescador tá ali pra sobrevivê, né? Porque se ele não for pescá, a família dele vai morrer de fome (Pescador 6) (<i>sic</i>).

Quadro 1 – Fonte: Autoria própria.

Vale salientar que somente os pescadores enxergam os órgãos de fiscalização como entraves para a atividade pesqueira. Suas percepções do IBAMA e da PATRAM evidenciam a contradição estabelecida entre o espaço concebido, da ordem imposta e o espaço dos usuários (LEFEBVRE, 2006), pois as regras criadas e exercidas a partir de embasamentos técnico-científicos vigoram no espaço e o ordenam, se impondo sobre o vivido. Sem adentrar na discussão de importância das ações desses órgãos fiscalizadores, quer-se evidenciar a visão predominante destes entre os pescadores, o que acaba por reforçar a contradição existente no espaço, tendo em vista que o espaço é também mental.

PERCEPÇÕES DA PESCA INDUSTRIAL/PREDATÓRIA
A pesca industrial, a pesca predatória, tudo afeta (Pescador 1) (<i>sic</i>).
[...] e eu tenho a ação predatória e a ação predatória ela é constante. Não só com os grandes pescadores, mas os pequenos pescadores também. Muitas vezes pela necessidade de subsistência. Mas agora, a pesca de arrasto na entrada da Lagoa, principalmente em São

José do Norte e no Cassino, ela é uma tragédia e eu tenho arrasto inclusive na Lagoa dos Patos. Recentemente o IBAMA apreendeu uma rede na Lagoa com 12m de comprimento e isso pega tudo. 12m de altura, na verdade, não de comprimento. Então ela vai lá embaixo. Não é só o peixe maior que tá sendo pescado, pega toda a biota que vai sendo presa pela rede (Secretário Municipal de Meio Ambiente) (*sic*).

Se não cuida daqui uns anos não tem mais nada. Pescador também não se ajuda. Pescador tem vez também que pesca e se prejudica, pesca nessa pesca predatória, né (Pescador 4) (*sic*).

Quadro 2 – Fonte: Autoria própria.

Esse segundo fator obstaculizador da pesca refere-se à contradição existente dentro da própria atividade. Nesse caso, as diferentes modalidades da pesca chocam-se, e a pesca industrial acaba por suprimir a artesanal. A reprodução dessa atividade, que se dá de forma predatória, ao se apropriar e produzir o espaço de tal forma impacta outras atividades (como a pesca artesanal) que se reproduzem no espaço ao mesmo tempo em que o produzem.

O próximo item trata de algo muito mais difuso, que é a poluição, pois esta parte de diversas atividades e formas de produzir o espaço:

PERCEPÇÕES SOBRE A POLUIÇÃO

Aí os cara dizem “as fábrica poluem”, poluem, mas e as casas que poluem um monte também e ninguém fala? O esgoto doméstico... É detergente, é óleo de comida, cai tudo na água, vai tudo pra água (Pescador 1) (*sic*).

Eu tenho poluição causada principalmente pela emissão de efluentes e de resíduos sólidos na Lagoa, nos recursos hídricos. [...] Os lixões na beira da Lagoa estão sendo combatidos pela Prefeitura, eu tenho o sistema de saneamento e de esgoto sendo implantado. Isso vai reduzir, deve reduzir o problema... Eu tenho que considerá também que tem São José do Norte, Mostardas e Tavares na volta, né. Eu tenho que considerá que tem todo um processo poluidor de Rio Grande a Porto Alegre e de Pelotas pra cá, né? Mas em Rio Grande eu posso reduzir a partir do saneamento na poluição (Secretário Municipal de Meio Ambiente) (*sic*).

Porque, poxa, agora não era pra tê essa baita poluição. Porque agora com o desenvolvimento que tem... Pô, os cara sabem tudo, mas eles sabem, mas não fazem. O problema é esse... (Pescador 3) (*sic*).

Mas eu acho que o pior que afeta tudo é a poluição [...] Essas cidades do estado largam tudo na Lagoa. Essa agua que vem aí, doce mesmo, tá toda poluída. (Pescador 1) (*sic*).

E a Lagoa, o negócio da pescaria na Lagoa tá ficando ruim é esse negócio das lavoura aí. Chega nesse tempo de chuva e eles trancam a água, aí usam aquela água, botam uns remédio na lavoura. Aí depois que não precisam mais dela, jogam tudo pra Lagoa aquela água poluída. Pro peixe é um veneno. Esses remédio brabo aí que usam... (Pescador 4) (*sic*).

É o clima, chuva aí, esse negócio aí também, muita fábrica, muita coisa aí dentro e na volta da Lagoa. Tudo largando poluição pra dentro da Lagoa aí. Cada vez vai morrendo mais peixe (Pescador 4) (*sic*).

Quadro 3 – Fonte: Autoria própria.

Nota-se que, para os entrevistados, a poluição é mais um dos elementos que prejudica a pesca artesanal e em consequência enfraquece toda a reprodução de um modo de vida. Os fatores são representados como poluentes pelos entrevistados tendo em vista que – como nos ensina Moscovici (2012) - foram convencionalizados dessa forma, passando a fazer parte de um determinado modelo de representações. Destaca-se também, a partir desses trechos, que a poluição que afeta os pescadores é decorrente tanto de atividades que se reproduzem espacialmente próximas à pesqueira (como a decorrente da emissão de efluentes domésticos) quanto de práticas consolidadas em locais mais distantes (como os efluentes emitidos pela atividade de agricultura).

Além disso, como demonstra o quadro a seguir, os pescadores entendem as alterações no nível da chuva como um dos principais fatores que dificulta a realização da atividade pesqueira atualmente, principalmente a pesca de camarão, já que esse crustáceo só se desenvolve em água salgada. Essa condição natural soma-se aos demais fatores, afetando a reprodução do modo de vida desses sujeitos.

PERCEPÇÕES SOBRE FENÔMENOS NATURAIS
Camarão mesmo, dois anos já faz que não dá camarão. E esse ano vai dá muito pouco também por causa da água doce, né. Chove muito (Pescador 1) (<i>sic</i>).
O problema aí que agora nós tamo passando, essa dificuldade, mais também é por causa que tem muita chuva, né?! Porque se a Lagoa tivesse salgada agora mesmo a gente já taria matando camarão. E esse ano não vai, não vai tê. Se a Lagoa tiver limpa, com água salgada aí... Bah, tá louco! A pesca é outra (Pescador 3) (<i>sic</i>).
Ah é, agora não se vê quase né. E esse ano vai ser outro ano ruim de camarão. E muita chuva que aconteceu também, né (Pescador 6) (<i>sic</i>).

Quadro 4 – Fonte: Autoria própria.

Os últimos três fatores representados pelos entrevistados como obstaculizadores da pesca artesanal envolvem especificamente o setor portuário do Município. No capítulo 2 foi mostrado que diversos fatores afetam a pesca na Lagoa dos Patos como um todo. Diante disso, pode-se dizer que os itens destacados pelos entrevistados até o presente momento fazem parte desse leque de práticas, atividades e processos que afetam a reprodução da atividade pesqueira de forma generalizada na Lagoa dos Patos. A seguir são evidenciados alguns fatores que já evidenciam a contradição existente entre a reprodução das atividades portuárias e a

reprodução da atividade pesqueira nesse espaço social. Ressalta-se que essas contradições envolvendo a pesca configuram uma realidade *sui generis* do Município rio-grandino.

PERCEPÇÕES SOBRE O CASO DO NAVIO BAHAMAS
O Bahamas que teve aqui... Te lembra do Bahamas? Aquele navio de ácido aqui. Navio de ácido derramô ácido aqui e nós passemos um ano – um ano mais ou menos – e ninguém queria comprá peixe de nós (Pescador 1) (<i>sic</i>).
E teve Bahamas e tudo aí, né? (Pescador 5) (<i>sic</i>).
Então assim, o navio – vamo pegá um exemplo - Bahamas, que é um caso clássico nosso aqui, ele aconteceu aqui em Rio Grande, mas ele gerou impacto em todo o Estado. Se ele gerou impacto no meio físico ou não, não sei. Pelo menos os estudos dizem que não, mas o fato é que os pescadores naquele período ficaram sem ter pra quem vender o peixe. Não conseguiram vender e na Lagoa era um período de safra (Secretário Municipal da Pesca) (<i>sic</i>).

Quadro 5 – Fonte: Autoria própria.

A evocação do impacto pelo Navio Bahamas é um caso que chama a atenção para a análise. Primeiramente porque, tratando-se de algo ocorrido há mais de quinze anos, anuncia que os pescadores já vêm ao longo dos anos sedimentando essa percepção de que a pesca é atravessada por outros fatores, sejam eles práticas recorrentes ou acontecimentos pontuais. Nesse sentido, “para conviver com a novidade, as pessoas estabelecem representações que, depois de várias experiências, podem transformar-se em consciência e evidência do real” (ALMEIDA, 2011, p. 58).

Em termos moscovicianos, pode-se dizer que modificações ocorridas no espaço e o impacto na pesca da reprodução de outras atividades nesse espaço surgem como acontecimentos que precisam ser familiarizados pelos pescadores. Logo, passam a ser significados pelos sujeitos fazendo parte de um conjunto de elementos vistos como obstaculizadores da pesca e que resultam (e explicam) a precariedade dessa profissão vista contemporaneamente (esse aspecto será tratado a seguir, pois é concebido como o terceiro fator formador das representações da pesca).

Em segundo lugar, isso já nos demonstra que as contradições ocorridas no espaço atualmente estão também vinculadas a contradições ocorridas no tempo histórico, como pontua Lefebvre (2006). Ao estarem tratando da condição atual da pesca no Município ou sobre o que é “viver da pesca”, os entrevistados se reportam a acontecimentos passados, evidenciando que as contradições do presente se

vinculam a contradições ocorridas no passado. Outra atividade passada destacada pelos entrevistados foi a da empresa Fertisul, como se pode ver:

PERCEPÇÕES SOBRE A EMPRESA FERTISUL
[...] às vezes cai um adubo na água, mas o que polui mais é aí pro lado da Barra. Que tem essas firma de adubo que largam lá... Diz que largam lá pra Mangueira, né. Saco da Mangueira. Água poluída... Que nem essa aqui que tinha aqui na Naba [Fertisul]. Só que era tudo branco, tu não via um peixe na beira da praia. Eles largavam um líquido branco, ficava aquela água branca assim (Pescador 1) (<i>sic</i>).
Porque nós sofremo muito aqui no tempo da Fertisul. Fertisul a gente pegou, pegou amônia aí direto (Pescador 3) (<i>sic</i>).
Mudô e tá cada vez mudando mais, né. Porque eles largam muita coisa no mar também. Essas firma aí... Adubo, tudo... O porto. Né, quando dá algum problema largam no mar. A Fertisul foi uma mesmo, que antes de entrá a Quip a Fertisul nos atingiu muito ali. Várias vez nos deram rede e tudo ali, mas não adiantô nada (Pescador 5) (<i>sic</i>).

Quadro 6 – Fonte: Autoria própria.

Mais uma vez nota-se a realização de uma atividade, nesse caso industrial, vista pelos pescadores como fator dificultador da pesca. A referência à possível poluição causada pela empresa também está relacionada a algo ocorrido no passado e que, além disso, diz respeito a um caso específico do ambiente portuário do Município (localizado muito próximo ao bairro Santa Tereza)

Por último, os entrevistados destacaram a obra realizada nos Molhes da Barra. Em relação a isso não foi realizada nenhuma pesquisa que comprove cientificamente os impactos causados no fluxo de peixes na localidade (assim como no caso de outros fatores mencionados). No entanto, ela aparece como mais um fator que atravessa a pesca presente nas representações sociais dos sujeitos. De qualquer modo, a realização dessa obra, sem a consulta prévia dos trabalhadores que dependem desse ambiente, demonstra a imposição de uma forma de apropriação e produção do espaço sobre as demais, tendo em vista que a sua realização visa a ampliar a mobilidade hidroviária, favorecendo os empreendimentos portuários.

PERCEPÇÕES SOBRE A OBRA DOS MOLHES DA BARRA
Porque as outras partes eles não querem sabe. Se vai prejudicá alguém ou não, né. Eles foram lá fecharam os Molhes e não perguntaram pro pescador se ia sê bom ou se ia sê ruim pros pescador. Eles querem sabê pro navio, pro navio deles [...] (Pescador 5) (<i>sic</i>).
E muita gente tá dizendo que é por causa da obra dos Molhes, né. A obra dos Molhes... Eles

fecharam a boca lá. Os Molhes era aberto e assim a água do oceano entra menos, né. Porque ficou mais funil, né? Antigamente dava um vento sul, a boca era bem larga, a água do oceano entrava mais fácil. Agora como é mais fino, entra, mas entra mais... (Pescador 1) (*sic*).

Interfere na pesca, porque, pra começar teve inicialmente a extensão dos Molhes o que aumenta o tráfego de embarcações [...] e isso pode impactar no fluxo de entrada dos peixes e da reprodução dentro da Lagoa. [...] Se o município amplia os Molhes da Barra, ele também vai ter ampliado as dificuldades de acesso do pescado pra dentro da Lagoa e aí a dificuldade pra reprodução do pescado (Secretário Municipal de Meio Ambiente) (*sic*).

Quadro 7 – Fonte: Autoria própria.

Contudo, as informações contidas nos quadros demonstram que também os agentes públicos percebem que a atividade pesqueira é permeada pelo exercício de outras práticas no espaço e consideram, no geral, relevante o papel do ambiente portuário nesse processo de marginalização da pesca no Município. Salienta-se também que determinados fatores elencados pelos entrevistados afetam a pesca de forma geral e são ressaltados em outros trabalhos, como poluição derivada da agricultura e do despejo de resíduos domésticos, assim como alterações da chuva (GARCEZ; SANCHEZ-BOTERO, 2005; KALIKOSKI et al, 2006). No entanto, a atividade pesqueira no Rio Grande se apresenta de forma particular por estar em direta contradição com as atividades portuárias desenvolvidas no Município.

A reprodução desse modo de vida entra em choque com a produção e reprodução do espaço hegemônico representado pela consolidação das atividades dos empreendimentos navais e portuários. Assim, os casos (o acidente com o Navio Bahamas, a poluição causada pelo despejo de adubo da empresa Fertisul e a ampliação dos Molhes da Barra) aparecem enquanto expressão desse modo de reprodução do espaço hegemônico que suprime a forma tradicional como estes sujeitos se colocam no espaço e o produzem. Logo, a produção do espaço se realiza através dessa sobreposição das diferentes formas de ocupação ou utilização do lugar (PEREIRA, 2001).

A constatação da diminuição de peixes e das alterações ecossistêmicas emerge nas falas relacionadas a possíveis explicações e possíveis causadores das mesmas, como a pesca industrial, a poluição de diversas origens, etc. Diante disso, como nos aponta Moscovici (2012), as percepções dos entrevistados se apresentam como respostas a estímulos do ambiente físico em que estão inseridos, mas que são constituídas por definições comuns do grupo social. A visibilidade ou invisibilidade de certos fatores não é fruto de falta de informação presente na visão dos sujeitos (mesmo que esse seja um aspecto que possa ser também pensado), “mas a uma

fragmentação preestabelecida da realidade, uma classificação das pessoas e coisas que a compreendem, que faz algumas delas visíveis e outras invisíveis" (MOSCOVICI, 2012, p, 21). Logo, o olhar para a realidade não se dá de forma neutra. Nele está implicada toda a bagagem de representações sociais dos sujeitos. Nesse sentido, aponta o autor:

[...] a intervenção de representações que tanto nos orientam em direção ao que é visível como àquilo a que nós temos de responder; ou que relacionam a aparência à realidade; ou de novo àquilo que define essa realidade. Eu não quero dizer que tais representações não correspondem a algo que chamamos de mundo externo. Eu simplesmente percebo que no que se refere à realidade, essas representações são tudo o que nós temos [...] (MOSCOVICI, 2012, p.31-32).

Nota-se também que esses elementos (obstaculizadores) são associados à pesca contemporaneamente, haja vista que há a necessidade de entender a precariedade que caracteriza hoje esta atividade (último fator formador da representação da pesca). Dizer isso não significa negar a existência de conflitos e impactos do passado, a eles também se atribui maior significado. Mas a escassez sentida atualmente faz com que se recorra de forma prioritária à "busca de culpados" inseridos no presente, é nesse cenário que ganha força o conflito com a empresa Quip S/A.

Chega-se, portanto, ao terceiro elemento formador das representações sociais da pesca, referente à precariedade contemporânea da atividade. Primeiramente, as invocações que demonstram essa decadência da pesca estão relacionadas de forma direta à diminuição do pescado e consequentemente pescadores. Todos os entrevistados, sejam pescadores ou não, visualizam a pesca na Lagoa dos Patos dessa forma. Diante disso, ressalta-se que as representações são formuladas a partir de condições históricas particulares (ALMEIDA, 2011).

No que tange especificamente aos pescadores do Bairro Santa Tereza, pode-se dizer que suas representações são criadas menos a partir de mensagens veiculadas nos meios de comunicação do que do próprio espaço vivido em que estão inseridos, produzindo e reproduzindo-o (LEFEBVRE, 1987). Elas nascem a partir das modificações que se defrontam nesse espaço e da dificuldade de reproduzir seu modo de vida.

DIMINUIÇÃO DE PEIXES E CRUSTÁCEOS

O pescador quer é botar comida na mesa, mas tem cada vez menos peixe na Lagoa dos Patos. Cada vez menos camarão também (Ex-técnico ambiental do Porto) (*sic*).

Eu lembro na minha infância, na Z3, lá é onde eu posso dimensionar maior o impacto porque eu sou de lá. Mas assim, na minha infância até a minha adolescência, os pescadores saíam e voltavam com as embarcações cheias de peixe, né. Hoje, aquilo que eles pegavam em um dia às vezes demora uma semana pra pescar, né. [...] O miragaia, ela desapareceu das comunidades [...] E na segunda metade dos anos 90 que um pescador pegou uma lá na Z3 e eles fizeram uma rifa até (Secretário Municipal da Pesca) (*sic*).

É que antigamente dava muito peixe. Aí qualquer dia que tu fosse no mar tu matava 300kg [...] Ah não, o camarão, o camarão antigamente dava muito, né... [...] Camarão mesmo, dois anos já faz que não dá camarão. (Pescador 1) (*sic*).

Aí o cara, claro, o cara vai se aborrecendo. Por que, já penso? O cara vai se aborrecendo de pescar. Já pensou? O cara vai se aborrecendo de pescar porque bota a rede e não dá nada, né. Eu botei esses dias, três dias agora pra semana santa, três dias eu botei rede. Matei um linguado num dia, dois no outro e um só no outro dia. Aí botei a minha rede ali em cima do trapiche. Aquela rede que tá ali no trapiche, ó... (Pescador 2) (*sic*).

O que eu peguei de camarão aí, nessa praia aí. Agora, esse ano passado mesmo, acho que eu não peguei 60 kg de camarão (Pescador 3) (*sic*).

[...] não vai dá camarão de novo. Outro ano. É o terceiro ano corrido, isso aí é incrível, isso nunca aconteceu. Nós sempre tivemos fartura de camarão, todo mundo sabe. No mercado mesmo já não acha mais. Essa época era pra ter larvas aqui mesmo na praia (inaudível), mas não tem mais (Pescador 5) (*sic*).

É a partir dessa constatação de modificações no ambiente natural que se chega às implicações disso na percepção dos pescadores do Santa Tereza da atividade pesqueira. Nesse sentido, mostra-se recorrente a comparação com o passado, percebido como época de abundância. Assim, constatar a diminuição é abordar as modificações ocorridas ao longo do tempo, a partir da percepção das contradições consolidadas historicamente no espaço. A fala dos sujeitos demonstra que a atividade pesqueira artesanal se apresenta de forma frágil, com pouca estabilidade. Os trechos abaixo demonstram que há uma ressignificação do espaço vivido:

DIMINUIÇÃO DE PESCADORES

Cada ano que passa, cada dia que passa tá mudando cada vez mais (Pescador 4) (*sic*).

Mas essas firmas, eu acho que elas têm que têm mais cuidado... Sabe como é, elas tem que cuidá mais pra podê voltá naquele tempo antigo de novo. Acho que aquele pescador que vai escutá o que eu tô falando, vai sabê que é pura verdade. Eu não tô vendo aquele monte de pescador no canal. Eu não sei onde é que eles andam, mas eu sei que tá diminuindo (Pescador 5) (*sic*).

Ah, tinha! Tinha muita gente. Agora é pouco, agora são poucos. Tem uns aqui que até nem pescam como nós pesquemos. Os que pescam mesmo, direto aí, inverno e verão, é uns cinco ou seis. O resto eles pescam mais é na época do camarão, que é o que dá mais, né

(Pescador 3) (*sic*).

É como eu falei pra ti, as embarcações elas tão diminuindo a cada hora. Ano passado tinha meia dúzia, dez ou quinze. Antes tinha que tá desviando um do outro pra não batê um no outro. (Pescador 5) (*sic*).

Rio Grande é uma cidade que tem um histórico muito focado na questão da pesca e tal... Muito forte, né... Que acabou nos últimos anos, nas últimas décadas, digamos assim, meio que deixando esse setor à margem de toda a estratégia de desenvolvimento do Município. A pesca acabou ficando marginalizada. [...] Mas a pesca é uma atividade tradicional, né, na cidade, e a gente quer também com isso, neste processo, chamar a importância socioeconômica dessa atividade (Secretário Municipal da Pesca) (*sic*).

Assim, evidencia-se que a constatação desse fato por parte dos pescadores faz com que se crie uma visão de insuficiência da atividade pesqueira. Logo, a representação que se cria da pesca é de algo incapaz de suprir as necessidades. Na prática, isso reflete na supressão de um modo de vida reproduzido no espaço.

"Pesca não dá mais em lugar nenhum." (Pescador 1) (*sic*).

Ah, cada vez tá mais difícil, né... Cada vez tá mais ruim [...] Cada ano que passa tá mais ruim. (Pescador 4) (*sic*).

Tá bem difícil ser pescador hoje em Rio Grande e na Lagoa dos Patos, no Sul... (Pescador 5) (*sic*).

Eu pescava antes, aí eu fui trabalhar agora por causa da falta de peixe que não tem mais ali. Camarão mesmo ficou ruim ali. (Pescador 6) (*sic*).

É... De pescaria não vai dá mais pra viver. Nem pra... Nem pra atrapalhá." (Pescador 2) (*sic*).

Diante disso, percebe-se a modificação presente na representação da pesca artesanal pelo grupo de pescadores do bairro Santa Tereza no que tange ao caráter familiar da atividade. Quando vinculada ao passado, expressa com clareza todo esse envolvimento familiar para o exercício da profissão. Os sujeitos se tornavam pescadores a partir de um aprendizado passado de modo tradicional e até mesmo os membros da família que não iam para o mar pescar se envolviam na atividade através da realização de outros serviços, como descascar camarão. Atualmente, esses laços familiares presentes no âmbito profissional, algo característico da pesca artesanal, se enfraquecem em decorrência da precariedade dessa atividade.

Contudo, são evidenciados três elementos centrais constituintes das representações sociais da pesca de diferentes atores sociais entrevistados: a questão de tradicionalidade *sui generis* presente na atividade, o fato de a pesca ser

vista a partir das relações conflituosas que estabelece com outras formas de apropriação do espaço e por um caráter de insuficiência.

Em primeiro lugar, notou-se a atribuição de caráter familiar da atividade bem como sua dissolução decorrente do decréscimo de pescadores. Nesse elemento está implicado o que compõe essencialmente o espaço vivido, ou seja, a história de determinada população (COELHO-DE-SOUZA, 2013). As representações apontam para uma dimensão de tradicionalidade que vem se perdendo ao longo do tempo devido aos obstáculos e as modificações presentes na contemporaneidade. No entanto, esse fator aparece muito mais nas falas dos pescadores do que na dos outros agentes entrevistados. Isso não demonstra que a pesca artesanal não seja reconhecida como uma atividade majoritariamente tradicional por outros sujeitos sociais, mas é na fala dos pescadores que essa característica emerge com maior frequência, principalmente para acusar as diferenças da sua realização no passado e no presente.

Num segundo momento, classificou-se como segundo elemento a associação (de forma conflitante) feita entre a atividade pesqueira e outras formas de produção do espaço. Os entrevistados evidenciaram que a pesca é uma profissão peculiar que está sendo afetada por diferentes impactos e disputas. Logo, não dá para conceber a pesca sem demais interesses e práticas que afetam a Lagoa dos Patos e produzem o espaço.

Por último, e imbricado aos fatores anteriores, está a percepção de precariedade e decadênci da atividade, que evidencia justamente a dificuldade de reprodução desse modo de vida no espaço. Os diferentes atores sociais percebem a pesca no Rio Grande como uma atividade atualmente debilitada devido à falta de “pescado”. Nesse sentido, os pescadores anunciam as transformações necessárias para lidar com esse novo cenário (adaptação das embarcações, exercício de outras atividades secundárias, abandono da pesca, etc), como será tratado a seguir, e os agentes públicos apontam em maior medida a questão da falta/necessidade de gestão adequada como intensificadora (ou não) desse processo de declínio da pesca.

Percebe-se que os três elementos constituintes da representação da pesca estabelecem uma direta associação: os impactos decorrentes das outras formas de uso e apropriação do espaço trazem como consequência esse cenário de insuficiência da pesca que, dentre outras coisas, expressa as modificações do

caráter familiar da profissão. Assim, no espaço vivido se manifestam as contradições do espaço. A poluição causada por empresas (algumas que atualmente nem existem mais) e os demais conflitos e impactos revelam-se na medida em que transformam o vivido, modificando a produção e reprodução da vida de seus usuários e emergindo nas suas representações.

É diante desse cenário que se consolida o conflito entre os pescadores do bairro Santa Tereza e a empresa Quip S/A. Sua insurgência é atravessada por esses acontecimentos e representações e seus possíveis impactos causados só ganham demasiada atenção devido ao contexto em que estão inseridos. Representantes do Programa de Educação Ambiental do Porto do Rio Grande disseram considerar insignificantes os danos causados pela empresa Quip S/A a esses pescadores bem como consideraram irrelevante a participação do Porto em geral nesse processo. Acreditam que os problemas enfrentados pela pesca decorrem muito mais de outros fatores, principalmente do impedimento da entrada de água salgada no estuário da Lagoa dos Patos em função do excesso de chuva.

No entanto, não se tem a intenção de definir o tamanho da responsabilidade e dos impactos causados pela Quip, decidir quais atores sociais estão dotados da “verdade”. O que se frisa é a significação dada a este conflito pelos pescadores, seja por degradações de fato ocorridas, seja por ser problema atualmente materializado, pontual, próximo e consequentemente mais fácil de ser visualizado. A questão é que o conflito reforça a representação que se tem da pesca, da mesma forma que essa representação reforça a sua significância.

Do mesmo modo, deve-se ter claro que ao dizer isso não se está se fazendo referência a um plano de pura abstração, de nível mental, pois as representações mediam a interação dos indivíduos com a realidade. Como aponta Lefebvre “La representación no consiste en una imaginería, en un reflejo o en abstracción cualquiera, sino en una medición” (LEFEBVRE, 1983, p. 37) [grifos do autor].

4.2. Do conflito às representações.

Mais precisamente, o conflito entre a empresa Quip S/A e os pescadores do bairro Santa Tereza se deu a partir da execução de uma obra de ampliação do cais da empresa, realizada no primeiro semestre do ano de 2012. As modificações realizadas acabaram por impactar a pesca no canal Rio Grande, local de concentração dos pescadores do bairro. A partir disso, os pescadores se

mobilizaram e se organizaram para reivindicar a compensação ou reparação dos danos a eles causados. Atualmente, os pescadores esperam o recebimento de indenização (de cento e cinquenta mil reais, para ser dividida entre doze pescadores), acordada através de um advogado contratado pela empresa Quip S/A.

No entanto, perante isso, a posição da empresa é de abstenção de responsabilidade dos danos verificados na pesca no canal, como demonstra a fala do advogado mediador do acordo:

Em princípio eles querem fechar um acordo conosco, pra pagar, indenizar os pescadores, mas não por isso. [...] Eles querem fazer um outro cais ali daí impossibilitando total a pesca. [...] pescar. Todos eles até admitem isso desde que sejam resarcidos da forma correta. Então esse impacto da primeira construção da Quip eles não têm interesse em indenizar. [...] Em relação a esses primeiros impactos aí que eles dizem “não, eu tenho todos os laudos, tenho tudo certo”. Só que o que eles pensam, eles pensam na construção deles, então o problema não é deles (*sic*).

Contrapondo a posição da empresa, diversas consequências são descritas pelos pescadores atingidos e também pelo advogado mediador do conflito. Primeiramente, ressalta-se que só os ruídos causados pela construção já se mostram impactantes em relação à diminuição de peixes na localidade, assim “Mesmo que não tenha o impacto direto, só o barulho da construção da plataforma afugentava o peixe, então eles teriam que ir mais adiante pra fazer a pescaria deles” (Advogado) (*sic*).

Verifica-se também a recorrente reclamação sobre a redução de peixes e crustáceos:

[...] eles acham ainda que não afetô em nada, eles acham. Porque eles olham pro mar e vê esse baita mar na nossa frente. Eles acham que não, que não nos afetô em nada. Mas oia, nos afetô um monte. Porque aqui nesse cantinho camarão mesmo dava de monte aí, onde eles fizeram o cais. Dava camarão de monte, depois que eles fizeram o cais, só deu um ano camarão e assim mesmo não deu metade que dava (Pescador 1) (*sic*).

Depois que eles fizeram o cais, corvina mesmo já não deu. Porque as corvinas, com a água do vento sul, ela entrava lá no canto da ponte e saía aqui no cais. Quer dizer que o peixe que vinha pelo cais no canal, ele entrava com a força d’água por cima da croa e agora já não entra. Agora ele passa pelo canal direto (Pescador 1) (*sic*).

Essa obra fizeram faz uns 6 anos, eu acho. Mas a primeira vez eles fizeram, mas não fizeram aquele pedaço pra cá [o cais], aí não atrapalhou nada. Aquele ali acabou com nós. Eu acredito, né. Como é que não vai dá mais? Sempre deu e agora não dá. [...] Ali mesmo nós não botemo rede ali. Quase todos desistiram de botar rede ali porque a gente bota e não dá, né. Nem no tempo do camarão não dá. Não tem mais camarão. Daí por isso que quase todos desistiram. Daí diminui o número de pescador, por causa disso. Porque não tá dando nada [...] E era bom de pesca. Pô, nós matemo camarão! Eu tive dia de matar 600, 700 kg. Bah, e agora toda a safra não sei se matei 200kg. [...] E aqui tinha camarão! (Pescador 2) (*sic*).

O camarão não dá mais aqui como dava. depois que eles fizeram o cais ali não dá (Pescador 3) (*sic*).

Os trechos acima apontam os danos que, na visão dos pescadores, foram causados pela empresa. Logo, o conflito aparece como intensificador das contradições do espaço (SOTO, 2012), da situação de precariedade da atividade pesqueira. A emergência de um conflito a partir da execução da obra da empresa Quip S/A só pode ser entendida vinculada a observação da produção desse espaço como um todo. Foram as distintas formas de apropriação e reprodução do espaço que se chocaram, intensificando as contradições já existentes na localidade. Nota-se que os próprios pescadores articulam essa situação às demais tratadas anteriormente enquanto responsáveis pela diminuição de peixes e crustáceos na localidade, como se pode visualizar nas suas falas:

A gente sabe que também a pesca não tá muito boa, mas que eles nos prejudicaram, nos prejudicaram. Eles [Quip] acham que não, mas pra mim prejudicaram. É esgoto... é muita coisa. Eles botaram um monte de esgoto aí pra praia. Tá loco, os peixe... Tu pega peixe aí com defeito. Coisa que há uns anos atrás a gente não pegava (Pescador 3) (*sic*).

A Fertisul foi uma mesmo, que antes de entra a Quip a Fertisul nos atingiu muito ali (Pescador 5) (*sic*).

O problema aí que agora nós tamo passando, essa dificuldade, mais também é por causa que tem muita chuva, né?! (Pescador 3) (*sic*).

Foi um grupo, né. Foi ele e os outro pessoal porque o TECON Rio Grande também aterrou a base deles. [...] é como eu falei pra ti... É que junto com ela são várias, né?! ...O TECON (Pescador 5) (*sic*).

Assim, a ocorrência de algo novo (no caso, a obra da Quip) imediatamente é posta no universo consensual dos pescadores, é familiarizado através da representação.

Em seu todo, a dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização, onde os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas. Como resultado disso, a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo e as imagens sobre a “realidade” (MOSCOVICI, 2012, p. 55).

Diante disso, o referido acontecimento passa a existir dentro de um modelo preestabelecido, ou seja, localizado enquanto fator obstaculizador da pesca a partir de todo o arcabouço de representações criado nesse sentido pelos pescadores. Esse processo das representações também pode ser caracterizado pelo processo

de convenção, pois as representações “convencionalizam objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram, [...] as localizam em uma determinada categoria. [...] Todos os novos elementos se juntam a esse modelo e se sintetizam nele.” (MOSCOVICI, 2012, p. 34).

Também se destaca que o decréscimo de “recursos pesqueiros” na área resulta numa modificação da atividade que se mantinha da mesma forma desde quando fora iniciada na localidade, tendo em vista a necessidade de pescar em lugares mais longínquos:

Mas o principal prejuízo pros pescadores foi essa quebra dessa rota normal do pescado, seja qual for, que eles tiveram que sair além pra pescar. Só que tem um problema, como a Quip ela construiu, fez tipo um trapiche e o pescador sempre ia costeando pra ir mais adiante.. tá?! Costeando a orla [...] Com essa construção eles foram obrigados a pescar mais longe só que eles não, eles não conseguem mais costear porque tem esse trapiche (Advogado) (*sic*).

Ah, afetou um monte de coisa. Já não é mais que nem era. A água já corre diferente, já mudou tudo aí (Pescador 1) (*sic*).

Esse fator acarretou a necessidade de desenvolver outras estratégias para pesca:

Então eles tem que contorná esse trapiche. Só que pra contorná, o barquinho que eles têm num dia que tem muito vento, que tá muito chuvoso, que tem as ondas muito altas, eles não conseguem. Então os que tinham condições compraram um barco maior, os que não tinham condições só saem pra pesca em dia bom. Dia ruim eles não têm como saí ou vão com um colega pra podê pesca (Advogado) (*sic*).

Eu fazia isso aí – eu era mais novo, eu sei que eu era mais novo – mas eu fazia tudo no remo. Agora a gente teve que comprar motor, teve que comprar tudo porque nos cortaram a passada (Pescador 3) (*sic*).

Esses elementos já apontam para as modificações ocasionadas no espaço vivido, tendo em vista que se referem a modificações que ao atingirem o espaço físico estão também afetando as práticas sociais e o cotidiano dos sujeitos. Logo, o que configura o espaço físico não pode ser concebido desconectado das demais dimensões que formam a totalidade do espaço (LEFEBVRE, 2006). Os bairros do entorno do Porto - o espaço vivido - se criaram e se consolidaram em vinculação com as práticas engendradas no espaço e também em função dos elementos e características que permeiam o espaço concebido.

Uma modificação mais drástica encontrada na fala dos pescadores envolvidos no conflito com a empresa é a da migração de muitos pescadores para outras atividades profissionais. Ela, de fato, é a expressão do rompimento da reprodução desse modo de vida. Também se identifica a existência de moradores que continuam pescando, mas realizam simultaneamente outras atividades.

Dentre os envolvidos no conflito formal com a Quip S/A (considerando que dois faleceram¹⁹, mas outros sujeitos que pescam foram incorporados ao acordo), quatro têm a pesca como base do sustento (além dos dois falecidos que a tinham como atividade principal). Destes, quatro foram entrevistados e três mencionaram a necessidade de realizar outras funções para auxiliar na renda familiar, como demonstra a fala dos pescadores: “Se não tiver peixe, o cara que se vire aí. Aí tem que saí aí, pintá casa, fazê alguma coisa.” (Pescador 1) (*sic*). “O cara tem que fazer outras coisas, né. Eu tenho que fazer carro, tenho que fazer frete, uma coisa assim. Aí depois meu sobrinho libera essa camioneta aqui e eu faço carro com ela. Pra mim, pra sobreviver, porque da pesca não dá mais.” (Pescador 2) (*sic*). Acerca dos demais, sabe-se que pescam esporadicamente. Dentre eles, dois deixaram a pescaria como atividade principal para exercer outra profissão (sobre os outros não há informações suficientes):

[...] eu pescava antes. Aí eu fui trabalhar agora por causa da falta de peixe, que não tem mais ali. Camarão mesmo ficou ruim ali. O pesqueiro era todo ali, né. Com aquela construção [...] A construção daqueles cais ali mesmo, camarão nem dá mais ali, não para né. Se dá, dá um quilo ou dois e só da pra comer e olhe lá hein (Pescador 6).

A partir dessas informações, crê-se que se estabelece de forma muito mais clara para o leitor as modificações sofridas pela pesca na comunidade de pescadores do Bairro Santa Tereza. Os próprios pescadores apresentam a trajetória que aponta para o passado de fartura e autossuficiência da atividade pesqueira até chegar aos dias atuais representados por uma pesca marginalizada, precária e em declínio. Nesse sentido, o conflito com a Quip vem para reforçar esse cenário, é uma nova contradição do espaço que se une às demais e às que historicamente marcaram e se acumularam no espaço. Logo, “os produtos pensados para o

¹⁹ Com um deles não obteve-se contato durante a realização da pesquisa, o outro (designado ao longo do trabalho como “pescador 3”) foi entrevistado na primeira inserção no campo, durante a fase exploratória, e veio a falecer meses depois com complicações cardíacas. Percebe-se que ambos morreram sem receber a indenização da empresa Quip S/A.

desenvolvimento, ao se transformarem em problemas, demonstram as contradições do processo de produção" (PEREIRA, 2001, p. 35). Estas contradições manifestadas no vivido apontam para a sua própria modificação, pois o embate entre as diferentes formas de apropriação do espaço resultou na subordinação da pesca tradicional a outros interesses e práticas.

As contradições expressas no presente são dotadas de historicidade, ou seja, são constituídas historicamente e transformadas, reforçadas ou atenuadas por novas contradições. Esse fundamento lefebvriano (2006) se apresenta no conflito travado entre a empresa Quip S/A e os pescadores do Bairro Santa Tereza diante da intensificação (ou significância) deste a partir do momento em que se considera seu contexto de emergência.

Percebe-se que a ameaça de futuros impactos e conflitos também passa a existir e a fortalecer a situação de vulnerabilidade dos pescadores. Os interesses de ampliação e dinamização da área portuária onde está instalado o Polo Naval do Rio Grande colocam em risco a permanência de moradores – incluindo pescadores – nesse bairro. Sabe-se que já aconteceram algumas remoções e que próximas estariam inseridas nos planos do PAC (PELLEJERO, 2009). O Secretário de Meio Ambiente também levanta essa questão:

No Santa Tereza existe um trabalho pra realocação das comunidade que moram naquela região, não especialmente os pescadores. Mas existem pessoas que moram no entorno ali que precisam ser realocadas e o Município tem todo um trabalho que envolve a Secretaria de Habitação, a Secretaria da Pesca e a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Planejamento pra lidar com essas comunidades. Mas o trabalho de formação ele tá ainda no campo do estudo socioeconômico feito pela própria Secretaria de Habitação da cidade e a Secretaria da Pesca pra essa realocação de comunidades (sic).

Apesar das mudanças ocorridas na questão da moradia por reivindicação da associação de moradores do Bairro Santa Tereza (em parceria com outras associações de bairros do entorno da área portuária e órgãos como o Movimento Nacional de Luta pela Moradia) que possibilitaram a incorporação de garantias de direitos e interesses dos moradores nas remoções (PELLEJERO, 2009), esse fator tem possibilidades de intensificar o conflito afetando significativamente a atividade pesqueira. A fala de um pescador demonstra a preocupação em ser removido do

seu local de moradia, tendo em vista a proximidade deste do lugar onde seu barco fica atracado. Uma mudança até mesmo para outra área do próprio bairro traria insegurança quanto a furtos – tanto do barco quanto do material de pesca. Nesse sentido, ele declara a respeito das construções dos condomínios habitacionais:

Eles diziam que ia ser pra nós aqui [...] eu sei que eles fizeram lá e disseram que ia ser pra nós aqui e nós até não queria sair, sair da praia pra morar lá longe. Onde íamos deixar os barcos? Até nós ia entrar em discussão depois que tivesse pronto, né. Eles iam arrumar lugar pros pescador ir e os pescadores não podiam ir pra lá e deixar os barcos longe (Pescador 1) (*sic*).

Logo, a questão dos pescadores aqui se mostra mais delicada e o que serve de solução para outros moradores do bairro (como os trabalhadores portuários, que ainda estarão próximos dos seus locais de trabalho ou demais habitantes que se recusam por um motivo ou outro a deixar Santa Tereza), é ineficiente para esses profissionais. Esta problemática se converge aos demais obstáculos enfrentados pela pesca atualmente. Logo, a condição de comunidade que habita uma área irregular e está passível de remoção, torna-se mais um impasse para aqueles que dependem da pesca nessa localidade. Desse modo, a luta pela ocupação e uso do solo envolve não só o fato de ocupar meramente uma parcela do espaço, envolve todo o processo de produção deste espaço a partir da necessidade de realização de determinadas ações (CARLOS, 1994 apud PEREIRA, 2001, p. 37).

Em alguns contatos com a Associação de Moradores e com pescadores da Vila Santa Tereza cêvê essa morosidade, essa falta de crença nas mudanças sociais, nas condições de vida, da falta de projetos pro futuro. Cê não vê... “Se eu posso sair daqui a qualquer momento por que eu vô melhorá a minha casinha, vô coloca um reboco, plantá uma hortinha comunitária? Por que que eu vô aprofundá meus vínculos sociais e afetivos se daqui um pouco, ao cantar do galo, eu tenho que parti daqui?” Então você não cria – ou não pelo menos na medida necessária – o seu vínculo de pertencimento. Mas é quase sempre assim, ou sempre, os mais penalizados são os com menor possibilidade de mobilidade territorial, que as grandes corporações têm (Ex-técnico Ambiental do Porto) (*sic*).

Um dos pescadores também se mostra inseguro com relação à própria empresa. Acredita que da mesma forma que hoje eles estão entrando em acordo com a Quip, devido a ampliação do cais, futuramente pode haver novos processos de expansão que os afetem em maior medida.

Hoje é por causa da área ali, amanhã ou depois pode ser moradia também, né. Pessoal não sabe, né. Futuramente pode sê pra construção de um cais grande pra moradia ali do bairro Santa Tereza, afeta todo o bairro, né. Hoje é só a pesca ali que tá afetando. Amanhã ou depois pode ser moradia de fora a fora da Carlos Vignoli ali, Nilo Corrêa da Fonseca (Pescador 6) (*sic*).

Todos os agentes públicos entrevistados desconheciam a existência desse conflito entre os pescadores da Santa Tereza e a empresa Quip S/A. No entanto, a maior parte deles não nega a influência negativa do Polo Naval para a pesca no Município, pelo contrário, ressaltam essa questão. Da mesma forma como mostrado anteriormente, também reconhecem a multiplicidade de fatores que afetaram (e ainda afetam) a atividade pesqueira numa dimensão histórica.

Na verdade a gente tem conflito do Polo Naval com os pescadores constantemente. O da Quip ele é um caso pontual, mas a gente tem problemas que são contínuos porque os pescadores sofrem, sentem as mudanças no ambiente e obviamente eles mobilizam, fecham o Porto (como aconteceu semana passada), pra protegê a sua atividade econômica e aí por isso que é muito importante fortalecer a Secretaria da Pesca também. Eu tenho que construir com essa comunidade alternativas de subsistência e combate, dentro do limite, às ações predatórias. Mas não tenho conhecimento desse problema, eu tenho conhecimento de que existe um conflito entre o Polo Naval, a atividade naval e a atividade pesqueira. E hoje cresceu pelo fato do Polo ter crescido, da atividade naval ter crescido (Secretário Municipal de Meio Ambiente) (*sic*).

Mas assim, o que eu vejo né, aí um pouco da minha percepção assim... Que nós temos hoje em Rio Grande uma situação de grande vulnerabilidade das comunidades e que ela se dá muito por esse modelo aí que a região... Que tá se apresentando pra região. Não pelo modelo, mas pela negação do conflito no processo de implantação do modelo. Tu não considera por exemplo os impactos ambientais que tu vai ter por criar uma zona de exclusão de pesca. [...] E essa questão assim, eu acho que, na verdade, de todo esse modelo que tamo tendo na região aqui é de fato assim, pra quem é, né? A gente tem um crescimento econômico acelerado, né, mas um dos custos é a forte pressão sobre as comunidades tradicionais. Principalmente no nosso caso aqui dos pescadores. Esse é um grande custo que o processo todo ele não tá considerando e por isso os pescadores tão ficando só com o ônus. Eles ficam com o ônus do aumento do custo de vida, ficam com o ônus da disputa territorial, da perda de locais de pesca, enfim. (Secretário Municipal da Pesca) (*sic*).

[...] nesse crescimento há contradições. Há contradições muitas vezes visíveis, mas as principais, na minha opinião, são as latentes. São aquelas que todo mundo sabe que existe esse conflito, mas há um escamoteamento por parte dos poderes instituídos, no caso, o Porto em si, né (a Superintendência do Porto) e as pessoas, muitas vezes, não gostam de falar desses assuntos e acabam, muitas delas, caindo no anonimato, na discrição absoluta em relação a esses temas (Ex-técnico Ambiental do Porto) (*sic*).

A principal diferença que se destaca nesse ponto das percepções dos diferentes atores sociais, pescadores e agentes públicos, é que estes últimos referem-se com frequência ao âmbito da gestão. Diante disso, reforçam o papel de uma adequada gestão para se lidar com a problemática vivida na pesca atualmente.

Seria interessante que o Polo Naval também fosse pensado no sentido de incorporar as atividades das comunidades tradicionais que são impactadas pela atividade portuária, pela atividade da indústria naval. Todas elas geram efeitos sobre o fluxo e a reprodução de peixes, do pescado, sobre o fluxo da maré... Tudo tem transformações que seriam negativas, mas se isso for trabalhado de forma adequada, eu posso utilizar toda receita que gera o Polo Naval e também pega essas comunidades que estão socialmente excluídas. A atividade pesqueira é muito importante pra Rio Grande, mas ela nunca foi tratada de forma adequada. Por isso tem que utilizar todo esse capital econômico pra incluir os grupos que estão alheios e também pra proteger o meio ambiente (Secretário Municipal de Meio Ambiente) (*sic*).

Agora nós estamos tentando reformular a estrutura e o próprio papel dela, né... Na cidade. Tentando enfocar um pouco mais aí na elaboração e na articulação de políticas públicas focadas na pesca artesanal. Então tendo um pouco mais de presença, digamos assim, nas comunidades, né. E também tentando dar mais visibilidade fundamentalmente pra questão da pesca artesanal e da pesca como um todo pra própria cidade (Secretário Municipal da Pesca) (*sic*).

Essa vinculação recorrente por parte desses sujeitos escapa à compreensão dos pescadores. Estes não reconhecem diretamente como fator que pode auxiliar ou enfraquecer a pesca as políticas e ações de gestão desenvolvidas pelo Município e pelo Porto, sequer chegam a citá-las. Nas representações dos agentes públicos aparece o papel da gestão, das políticas públicas e do próprio licenciamento ambiental das atividades portuárias como forma de mitigar os impactos causados à pesca ou como forma de compensar a subordinação de investimentos nessa atividade às ações do Porto.

No entanto, sabe-se que os procedimentos de licenciamento já ocorrem, mas acabam enquadrando-se no chamado paradigma da adequação (ZHOURI et al, 2005). Assim sendo, com o intuito de não inviabilizar a implementação e operação de empreendimentos (e consequentemente o ganho econômico), as licenças são concedidas mediante a incorporação de medidas mitigadoras e compensatórias aos projetos técnicos. Aqui, voltando-se para o conflito em questão, ressalta-se a posição da empresa QGI Brasil:

Eles conseguem agilizar com o IBAMA e com a FEPAM a construir o trapiche deles, o cais deles e eles não querem nem saber se vão prejudicar

ou não, é o que tá acontecendo nesse caso. [...] Eles querem fechar acordo com os pescadores porque o IBAMA mencionou que se não tiver esse acordo, já que vai fazer a obra bem onde eles pescam, se não tiver resarcimento dos pescadores não libera, não dá o laudo ambiental liberando a construção, então por isso que eles querem agilizar (Advogado) (*sic*).

Agrega-se a isso o trabalho da linha comunitária exercido pelo Programa de Educação Ambiental do Porto do Rio Grande, considerado “insuficiente” pelo ex-técnico do programa. Este acredita que existem projetos e ações interessantes, mas que deixam a desejar, sendo voltados muito mais à recreação (o que não deixa de ser importante, na sua percepção) do que a um trabalho de politização da população. Além disso, pontua que a atuação do Programa de Educação Ambiental tem o objetivo prático de atender às condicionantes ambientais do IBAMA e não possui, de fato, um compromisso socioambiental.

Então se não existir mais o programa de Educação Ambiental, as pessoas não vão ter mais nem a recreação. Você não está instrumentalizando pra cidadania, pra reivindicação de direitos e pro encaminhamento das demandas sociais e populares, você está distraindo as pessoas dos problemas... O que é necessário. Acho que isso não exclui um processo de politização, de politização verdadeiro, ideológico [...]Na perspectiva do Porto a intenção clara, explícita, assumida é (pelo menos a gente vê dessa forma) cumprir as condicionantes ambientais da licença de operação do Porto de Rio Grande. Cumpriu as condicionantes? Estamos em paz com o meio ambiente (Ex-técnico Ambiental do Porto) (*sic*).

Contudo, na prática a situação se apresenta de outra forma. A empresa Quip S/A se abstêm do compromisso com a comunidade por possuir as licenças exigidas para sua operação e atividade. A mobilização dos pescadores do Santa Tereza resultou no fechamento desse acordo financeiro entre eles e a empresa. No entanto, todos se mostram insatisfeitos com o valor estipulado para a compensação do dano (vale lembrar que a Quip está indenizando os pescadores para poder realizar sua futura obra e eximem-se da possível responsabilidade dos impactos sentidos a partir de 2012 por esse grupo de pescadores).

Mas que vai afetá um monte vai, né. Porque esse dinheiro que eles tão dando aí não é quase nada. O cara tá pegando porque tá todo mundo mal mesmo. O certo mesmo era entrá na Justiça e pedi uns cem, cento e cinquenta pra cada um. E eu acho que ganhava... Porque o que eles fizeram aí... (Pescador 1) (*sic*).

Isso aí é ajuda porque não vai resolvê nada. Pra nós não vai resolvê, não vai resolvê nada por causa que pra tu comprá um motor, tu tens que compra uma embarcação maior. Um motor é 3/4 mil. Uma embarcação mais ou menos 5/6 mil (Pescador 3) (*sic*).

Boa não é [negociação com a Quip], do jeito que tava aí, o cara pescando era melhor, né?! Mas se o cara não entra em acordo e fica por isso mesmo, vamo saí no prejuízo aí (Pescador 4) (*sic*).

Tendo isso em vista, torna-se importante destacar que o próprio desenvolvimento – tão desejado – é um elemento que entra em contradição com a pesca, ao mesmo tempo que minimiza as ações contrárias (SANTOS; MACHADO, 2012) dos próprios pescadores. Nota-se que, tanto para os pescadores como para os agentes públicos, a pesca é impactada pelas atividades portuárias (identificadas como o que mais traz desenvolvimento ao Município), mas ao mesmo tempo não há hesitação em assegurar (tanto dos agentes públicos como da população em geral) que o Polo Naval trouxe desenvolvimento para a cidade, como podemos ver nos seguintes trechos:

“O Polo Naval ele é efetivamente uma fonte de desenvolvimento pra cidade” (Secretario Municipal de Meio Ambiente) (*sic*);

“Traz desenvolvimento é... Vem um monte de gente, aumenta a população” (Pescador 1) (*sic*);

“O bom é desenvolvimento, né. Tem dinheiro, roda o dinheiro, né. Todo mundo tem mais, mais poder de compra, um monte de coisa” (Pescador 2) (*sic*).

Nota-se que a visão de desenvolvimento possui caráter economicista e ideológica (VEIGA, 2005). O desenvolvimento é justificado principalmente pelo: crescimento populacional (maior “movimentação” na cidade de pessoas e veículos) e pela geração de emprego e renda. Em nome deste último fator justificam-se as mazelas sociais e ambientais causadas, como demonstra a fala de um dos pescadores:

Quantas pessoa tão empregada aí nisso aí, né. Se isso aí for embora prejudica a cidade, o que vai tê de gente desempregada aí vai ser um horror [...]. Eles não vão deixar de fazer uma baita de uma firma dessas que dá emprego pra cinco/dez mil pessoas por causa de meia dúzia de pescador (*sic*) (Pescador 3)

Com a chegada do Polo Naval foram demasiadamente ressaltados os benefícios e até mesmo a indispensabilidade deste para a cidade do Rio Grande, de modo que a intensificação e o surgimento de novos conflitos ambientais e urbanos ficam submissos às inúmeras vantagens anunciadas (SANTOS; MACHADO, 2012). Nesse sentido, destacam-se as palavras de Lefebvre:

[..] La propaganda (política) y la publicidad (comercial) utilizan o construyen representaciones que remplazan a las “cosas” y a la “gente”. El político no se limita a cuidar su “imagen de marca”; la produce, la mantiene, ayudado por especialistas de la mercadotecnia. Asimismo, el “vendedor” no sólo produce la imagen del producto sino las “necesidades” y las “motivaciones” (LEFEBVRE, 1983, p. 32).

Assim, o desenvolvimento aparece como mais uma contradição do espaço. Os pescadores aceitam os impactos causados à pesca subordinando sua posição frente aos empreendimentos desenvolvimentistas da cidade.

Contudo, o conflito socioambiental entre os pescadores do Santa Tereza e a empresa Quip S/A apresenta-se como uma nova contradição do espaço que se vincula a diversas outras contradições consolidadas historicamente nesse espaço. Logo, a emergência dessa problemática passa a ser familiarizada no interior do sistema de representações da pesca dos pescadores, articulando-se a outros elementos que impactam essa atividade. Além disso, a precariedade da pesca que compõe sua representação se reforça e se fundamenta com a existência do conflito com a Quip.es

Já as alterações da pesca ficam visíveis na fala de todos os entrevistados, mas nota-se na fala dos pescadores maior reclamação a partir do período de realização da obra da empresa Quip. Destaca-se que as contradições do espaço expressadas no conflito (e que extrapolam o âmbito do mesmo) passam a ser melhor visualizadas a partir do espaço vivido e das modificações sofridas.

5. Considerações Finais

A presente pesquisa buscou analisar o conflito socioambiental de uma forma diferenciada, para além da constatação de que os atores da ordem hegemônica têm seus interesses alcançados e acabam impactando os sujeitos mais vulneráveis, nesse caso, os que realizam uma atividade tradicional, como os pescadores. A intenção foi considerar a dimensão histórica envolvida nessa problemática, articulando esta com o momento presente para entender a emergência do conflito.

Além disso, a pesquisa teve a intenção de problematizar o tema a partir da perspectiva das representações sociais, visando a expor e analisar a dimensão mais subjetiva desse tema tratado muitas vezes somente no âmbito material e até mesmo quantitativo. A partir dessa escolha, tornou-se indispensável o uso de uma metodologia de cunho qualitativo, pois as opiniões e representações são qualidades desconhecidas ainda pelo pesquisador que devem ser descritas e qualificadas (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012). Diante disso, o estudo das mensagens contidas nas entrevistas a partir da análise de conteúdo possibilitou a captação dos elementos formadores das representações sociais da pesca e o estabelecimento da vinculação destas com a emergência do conflito entre a empresa Quip S/A e os pescadores do bairro Santa Tereza.

Cabe destacar o papel das entrevistas exploratórias no âmbito dessa pesquisa, que se mostraram essenciais para um melhor entendimento do problema, para desmistificar certas noções sobre o objeto empírico (que estavam presentes até mesmo em um relatório oficial e em uma pesquisa acadêmica). Antes da imersão no campo, o material que tinha-se como referência sobre o caso e sobre os pescadores do Santa Tereza apontava que havia uma comunidade pesqueira, considerada “grande” na localidade. Logo, o contato com a realidade empírica demonstrou que, atualmente, existem somente cinco pescadores no bairro e até mesmo estes exercem outras atividades para auxiliar nos seus sustentos e de suas famílias.

Esta informação entrou em choque com todo o modo que a problemática havia sido construída até o momento. No entanto, ao invés de optar-se pela alternativa de abranger na pesquisa outra situação conflituosa envolvendo o Polo Naval e moradores do seu entorno (até mesmo de outra área que possuísse uma quantidade maior de pescadores), escolheu-se reconfigurar o olhar para o conflito. Logo, foi dada uma atenção especial para o contexto de sua emergência bem como

para a percepção dos atores sociais ele e sobre o exercício da atividade pesqueira na localidade. Esse viés adotado foi extremamente relevante, pois possibilitou entender algo, a princípio, tão pontual, como a mobilização dos pescadores frente a realização da obra da empresa Quip S/A de uma forma mais complexa. Notou-se que o conflito está ligado a - e acaba intensificando - um processo de extinção da pesca artesanal que já vem ocorrendo ao longo de algumas décadas tanto no bairro Santa Tereza como no município do Rio Grande de forma geral.

No primeiro capítulo dessa dissertação, foi possível visualizar as modificações ocorridas nas últimas décadas na atividade pesqueira e já perceber o caráter particular dessa profissão constituída pela relação conflituosa estabelecida com outras práticas e interesses. Assim, a pesca artesanal apresenta-se como uma atividade diferenciada, pois a efetivação do seu exercício disputa espaço e é impactada por outras formas de uso do local. Destaca-se também que há uma peculiaridade em estudar a pesca no Rio Grande, pois é nesse Município que se dá o embate entre a atividade pesqueira e o setor portuário (o que acaba se somando aos outros impactos e conflitos encontrados como entraves para o exercício da pesca de forma generalizada na Lagoa dos Patos).

O resgate das pesquisas realizadas nesse âmbito também mostrou que há a dificuldade disseminada em trabalhar com as transformações da pesca considerando quantidade de pescadores e “pescado”, pois faltam informações nesse sentido. Nunca houve um acompanhamento histórico mais preciso sobre isso e os dados encontrados são precários e genéricos. Logo, a construção desse material se deu de forma mais subjetiva, baseada na percepção dos entrevistados.

Ao tratar da consolidação de um Polo Naval no Rio Grande, contexto que possibilita a inserção da empresa Quip S/A no Município, evidenciou-se que o empreendimento faz parte de uma política nacional (chamada de política de revitalização da indústria naval brasileira) que se efetiva atualmente enquanto um dos objetivos do Programa de Aceleração de Crescimento. No entanto, outras vezes, a cidade foi afetada pela consolidação de investimentos do âmbito federal em função do setor portuário. Diante disso, nota-se um histórico de subordinações do Município a projetos nacionais. Os bairros consolidados no entorno do Porto do Rio Grande são locais que estiveram sempre em direta dependência dos empreendimentos desenvolvidos ali. Constituíram-se em razão da área portuária e

mais tarde começaram a sofrer com as ameaças de remoção, dentre outras problemáticas.

Foi nesse cenário que se deu o conflito entre a empresa Quip S/A e os pescadores do bairro Santa Tereza e surgiu o interesse da investigação. A análise dos dados permitiu verificar de que forma se dá a articulação entre as representações sociais da pesca dos atores sociais e a emergência do referido conflito. Logo, enquanto estratégia metodológica, a pesquisa tratou primeiramente de captar os elementos formadores das representações da pesca para demonstrar como o conflito incide nesse contexto. Em seguida, tratando especificamente do conflito, notou-se que além de ele ser reforçado por uma representação da pesca já existente, também acaba por intensificá-la.

Constatou-se que as representação social da pesca é formada por três elementos: a questão de tradicionalidade da atividade; o envolvimento com outros interesses e usos do espaço; e a percepção de precariedade dessa atividade. O primeiro elemento demonstrou a peculiaridade dessa profissão, evidenciando a presença da pesca no espaço vivido, sendo uma atividade que remete à vida social, ao cotidiano dos habitantes da localidade. O segundo elemento, que nasce da relação conflituosa estabelecida entre a pesca com outras práticas e fatores que produzem o espaço social, evidenciou as contradições do espaço que formam a representações sociais da pesca. Nesse momento, ressalta-se a percepção de contradições existentes entre a reprodução da atividade pesqueira e a das atividades portuárias presentes na lógica hegemônica. O último elemento evidenciou justamente a dificuldade da reprodução desse modo de vida.

A partir disso, considerou-se o conflito entre os pescadores artesanais do bairro Santa Tereza e da empresa Quip S/A como uma situação em total relação com a produção desse espaço como um todo. Essa articulação entre o cenário atual e os demais conflitos e problemas que permeiam a pesca foi feita pelos próprios pescadores. Em termos moscovianos, a emergência dessa problemática com a Quip foi colocada no universo consensual dos pescadores e familiarizada através do seu arcabouço de representações. E enquanto nova contradição do espaço apresenta-se vinculada a outras contradições, consolidadas historicamente nesse espaço.

Assim, o conflito socioambiental entre os pescadores do Bairro Santa Tereza e a empresa Quip S/A demonstra que, ao gerar novas contradições do espaço, está

também reforçando antigas contradições, como as que ao longo do tempo vêm afetando a reprodução do espaço vivido ao limitar a pesca, atividade que expressa não só a profissão, mas o modo de vida desses moradores; ou as contradições entre as formas de apropriação do espaço, tendo em vista, por um lado, o espaço a serviço dos interesses da ordem hegemônica - onde se reproduzem as relações de produção e expansão portuária - e, por outro, o espaço enquanto espaço dos habitantes, dos moradores, espaço de reprodução das relações sociais.

Referências Bibliográficas:

- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília; BEZERRA, Gustavo. **O que é Justiça Ambiental?** Garamond: 2009, Rio de Janeiro.
- _____. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. In: **Estudos Avançados**, 2010.
- ALEXANDRE, Marcos. Representação Social: uma genealogia do conceito. **Comum**, v. 10, nº 23, jul/dez, Rio de Janeiro, 2004, p. 122-138. Disponível em: <<http://www.sinpro-rio.org.br/imagens/espaco-do-professor/sala-de-aula/marcos-alexandre/opapel.pdf>> Acesso em: 21 fev. 2013
- ALMEIDA, Danice. **O que eles têm a dizer? Serge Moscovici e Henri Lefebvre – Um estudo sobre representação.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Regional de Blumenau. 87p. Blumenau, 2011.
- ALMEIDA, Andressa Colvara; FLORES, João Batista Teixeira; SILVA, Susana Veleda. Trabalho e moradia: o caso das áreas de expansão portuária do Rio Grande-RS. In: RA'EGA, 26, 2012, pp. 194-217
- ALMEIRA, Andressa; TEXEIRA, João; SILVA, Susana. **Trabalho e Moradia: O caso das áreas de expansão portuária do porto do Rio Grande-RS.** O espaço Geográfico em Análise – RA'EGA. LOCAL, v. 26, 2012. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/raega/article/view/30163/19683>> Acesso em 19 abri 2014.
- ALONSO, Angela; COSTA, Valéria. Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: **Ecologiapolítica. Naturaleza, sociedad y utopía**, 2002, Buenos Aires, Argentina. Clacso: Abril de 2002. p. 115-135. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100930023420/7alonso.pdf>> Acesso em: 14 abril 2013
- ALVES, Juliette. Hidrelétrica de Belo Monte: a apresentação de um projeto e as representações sociais que circulam em torno do conceito de desenvolvimento. In: ANPPAS, Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT14-323-732-20100903185244.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2014
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal: Edições70, 2004.
- BOBBIO, et al. **Dicionário de política.** 11ª ed. Brasília: Editora da UNB, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989
- BRANDENDURG, Alfio; DAMESCENO, Ângela; et al. **Ruralidades e Questões Ambientais: estudo sobre estratégias.** Brasília: MDA, 2007.
- CAMARGO, Lívia; LUCA, Andréa; SILVA, Jodir. Representações Sociais Acerca do Meio Ambiente de Moradores do Entorno de uma Unidade de Conservação em Campinas – SP. In: **Encontro Nacional da Anppas**, 5, 2008, Brasília. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT9-508-336-20080509233318.pdf>> Acesso em: 24 fev. 2014
- CAPELLESSO, Adinor José; CAZELLA, Ademir Antonio. Os sistemas de financiamento na pesca artesanal: um estudo de caso no litoral Centro-Sul Catarinense. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. 2013, vol.51, n.2. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2011000200003&script=sci_arttext&tlang=pt> Acesso em: 07 fev 2015

CARVALHO, Diogo; CARVALHO, Andréa; DOMINGUES, Marcelo. Polo Naval e Desenvolvimento Regional na Metade Sul do Rio Grande do Sul. In: **Ensaios FEE**, v. 34, 2013, p. 933-954. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/3053/3201>> Acesso em: 04 jan. 2014

CHAMY, Paula. Reservas Extrativistas Marinhais como Instrumento de Reconhecimento do Direito Consuetudinário de Pescadores Artesanais Brasileiros sobre Territórios de Uso Comum. In: **Digital Library of the Commons**. Indiana University, 2004.

COELHO-DE-SOUZA, Carolina. **Leituras de Henri Lefebvre para os estudos iniciais sobre o conflito ambiental na Serra do Gandarela: o espaço da resistência?** In: Anais – Encontros Nacionais da Anpur. 2013, v. 15, p. 1-17. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4631/4500>> Acesso em: 28 abril 2014

DHESCA BRASIL, Plataforma. Relatório da Missão sobre Megaprojetos de Desenvolvimento na cidade do Rio Grande - RS. In: **Relatoria do direito humano à cidade**. Rio Grande, nov. 2012. Disponível em: <http://www.dhescbrasil.org.br/attachments/831_cidade_missao_rio_grande_2012.pdf> Acesso em: 17 jun. 2013

DIEGUES, Antônio Carlos. A Sócio-Antropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos no Brasil.. In: **Revista Etnográfica**, Vol. III (2), 1999, pp. 361-375.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FEIJÓ, Flávio; MADONO, Danielle. Polo Naval do Rio Grande: Potencialidades, Fragilidades e a Questão da Migração. In: **Texto para Discussão**, n.2, 2013. Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/fce/wordpress/wp-content/uploads/2013/05/TD2_feijo_madono_FINAL.pdf> Acesso em: 4 março 2013

FIGUEIREDO, João; OLIVEIRA, Haydée. **Educação ambiental popular e a teia de representações sociais da água na cultura residualmente oral do sertão nordestino**, s.d. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/Joao_Figueredo.pdf> Acesso em 18 fev. 2014

FLEURY, Lorena. **Cerrado para ser o quê? Representações sociais e conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas, Goiás**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14898/000669903.pdf?sequence=1>> Acesso em 5 março 2014

GARCEZ, Daniella; SANCHEZ-BOTERO, Jorge. Comunidades de pescadores artesanais no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. In: **Atlântica**. Rio Grande, 27 (1), 2005, pp. 17-29.

GIL, Antonio Carlos. **Metódos e técnicas de Pesquisa Social**. Capítulo 11. Entrevista. pp. 109-120. São Paulo: Atlas, 2009.

GUIVANT, Julia. **A trajetória das análises de risco:** da periferia ao centro da teoria social. In: Revista Brasileira de Informações Bibliográfica – ANPOCS, nº 46, 1998. Pp. 3-38.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (Org.) PIRES, Roberto; GOMIDE, Alexandre; AMARAL, Lucas. **A ver navios? A revitalização da indústria naval no Brasil democrático.** Rio de Janeiro: Ipea, 2013.

JODELET, D. **Representações sociais: um domínio em expansão.** UFRJ, 1993. Disponível em: <<http://portaladm.estacio.br/media/3432753/jodelet-drs-um-dominio-em-expansao.pdf>> Acesso em: 25 fev. 2014

JORNAL AGORA. **Famílias ocupam área de expansão portuária no Bairro Mangueira.** 22/03/2013. Disponível em: <<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=40782>> Acesso em: 29 jun. 2013

JORNA AGORA. **Quip inicia obra de ampliação do cais.** 23/02/2012. Disponível em <<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=8&n=24512>> Acesso em: 04 jan. 2015

JUNQUEIRA, Lília. A Noção de Representação Social na Sociologia Contemporânea. In: **Estudos de Sociologia**, Araraquara, 18/19, 145-161, 2005.

KALIKOSKI, Daniela; ROCHA, Ronaldo; VANCONCELLOS, Marcelo. Importância do conhecimento ecológico tradicional na gestão da pesca artesanal do estuário da Lagoa dos Patos, extremo sul do Brasil. In: Ambiente e Educação. Vol 11, 2006, pp. 87-118.

KALIKOSKI, Daniela; VASCONCELLOS, Marcelo. Estudo das condições técnicas, econômicas e ambientais da pesca de pequena escala no estuário da Lagoa dos Patos, Brasil: uma metodologia de avaliação. In: **FAO, Circular de Pesca e Aquicultura**. No 1075, Roma, FAO, 2013, 200 pp.

LACERDA, Sander. Oportunidades e Desafios da Construção Naval. **Revista do BNDES.** Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 41-78, dez. 2003. Disponível em: <http://www.bnDES.gov.br/SiteBNDES/bnDES/bnDES_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Construcao_Naval/200312_4.html> Acesso em 15 abril 2014.

LASCHEFSKI, Klemens; COSTA, Heloisa. Segregação Social como Externalização de Conflitos Ambientais: A elitização do meio ambiente na APA-Sul, Região metropolitana de Belo Horizonte. In: **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. 11, n. 2, p. 307-322, 2008.

LASCHEFSKI, Klemens; ZHOURI, Andrea. Conflitos ambientais. In: **Textos analíticos do mapa de conflitos ambientais.** 2010. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI_LASCHEFSKI - Conflitos Ambientais.pdf> Acesso em: 13 abril 2014.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 2006.

_____. **La presencia y la ausencia. Contribucion a la teoria de las representaciones.** Fondo de cultura económica: México, 1983.

- LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria. **Pesquisa de Representação Social: um enfoque qualiquantitativo: a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo.** Brasília: Libre Livro, 2012, 224p.
- LITTLE, Paul. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **A difícil sustentabilidade – Política energética e conflitos ambientais.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- MARTINS, César. Morar e habitar em áreas portuárias na cidade do Rio Grande-RS, Brasil. In: **Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande. 2010.** Disponível em: <<http://repositorio.furg.br:8080/handle/1/1104>> Acesso em 19 abril 2014.
- MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples.** São Paulo: Contexto, 2012.
- MARTINS, Rodrigo. Representações sociais, instituições e conflitos na gestão de águas em territórios rurais. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n° 15, jan/jun 2006, p. 288-325 Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/5573>> Acesso em 18 fev. 2014
- MARTINS, Soslimar. **A visão dos moradores sobre o planejamento urbano: um estudo do Bairro Santa Tereza – Rio Grande – RS.** Portal Anpedsl, 1998. Disponível em: <http://www.portalanpedsl.com.br/admin/uploads/1998/Formacao_de_jovens_e_adultos_e_movimentos_sociais/Trabalho/05_11_51_A_VISAO_DOS_MORADORES_Sobre_O_PLANEJAMENTO_URBANO.pdf> Acesso em 04 abril 2014.
- MOSCOWICI, Serge. **Representações Sociais – Investigações em psicologia social.** 9ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- NASCIMENTO, Elimar. In: **A difícil Sustentabilidade. Política energética e conflitos ambientais.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- NINO, Letícia. **O Conflito sobre os usos da propriedade rural face os imperativos da legislação ambiental: estudo sobre representações de atores sociais acerca da questão das áreas de preservação permanente e reserva legal/Pelotas, RS.** 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). 190p. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.
- OLIVEIRA, Sonia. **Conflitos Ambientais e Lutas Simbólicas.** In: Encontro Nacionais da Anpur, v. 9, 2001.
- PELLEJERRO, Nadia. **Direitos sociais e ações coletivas nas múltiplas escalas entre o local e o global:** a luta pela moradia no município de Rio Grande/RS, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). 110p. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2009.
- PEREIRA, Gislene. **A natureza (dos) nos fatos urbanos: produção do espaço e degradação ambiental.** In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 3, p. 33-51, 2001.
- PIRES, Álvaro. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. (Org.) POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** 2ª Ed, Petrópolis: Vozes, 2010.

- POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. (Org.) POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2ª Ed, Petrópolis: Vozes, 2010.
- QUINTAS, José. **Introdução à Gestão Ambiental Pública**. Brasília: Ibama, 2006.
- QUIVY, Rayond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2005.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social. Métodos e Técnicas**. Capítulo 14. Análise de Conteúdo. pp. 298-317
- RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da Subcomissão do Polo Naval de Rio Grande**. 2011. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/download/SubPoloNaval/RFpolo_Naval.pdf> Acessado em: 5 maio 2014.
- SACHS, Ignacy. Prefácio. In: VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2005.
- SANTOS, Caio Floriano. Megaempreendimentos e conflitos socioambientais: o caso da habitação popular em rio grande/rs. In: **3º Workshop Internacional de História do Ambiente**, 2013, Florianópolis. Anais do 3º Workshop Internacional de História do Ambiente. Florianópolis: NEA, 2013. v. 1. p. 26-36.
- SANTOS, Caio; MACHADO, Carlos. Extremo Sul do Brasil: Uma Grande “Zona de Sacrifício” ou “Paraíso de Poluição”. In: MACHADO, Carlos; SANTOS, Caio; ARAÚJO, Cláudionor; PASSOS, Wagner (Orgs). **Conflito Ambientais e Urbanos – Debates, Lutas e Desafios**. Porto Alegre: Evangraf, 2013.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras: 2010.
- SHMID, Christian. A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: Em direção a uma dialética tridimensional. Tradução: Marta Medeiros Marques; Marcelo Barreto. In: **GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo, n° 32, p. 89-109, 2012.
- SILVA, Joana; SALES, Carlos. Educação Ambiental: Representações sociais de Meio Ambiente de Alunos de 8ª Série do Ensino Fundamental em Escolas Públicas Estaduais de Teresina-PI. In: **Encontro de Pesquisa Em Educação da UFPI**, 2, 2002. Anais eletrônicos, Teresina-PI, 2002. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2002/GT.15/GT1_5_1_2002.pdf> Acesso em: 24 fev. 2014
- SILVA, Michelle; SATO, Michèle. Territórios em tensão: o mapeamento dos conflitos socioambientais do estado de Mato Grosso – Brasil. In: **Ambiente & Sociedade**, n.1. São Paulo, 2012, p. 1-28.
- SILVA, Sérgio. Pensamento político e representação ambiental: elementos de compreensão do “habitussócio-ambiental” da sociedade contemporânea. In: **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Santa Catarina, v.2, n.19, 2001, p. 2-13. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/947/4400>> Acesso em: 24 fev. 2014

SILVA, Silvana. Concepções e Representações Sociais de Meio Ambiente: uma Revisão Crítica da Literatura. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, 5, 2009, Florianópolis. Anais eletrônico, Florianópolis: ABREPEC, 2009. Disponível em: <http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/vienpec/pdfs/329.pdf> Acesso em: 24 fev. 2014

SOTO, William. Os conflitos ambientais e as contradições do espaço social: uma introdução à perspectiva lefebvriana. In: MACHADO, Carlos; SANTOS, Caio; ARAÚJO, Cláudionor; PASSOS, Wagner (Orgs). **Conflito Ambientais e Urbanos – Debates, Lutas e Desafios**. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

SPINK, Mary Jane. O conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 300-308, jul/set, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000300017> Acesso em: 25 fev. 2014

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2005.

VIÉGAS, Rodrigo. Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n 19, p. 145-157, 2009. Editora UFPR. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/view/13564/10890>> Acesso em: abril 2013

VIGLIO, José Eduardo. Usos Sociais e Políticos da Ciência: expertise científica na definição de riscos/impactos ambientais. In: **XV Congresso Brasileiro de Sociologia**, Curitiba, 2011.

WALTER, Tatiana; ANELLO, Lucia. A educação ambiental enquanto medida mitigadora e compensatória: uma reflexão sobre os concetos intrínsecos na relação com o Licenciamento Ambiental de Petróleo e Gás tendo a pesca artesanal como contexto. In: **Ambiente & Educação**, vol. 17, 2012.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Conflitos Sociais e Meio Ambiente Urbano. In: **Comunidades, Meio Ambiente, Desenvolvimento**, nº 17, 2005.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PAIVA, Angela. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: **Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Belo Horizonte. 2005. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=54&Itemid=171> Acesso em: 04 abril 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista aplicada aos pescadores

Idade:

Sexo:

Escolaridade:

Local de origem:

Profissão:

Há quanto tempo mora em Rio Grande? Foi morar lá por quê?

Há quanto tempo mora na Santa Tereza? Foi morar lá por quê?

Já desempenhou outras profissões? Quais? Por que optou pela pesca?

Pesca somente ou realiza outras atividades?

Pesca há quanto tempo?

Conhece pessoas que desistiram da pesca? Sabe o motivo de elas terem desistido?

A pesca se modificou? Por quê? Há quanto tempo?

O que a Lagoa significa para você? Você considera importante preservá-la? Por quê?

Você acha que as atividades portuárias afetam a Lagoa? Como?

Você acha que o Porto/Polo Naval interfere no seu cotidiano? Por quê? Como?

O que você acha do Porto da cidade? Qual a importância para você? E o Polo Naval?

Acha que ele traz desenvolvimento para cidade? Por que? Para quem?

Diga aspectos positivos e negativos do Polo Naval.

O que você entende por meio ambiente?

Você acha importante preservá-lo? Por quê?

Acha que a preservação ou destruição do meio ambiente interfere na sua vida?

Como?

Você acha que esses empreendimentos afetam o meio ambiente?

A obra da Quip afetou o meio ambiente? Como?

Você se sente impactado pela obra? Como?

Quando e como você soube que a obra seria realizada?

Existiu mobilização para barrar a construção? Qual?

O que você espera com a ação judicial?

Você acha que o resarcimento irá solucionar os problemas? Por quê? Como?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista aplicada ao secretário municipal da pesca e ao secretário municipal de meio ambiente

Nome:

Idade:

Sexo:

Escolaridade:

Local de origem:

Profissão:

Como se da atuação da Secretaria

Qual a relação da Secretaria com os impactos causados aos pescadores e em conflitos envolvendo a pesca?

O que você me diria sobre o Porto de Rio Grande? Considera ele importante? Por quê?

Acha que ele traz desenvolvimento para cidade? Por quê? Para quem?

Diga aspectos positivos e negativos do Polo Naval.

Para você qual é a importância da Lagoa para o Município? Você considera importante preservá-la? Por quê?

Você acha que as atividades portuárias afetam a Lagoa? Como?

Você acha que o Porto/Polo Naval interfere na pesca? Por quê? Como?

Você acha que a pesca se modificou no Município? Por quê?

O que você entende por meio ambiente?

Você acha importante preservá-lo? Por quê?

Você acha que esses empreendimentos portuários afetam o meio ambiente?

Você tem conhecimento sobre o conflito entre a empresa Quip e os pescadores do Bairro Santa Tereza?

Se a resposta anterior for afirmativa: Acha que a obra da Quip afetou o meio ambiente? Como?

Você acha que o resarcimento irá solucionar os problemas? Por quê? Como?

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista aplicada ao ex-técnico ambiental do Programa de Educação Ambiental do Porto do Rio Grande

Nome:

Idade:

Sexo:

Escolaridade:

Local de origem:

Há quanto tempo mora em Rio Grande? Foi morar lá por quê?

Profissão:

Como o setor de meio ambiente atua dentro e fora do Porto?

Qual o objetivo do setor?

Quais projetos são desenvolvidos?

Qual o comprometimento do Porto com o meio ambiente?

Como é a relação do Porto com as comunidades do seu entorno?

O que você destacaria como importante nesse trabalho para o Porto?

O que você destacaria como importante nesse trabalho para as comunidades do entorno? Informações mais específicas sobre a Santa Tereza.

Como é a relação do Porto com os pescadores? O trabalho desenvolvido no setor de meio ambiente engloba os pescadores? Como?

Na sua percepção, qual a importância da Lagoa dos Patos? Você considera importante preservá-la? Por quê?

Você acha que as atividades portuárias afetam a Lagoa? Por quê? Como?

Você acha que o Porto/Polo Naval interfere no cotidiano dos moradores do seu entorno? Por quê? Como?

Acha que ele traz desenvolvimento para cidade? Por que? Para quem?

Diga aspectos positivos e negativos do Polo Naval.

O que você entende por meio ambiente?

Você acha importante preservá-lo? Por quê?

Você tem conhecimento do conflito entre a Quip e os pescadores da Santa Tereza?

APÊNDICE D – Quadro com informações-chave dos entrevistados.

INFORMAÇÕES-CHAVE SOBRE OS ATORES SOCIAIS ENTREVISTADOS	
ENTREVISTADO:	DADOS:
PESCADOR 1	Idade: 38 anos Sempre foi pescador; Morador desde os 9 anos no bairro Santa Tereza; Mora com um irmão que também é pescador; Pesca o ano inteiro.
PESCADOR 2	Idade: 65 anos Faleceu antes de receber indenização da empresa; Realizava carretos para complementar o seu sustento;
PESCADOR 3	Idade: 63 anos Foi trabalhador portuário há cerca de 15 anos. Atualmente pesca durante o ano inteiro, mas também recebe aposentadoria.
PESCADOR 4	Idade: 41 anos É pescador desde os 14 anos. Mora no bairro Santa Tereza há 25 anos. Nunca realizou outra profissão. Pesca o ano inteiro.
PESCADOR 5	Idade: 45 anos Escolaridade: ensino fundamental incompleto; Mora no bairro desde que tinha um ano de idade; Pesca desde os 14 anos. Exerce outras atividades para complementar a renda familiar
PESCADOR 6	Idade: 33 anos Mora há 30 anos do bairro santa tereza Pescava até 2012; Começou a trabalhar no porto por causa da falta de peixe;
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA PESCA	Idade: 36 anos Escolaridade: ensino superior, com especialização em andamento; Local de origem: pelotas – comunidade pesqueira z3; Profissão: tecnólogo em gestão ambiental.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	Idade: 41 anos; Escolaridade: Mestrado em Ciências Sociais concluído; Local de origem: Pelotas; Profissão: Advogado.
EX-TÉCNICO EDUCACIONAL E AMBIENTAL DO PORTO DO RIO GRANDE	Idade: 31 anos; Escolaridade: Graduado em história e mestre em educação ambiental; Local de origem: Osasco – São Paulo; Mora em Rio Grande há 10 anos; Profissão: Professor Ocupou a função no Porto até dezembro de 2014
ADVOGADO MEDIADOR DO CONFLITO	Idade: 33 anos Escolaridade: graduado em Direito Local de origem: Rio Grande

APÊNDICE E – Foto da Rua Nilo Côrrea (parte da “Vila da Naba”) no Bairro Santa Tereza (ao lado esquerdo, galpão da empresa QGI Brasil em construção).

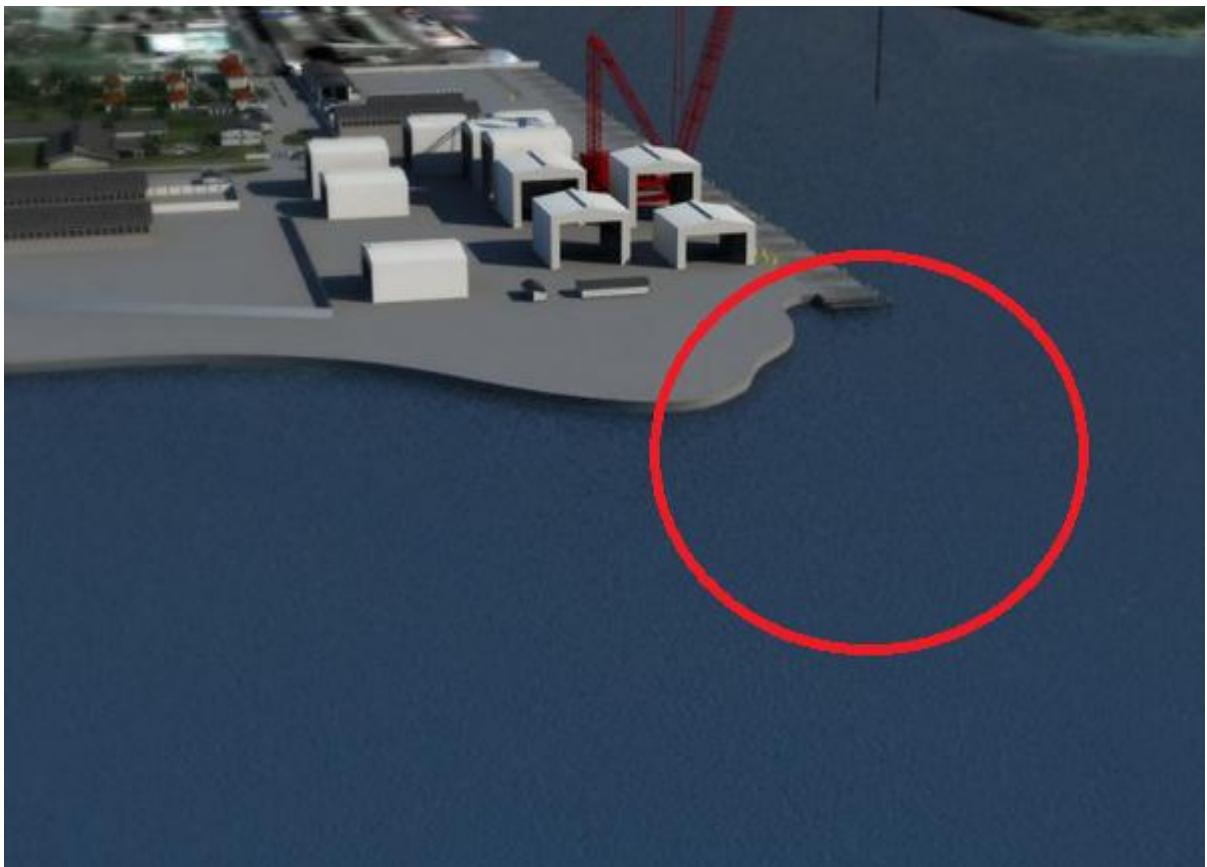


APÊNDICE F – Trapiche e barcos ao final da Rua Nilo Côrrea no Bairro Santa Tereza.



ANEXOS

ANEXO A – Imagem ilustrando o cais da empresa Quip S/A antes da obra (círculo vermelho indicando a área onde foi realizada a ampliação).



Fonte: *Rio Grande Yacht Clube*, 23 de nov. de 2011.

ANEXO B – Obra de ampliação do cais da empresa Quip S/A

Fonte: *Correio do Povo*, 11 de junho de 2012